

TEMER

RESISTÊNCIA E CONTESTAÇÃO

sociedade brasileira
e comunidade internacional
contra o *golpe* de 2016

PARTE 01

RESISTÊNCIA E CONTESTAÇÃO

sociedade brasileira
e comunidade internacional
contra o *golpe* de 2016



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

golpe





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R433 Resistência e contestação: sociedade brasileira e comunidade internacional contra o golpe de 2016 / [organização] Fundação Perseu Abramo. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
514 p.: il.; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-5708-028-7

1. Brasil - Política e governo - 2016. 2. Brasil - Impeachment. 3. Rousseff, Dilma, 1947- Impeachment. 4. Brasil - Golpes de Estado, 2016. 5. Manifestos. I. Fundação Perseu Abramo.

CDU 32(81)
CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234
Vila Mariana
04117-091 São Paulo/SP
www.fpabramo.org.br
(11) 5571 4299



as em
TA
Arte Dramát

em
DEFESA DO
ESTADO
DEMOCRÁTICO

CUV

ADAM

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente

Marcio Pochmann

Vice-presidenta

Fátima Cleide

Diretoras

Isabel dos Anjos

Rosana Ramos

Diretores

Artur Henrique

Joaquim Soriano

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Maria da Costa

As opiniões dos membros da equipe contidas nesta obra refletem suas posições individuais e não a dos órgãos e entidades aos quais estão vinculados.

EQUIPE DE SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS MANIFESTOS

ORGANIZAÇÃO

José Celso Cardoso Jr

Economista pela FEA-USP, mestre e doutor pelo IB-Unicamp, desde 1997 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA, Governo Federal.

José Antônio Moroni

Filósofo, do colegiado de gestão do INESC.

Elton Bandeira de Melo

Engenheiro Eletricista e mestre em Ciência da Computação pela UFPE, doutorando em Sociologia pela UnB e Analista de Planejamento e Orçamento do Governo Federal.

Otávio Ventura

Mestre e doutorando em Ciência Política pela UnB e Analista de Planejamento e Orçamento do Governo Federal.

Sérgio Guedes Reis

Bacharel em Relações Internacionais pela USP, mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV; Analista de Finanças e Controle (AFC), Governo Federal.

FOTOGRAFIAS

Tiago Macambira

Fotógrafo

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lucídio Leão

Mestre em Design pela UFPE; diretor de criação da Reserva Comunicação e Design.

Anderson Norberto

Designer pela UFPE

Sumário

.....
Agradecimentos 13

.....
Nota Metodológica 15

.....
Introdução 17

.....
Capítulo 1 Cidadania Ativa, Movimentos Culturais, Artísticos, Intelectuais e Coletivos contra o golpe **24**

.....
Capítulo 2 Organizações Sociais e Entidades Religiosas contra o golpe **110**

.....
Capítulo 3 Organizações Sindicais, Associações, Conselhos, Conferências e Classe Política contra o golpe **202**

.....
Capítulo 4 Mundo Acadêmico e Meio Jurídico contra o golpe **266**

.....
Capítulo 5 Servidores Públicos contra o golpe **380**

.....
Capítulo 6 Manifestações Estrangeiras contra o golpe **428**

.....
Capítulo 7 O Brasil é maior que o golpe! **486**

.....
Índice Remissivo 502

.....
Portal com Todos os Manifestos 514



Agradecimentos

.....

A Fundação Perseu Abramo (FPA) torna público seu reconhecimento e agradecimento aos milhares de cidadãos e cidadãs, brasileiros e brasileiras, estrangeiros e estrangeiras, que por meio dos mais de 550 manifestos e posicionamentos contra o golpe e pela democracia, mapeados para a composição desse livro, expressaram toda a sua indignação frente à ruptura da ordem democrática em curso no Brasil nesse ano de 2016.

Mais importante é constatar que, no conjunto de textos e manifestos aqui reunidos, há pessoas e personalidades de todas as classes sociais e de todas as grandes regiões do Brasil. Há signatários de praticamente todos os movimentos, organizações e entidades sociais, culturais, acadêmicas, religiosas, sindicais e políticas, amplamente representativos das virtudes e pujança do povo brasileiro. Fica cristalino, portanto, que o golpe de Estado no Brasil em 2016 é contra todos nós e a favor apenas de uma elite política e empresarial minoritária, portadora de um projeto conservador e antipopular.

Tal constatação apenas se fez possível a partir do trabalho militante, despendido e competente, realizado pelos colegas responsáveis pela seleção, organização, diagramação e fotografia do material que compõe o núcleo duro desse livro, a quem a FPA igualmente agradece e reconhece o esforço realizado.

Por fim, não menos importante, é necessário agradecer e louvar o apoio e amparo político conferido a este trabalho por parte das inúmeras organizações que expressaram sua posição, compostas em frentes populares de denúncia e combate ao golpe, presentes na Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo, a Frente Ampla de Trabalhadoras e Trabalhadores do Serviço Público pela Democracia.



FORA TEMER
MORADIA JÁ

FORA TEMER
MORADIA JÁ

FORA TEMER
MORADIA JÁ

OAKLEY

.....

Este livro foi concebido como mais uma forma de denúncia, resistência e contestação diante do golpe de Estado em curso no Brasil em 2016.

A partir da localização e reunião de mais de 550 textos (nacionais e estrangeiros), escritos sob a forma de manifestos públicos contra o golpe e pela democracia no Brasil, e produzidos basicamente entre fins de 2015 e meados de 2016, foi feita uma seleção não exaustiva de cerca de 200 documentos, amplamente representativos da sociedade brasileira e comunidade internacional, como forma de ilustrar toda a sua indignação e descontentamento contra a ruptura institucional ora em curso no país.

Os textos foram organizados em seis capítulos – 1. *Cidadania ativa, movimento cultural, artístico, intelectual e demais coletivos*; 2. *Movimentos sociais e entidades religiosas*; 3. *Organizações sindicais, associações, conselhos, conferências e classe política*; 4. *Mundo acadêmico e meio Jurídico*; 5. *Servidores públicos*; e 6. *Manifestações estrangeiras* – apenas para facilitar a leitura, seguindo certa afinidade e complementaridade entre eles, portanto, sem uma preocupação metodológica estrita.

Importa mencionar que foram selecionados para o livro apenas textos já tornados públicos por seus signatários, os quais foram aqui reproduzidos na íntegra, porém simplificando-se títulos e subtítulos, e eliminando-se a relação de signatários, datas e locais de referência, apenas para fins de padronização editorial e redução do tamanho total do livro.

De todo modo, preparamos uma versão digital deste livro, que ficará disponível no portal da Fundação Perseu Abramo (FPA). Nela, nós incluímos um anexo com a listagem completa dos textos mapeados, mais os respectivos *links* para as versões integrais dos mesmos, a partir deles os leitores interessados e pesquisadores em geral poderão acessar todas as informações suprimidas nesta publicação impressa, que é apenas amostral.



Introdução

Sérgio Guedes Reis
J. Celso Cardoso Jr.

Este é um livro contra o “golpe institucional perfeito”! Múltiplas, ricas, transversais e poéticas manifestações de resistência e contestação foram produzidas pelo povo brasileiro e comunidade internacional, em nome de um Brasil justo, democrático, republicano.

Brasileiras e brasileiros, de nascimento e de alma, resolveram externar sua indignação a respeito de um dos mais perversos processos de demolição da soberania popular que se têm notícia em Repúblicas modernas. Brasileiras e brasileiros, das mais variadas origens sociais e visões de mundo, resolveram ir às ruas, resolveram escrever, resolveram lutar. Um princípio fundamental em comum as une, irremediavelmente: a democracia. Dela não se abre mão. Ela é inegociável. Ela deve conformar, como representação prática de um Estado de Direito, cada lampejo de relação social em uma nação que se pretenda justa, próspera, civilizada. É alicerce do bem-estar, sustentáculo, de cima a baixo, da metrópole ao vilarejo, de um espaço público em que se queira estar.

Neste nosso tempo obscuro, nossa democracia foi, mais uma vez, duramente atacada. Não como antes, de forma obscena e rígida, com tanques de guerra, violência, torturas. Se, em outro contexto, o escritor Vargas Llosa cunhara a expressão “ditadura perfeita” para explicar o monopartidarismo que vigorou no México por 70 anos em meio a eleições periódicas, mas sem concorrência, agora, no Brasil, talvez caiba uma adaptação: vivemos um “golpe institucional perfeito”, supostamente balizado em regras, supostamente ancorado no devido processo legal e no interesse da sociedade. Afinal, milhares de pessoas, de fato, foram às ruas para pedir o *impeachment*.

A democracia, contudo, não é regida meramente por pesquisas de opinião ou pela contagem quantitativa de pessoas nas ruas interessadas, ao fim e ao cabo, em limitá-la. Ela é muito mais complexa porque não é instrumento que se utiliza momentaneamente, de forma conveniente. Ela é um princípio organizador da existência de uma sociedade que quis se assumir como tal, custe o que custar, mesmo que tantas vezes uns ou muitos de nós não concordemos com o resultado de processos que ocorram com base nela. Pois ela é um valor, um horizonte, uma forma de entendimento sobre a política. Mas é um valor que não pode ser monetizado. É por isso que ela não pode ser negociada.

Contudo, estamos vivendo no Brasil o golpe perfeito pelo fato de ocorrer como um extenso consórcio de forças importantes, algumas delas capazes de atuarem na contramão de suas responsabilidades constitucionais específicas. Um consórcio que tem atuado diuturnamente para mobilizar setores sociais insatisfeitos com o desempenho governamental, ou que se viram derrotados em um processo de competição eleitoral, a demandarem pela interrupção de um mandato presidencial legítimo, sob um acolchoado jurídico capaz de sensibilizar alguns e de dar, a outros, guarida moral para o desejo incontrolável de sublevação contra uma presidenta com uma plataforma eleitoral basicamente voltada a realizar direitos previstos em leis, no bojo de um processo moderado e negociado de transformação social desenvolvido há pouco mais de uma década, mas presente como aspiração dos brasileiros há quase 30 anos, quando fora redigida e pactuada a Constituição Federal.

A interpretação casuística e frágil de dispositivos legais articulada com uma poderosa mobilização feita pelos meios de comunicação não foi capaz de seduzir, todavia, extensos segmentos da sociedade brasileira, de brasilei-

ros que vivem no exterior e de brasilianistas – que se dedicam a estudar este país e esta sociedade mundo afora. Essa imensa multiplicidade de sujeitos, representada neste livro apenas como uma amostra, rejeita o golpe a partir de concepções muito próprias e díspares sobre o governo de Dilma Rousseff, mas muito comuns a respeito de qual República e qual Democracia devem ser defendidas para este país.

É preciso enfatizar tal questão para compreendermos a força, a representatividade e a consistência desses movimentos, aqui sintetizados no livro, a partir de sua diversidade: há cidadãos que defendem com força as ideologias e os legados dos governos de Lula e Dilma e do Partido dos Trabalhadores; há aqueles que lhes são críticos e que os referendaram como possibilidade eleitoral factível em meio à disputa política com outros projetos competitivos e conservadores; há aqueles que sequer se sentem representados o bastante por esse projeto político a ponto de o sufragar nas urnas; há, até mesmo, muitos que lhe fazem oposição – no Congresso, em fóruns, no interior de movimentos sociais e entidades representativas, na Academia, etc. Há quem defenda e quem critique o governo Dilma, o seu desempenho global, suas políticas econômicas, sua relação com o Poder Legislativo, suas medidas de combate à corrupção, os enfoques dados a políticas públicas, enfim.

A fauna de atores que se opõem ao *impeachment* se estende para outras e outras categorias possíveis de análise: há manifestos que envolvem juristas, médicos, engenheiros, economistas e profissionais liberais; há aqueles que mesclam artistas populares, de circo, das ruas, atores de televisão, músicos em início de carreira e consagrados; há textos de blogueiros, jornalistas independentes, colunistas e profissionais de grandes meios de comunicação; há servidores públicos de diferentes escalões e vínculos com governos de matizes ideológicas várias, há funcionários terceirizados; há estudantes, professores novatos, intelectuais reconhecidos internacionalmente e reitores de universidades. Há movimentos sociais, coletivos e representantes comunitários das periferias de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Manaus, Rio Branco, Brasília. Há cientistas, líderes religiosos. Há sindicatos, associações, partidos políticos, organizações não governamentais. Há abaixo-assinados de todas as Unidades da Federação, de cidadãos sem militância político-ideológica, que não se veem como aderentes a uma ou outra força política.

A riqueza da resistência a este golpe reside, portanto, em sua capacidade de se opor ao véu do consenso a favor do *impeachment* e às promessas idílicas de salvação nacional decorrentes de sua eventual aprovação, mesmo quando seus interesses mais imediatos poderiam vir a ser atendidos em face da retórica contida no apelo à concretização do afastamento de Dilma Rousseff. Este processo de deposição nunca significou um grande consenso social, nunca representou uma verdade jurídica e nunca foi capaz de amalgamar como argumento, com consistência, a ideia de que significaria a defesa da Democracia, da República, do Estado de Direito e da Constituição, simultaneamente. Pelo contrário, a defesa do *impeachment* não foi capaz de articular um argumento com premissas coerentes entre si, ora se baseando no “conjunto da obra do governo Dilma”, ora em virtude da corrupção, ora em razão da crise econômica – em geral como subterfúgios diante dos pouco convincentes elementos jurídicos que embasam o processo.

Este é o diferencial contido neste conjunto de mais de 550 manifestos, coletados ao longo destes últimos meses, e do subconjunto contido neste livro. Eles querem defender claramente, ao mesmo tempo, todos esses componentes que configuram a esfera pública brasileira. Eles querem afirmar, com força, a ideia de que a justiça só pode ser justa se for aplicada com critério, sem ser “justiçamento” – e o seu negativo, a injustiça, é um mal que, se for feito a um, se constitui como ameaça a todos (uma sensibilidade captada desde Montesquieu). Eles querem afirmar que o bom combate à corrupção é aquele que é feito do a quem doer, jamais em virtude de afinidades ideológicas e com a pretensão de se promover perseguições partidárias. Eles querem afirmar que as lacunas que existem em nossa Constituição devem ser contornadas por meio de seu aperfeiçoamento, da expansão de direitos, jamais por meio de seu rechaço e da promoção de retrocessos. Eles querem afirmar que leis devem, sim, ser respeitadas, mesmo que os acusados sejam pessoas que tenham ideias com as quais não concordamos. Eles querem afirmar que os déficits democráticos devem ser enfrentados com mais democracia, e não por meio de uma “pausa democrática”. Eles querem afirmar que a crise econômica e a insatisfação com a administração de momento se resolvem por meio da pressão pela mudança de acordo com as regras existentes – suficientes para tanto, a partir de seu bom uso –, não a partir de medidas de exceção.

Aqueles que assinam estas notas, petições e manifestos compreendem as ameaças que estão em jogo. Entendem que as agruras de agora foram enfrentadas por seus pais, por seus avós, e por quem eles admiravam em seus tempos. A luta por hoje é, então, uma luta por ontem, por aquilo que conquistaram. E também uma luta por um amanhã que não seja um monumento bárbaro da ignorância, da desigualdade, da violência, da Casa Grande.

A vantagem de hoje com relação a outros momentos históricos em que as mesmas questões estiveram em jogo é que a multiplicidade de forças sociais, que expressam a complexificação da sociedade civil brasileira e internacional, aponta para a circunstância de que a defesa da democracia é um valor não confinado a um segmento social específico. Temos aqui, portanto, um importante documento histórico, a ser compreendido, analisado e interpretado por cada cidadão que se interessa pelas trajetórias percorridas por este país, independentemente do resultado deste golpe institucional. Afinal, eventos como este processo de *impeachment* impactam a raiz da constituição da sociedade brasileira – e, como luta, i.e., como algo a que se quer opor, não se é vencido ou se é vencedor instantaneamente.

Aos ativistas e aos apaixonados e desejosos por um país mais democrático, esta é também uma oportunidade de celebração do vigor das forças sociais que almejam, em que pesem as diversidades, defender a República. Não é tarefa fácil, nem trivial, especialmente se considerarmos a tonitruância com que ecoam nos meios de comunicação os gritos pela “volta do meu Brasil” – da segregação racial, espacial, de gênero, de *status*. Apesar da força desse desejo retrógrado, reconhece-se, a partir das mais variadas formas de resistência contidas neste livro, que há um contraponto pujante contra o ódio, contra a manipulação, contra o populismo midiático e político de ocasião, contra o pensamento único – e a favor de um projeto humano, pró-diversidade, justo, igualitário, de Brasil.

Estes tantos e tantos manifestos não expressam, enfim, a locução indolente de um setor social ilustrado, economicamente bem situado, ou de uma vanguarda que dita aos demais, em tom soberbo, o que é que deve ser feito. Não. Eles são a expressão do povo brasileiro, real e tangível, que representa e se autorepresenta, com força impassível. Que exprime o mais profundo e republicano sentimento democrático, capaz de perpassar textos e manifestações de todos os Estados da federação. Capaz de aglutinar vizinhanças e comunidades locais nas periferias de São Paulo, em Vitória da Conquista ou

em Manaus; de envolver comerciantes de Fortaleza; de solidarizar auditores da Receita Federal, do Ministério do Trabalho ou trabalhadores do Banco Central; de comover chefes de cozinha; de fazer mobilizar torcedores do Fluminense, do Corinthians e de tantas outras nações do futebol; de atrair grupos de brasileiros que vivem no exterior; de engajar juristas, acadêmicos, lideranças religiosas de variados credos; e de ateus; e de agnósticos.

Os manifestos expressam, então, a superação dessas clivagens que conformam a experiência social de cada um de nós. São felizes em demonstrar que a luta por direitos, pelo cumprimento mínimo e essencial da nossa Constituição, pela soberania popular é, sim, capaz de nos unir produtivamente em nossa diversidade. Concedem a cada um de nós, brasileiros, esperança de que o devir histórico é favorável, de fato, apesar da catarse distópica de agora, pois as centelhas da democracia foram plantadas e germinam com força. Elas não estão dormentes agora, como não estiveram em Junho de 2013, nas Diretas Já, no Comício das Reformas na Central do Brasil. Houve e há projetos de Brasil que ressoam com harmonia no conjunto desses contextos, e que aparece com força agora, uma vez mais agora, com maturidade, força e resiliência próprias. Precisamos continuamente disputar, como fazemos agora, o espaço público, convictos de que não estamos sós.

Produzamos outro inconformismo, outra insubordinação, um outro “agora” que redima as opressões de sempre, hoje didaticamente consubstanciadas em um golpe institucional unicamente voltado a trazer de volta, sem mediações, os “donos do poder” atemporais. Que escovemos este Brasil a contrapelo para produzirmos a massa crítica necessária para ressignificarmos nossa história e citarmos um outro 25 de Janeiro de 1835 (Malês), um outro 22 de Novembro de 1910 (Chibata), um outro 26 de Junho de 1968 (Passeata dos 100 mil) para darmos chance a nós mesmos em nossa pretensão de nos liberarmos de quem nos vilipendia à ordem do dia, agora com “segurança jurídica”.

Boa leitura a tod@s!



**ESTE PAÍS
VIVE UMA
DITADURA**

1





**CIDADANIA ATIVA,
MOVIMENTOS
CULTURAIS,
ARTÍSTICOS,
INTELECTUAIS E
COLETIVOS
CONTRA O GOLPE**

MOVIMENTOS SOCIAIS DAS PERIFERIAS CONTRA O GOLPE

“Periferias, vielas, cortiços... Você deve estar pensando o que você tem a ver com isso”

Nós, moradoras e moradores das periferias, que nunca dormimos enquanto o gigante acordava, estamos aqui pra mandar um salve bem sonoro aos fascistas: somos contra mais um golpe que está em curso e que nos atinge diretamente!

Nós, que não defendemos e continuamos apontando as contradições do governo petista, que atendeu poucas das nossas demandas reais enquanto se aliou com quem nos explora. Nós, que também nos negamos a caminhar lado a lado de quem representa a Casa Grande.

Nós, periféricas e periféricos, que estamos na luta não é de hoje. Nós, que somos descendentes de Dandara e Zumbi, sobreviventes do massacre de nossos antepassados negros e indígenas, filhas e filhos do Nordeste, das mãos que construíram as grandes metrópoles e criaram os filhos dos senhores.

Nós, que estamos à margem da margem dos direitos sociais: educação, moradia, cultura, saúde.

Nós, que integramos movimentos sociais antes mesmo do nascimento de qualquer partido político na luta pelo básico: luz instalada, água encanada, rua asfaltada e criança matriculada na escola.

Nós, que enchemos laje em mutirão para garantir nosso teto e conquistar um pedaço de chão, sem acesso à terra tomada por latifundiários e especuladores, que impedem nosso direito à moradia e destroem o meio ambiente e recursos naturais com objetivo de lucro.

Nós, que sacolejamos por três, quatro horas por dia, espremidos no vagon, busão, lotação, enfrentando grandes distâncias entre nossas casas aos centros econômicos, aos centros de lazer, aos centros do mundo.

Nós, que resistimos a cada dia com a arte da gambiarra – criatividade e solidariedade. Nós, que fazemos teatro na represa, cinema na garagem e poesia no ponto de ônibus.

Nós, que adoecemos e padecemos nos prontos-socorros e hospitais sem maca, médico nem remédio.

Nós, que fortalecemos nossa fé em dias melhores com os irmãos na missa, no culto, no terreiro, com ou sem Deus no coração, coerentes na nossa caminhada.

Nós, domésticas, agora com carteira assinada. Nós, camelôs e marreteiros, que trabalhamos sol a sol para tirar nosso sustento. Nós, trabalhadoras e trabalhadores, que continuamos com os mais baixos salários e sentimos na pele a crise econômica, o desemprego e a inflação.

Nós, que entramos nas universidades nos últimos anos, com pé na porta, cabeça erguida, orgulho no peito e perspectivas no horizonte.

Nós, que ocupamos nossas escolas sem merenda nem estrutura para ensinar e aprender. Nós, professoras e professores, que acreditamos na educação pública e não nos calamos e falamos sim de gênero, sexualidade, história africana e história indígena – ainda que tentem nos impedir.

Nós, que somos apontados como problema da sociedade, presas e presos aos 18, 16, 12 anos, como querem os deputados.

Nós, cujos direitos continuam sendo violados pelo Estado, levamos tapa do bandeirante fardado, condenados sem ser julgados, encarcerados, esquecidos, quando não assassinados – e ainda dizem: “menos um bandido”.

Nós, mulheres pretas da mais barata carne do mercado, que sofremos a

violência doméstica, trabalhista, obstétrica e judicial, e choramos por filhos e filhas tombados pelo agente do Estado.

Nós, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, homens e mulheres trans, que enfrentamos a a violência e invisibilidade, e não aceitamos que nos coloquem de volta no armário.

Nós, que não aceitamos nossa história contada por uma mídia que não nos representa e lutamos pelo direito à comunicação. Nós, que estamos construindo, com nossa voz, as próprias narrativas: poesia falada, cantada, escrita.

Nós, que sempre estivemos nas ruas, nas redes, nas Câmaras, na cola dos politiquinhos de plantão e que agora somos taxados de terroristas por causa de nossas lutas. Nós, que aprendemos a fazer até leis para continuar lutando por nossos direitos. Nós, que garantimos a duras penas o mínimo de escuta em espaços de poder, não aceitamos dar nem um passo atrás.

Nós, que somos de várias periferias, nos manifestamos contra o golpe, contra o atual governo federal, promovido por políticos conservadores, empresários sem compromisso com o povo e uma mídia manipuladora.

Não compactuamos com quem vai às ruas de camisa amarela com um discurso de ódio, fascista, argumentando o justo “combate à corrupção”, mas motivado por interesses privados. Não compactuamos com quem defende a quebra da legalidade para beneficiar a parcela abonada da população, em troca do enfraquecimento do Estado Democrático de Direito pelo qual nós dos movimentos sociais periféricos lutamos ontem, hoje e continuaremos lutando amanhã.

Nós, que sabemos que a democracia real será efetiva apenas com a ampliação de direitos e conquistas de nosso povo preto, periférico e pobre, a partir da esquerda e de baixo pra cima.

Nós, que conquistamos só uma parte do que sonhamos e temos direito, não admitimos retrocesso. Reivindicamos o respeito à soberania das urnas e a manutenção do Estado Democrático de Direito. Reivindicamos as ruas enquanto espaço de diálogo, debate e fazer político, mas nunca como território do ódio. Reivindicamos nossa liberdade de expressão, seja ela ideológica, política ou religiosa. Reivindicamos a desmilitarização das polícias, da política e da vida social. Reivindicamos o avanço das políticas públicas, dos direitos civis e sociais.

Não vai ter golpe. Não vai ter luto. Haverá luta!

(Até a manhã de 26/04/2016, mais de 520 coletivos, movimentos, redes e organizações da sociedade civil haviam assinado o manifesto).



MANIFESTO DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, CONTRA O GOLPE, PELA DEMOCRACIA, JUSTIÇA URBANA E SOCIAL

Este é mais UM MANIFESTO. É um a mais entre tantos outros que vêm sendo assinados por juristas, professores universitários, pesquisadores, militantes de movimentos sociais e outros setores da sociedade civil. Somos poucos, um grupo numericamente inexpressivo e com atuação em um campo bastante restrito. Somos PROFISSIONAIS QUE TÊM SE DEDICADO À LUTA PELA MORADIA DIGNA E PELO DIREITO À CIDADE, ao apoio a movimentos populares, atuando diretamente em projetos e obras de urbanização de favelas, regularização fundiária, produção habitacional em autogestão; vivenciando as precariedades e as melhoras das complexas periferias da metrópole paulistana contemporânea. Este é um manifesto contra o golpe de Estado, contra certa legalidade que vem sendo gestada nos meandros do do judiciário, contra arranjos espúrios no legislativo, tudo com amplo apoio da grande mídia. É um manifesto contra a “politização do judiciário” e a “judicialização da política”. Não é uma defesa cega desse governo e de suas práticas. É um manifesto PELA DEMOCRACIA, PELA LEGITIMIDADE DE NOSSAS INSTITUIÇÕES, PELA JUSTIÇA URBANA E SOCIAL, que são agendas absolutamente inconclusas e que mereceriam o esforço e o compromisso de toda a sociedade.

Vivemos numa cidade que é tomada como mercadoria, não como lugar de convivência e usufruto de todos o seres humanos que nela habitam. É o lugar

onde empreendedores (e, ideologicamente, o cidadão comum) agem para tirar o maior proveito privado do espaço urbano, onde a pobreza e a desigualdade são marcadas no território e são problemas que parecem não nos dizer respeito. Diante desse quadro, que mudanças devemos pretender? É a corrupção (dita como a maior de toda nossa história) o mal a ser combatido?

A corrupção que vem sendo deflagrada pelas investigações envolve muitos partidos (quase todos), agentes públicos e GRANDES EMPREITEIRAS – as mesmas que atuavam em governos anteriores, todas estruturadas durante a ditadura militar e que até pouco tempo enchiam os brasileiros de orgulho por estarem construindo as maiores obras de infraestrutura do planeta. Quanto custa a construção de uma plataforma marítima de extração de petróleo? Um estádio de futebol? Um aeroporto? Um sistema de BRT (Bus Rapid Transport) ou alguns quilômetros e um conjunto de estações de uma linha de metrô? E quanto custa construir mil casas populares? Ninguém sabe! São informações guardadas a sete chaves, com sistemas de orçamentos que mantêm “gorduras sistêmicas”, que não revelam os ganhos de produtividade, permitem aditamentos sucessivos e intransparência nos custos diretos e na lucratividade. Como temos visto, é dessa fonte que sai boa parte dos financiamentos de campanhas eleitorais e de todo o sistema político brasileiro, dos favorecimentos pessoais a governantes e a agentes públicos que decidem sobre as obras.

A corrupção, em sentido lato, não está apenas nessa operação, nas grandes obras urbanas e de infraestrutura. A CORRUPÇÃO TEM NO ESPAÇO URBANO UM CAMPO FÉRTIL: empreendimentos de grande porte que burlam a lei, empreendedores e proprietários que pressionam o Poder Legislativo para mudanças casuísticas de parâmetros de uso e ocupação do solo, fiscais que fazem vista grossa ou aprovam “puxadinhos” também em bairros residenciais de alta renda, negligências e conivências para as ocupações de áreas ambientalmente frágeis... E a cidade toda, construída e reconstruída “dentro-fora da lei”, faz da exceção regra, cria leis que não podem ser cumpridas, flexibiliza outras para atender aos interesses do mercado. Não se trata apenas das ações dos trabalhadores, das famílias de baixa renda a quem não resta alternativa habitacional, mas de práticas correntes (e muitas vezes legais) das elites. Por exemplo: proprietários de terra, loteadores e uma extensa cadeia produtiva alimenta e vive do “desejo de segurança”, da “privacidade” e “exclusividade” nos residenciais e loteamentos (erroneamente chamados de “condomínios”) que se alastram por cidades médias e municípios periféricos metropolitanos, fechados por meio de exceções à legislação federal

de parcelamento do solo! A cidade, como de resto o nosso sistema político e o nosso cotidiano, é um mostruário de pequenas e grandes corrupções, de conflitos e defesas de interesses!

Somos contra a corrupção! Ser contra a corrupção implica também defender a clareza sobre os processos de produção no setor da construção civil, sobre

**Queremos que as
investigações avancem e
que se punam todos
os responsáveis.
Mas condenamos as ações
ilegais, os vazamentos e
as investigações seletivas,
o pré-julgamento
midiático e linchamento
público, a supressão de
direitos de defesa!**

custos e lucros, sobre os ganhos do valor gerado pelo trabalho humano de operários que transformam tijolo e argamassa em parede; sobre as regras e o “interesse público” na produção do espaço urbano. As assessorias técnicas trabalham junto com movimentos de luta por moradia e com comunidades para que os excedentes desses processos produtivos possam ser socializados, que possam se converter em unidades habitacionais melhores, maiores, mais bonitas e mais adequadas às necessidades das famílias que participam de todo o processo de projeto e construção. Trabalham para que a população de baixa renda possa ter o seu lugar na cidade e para que as regras e exceções que organizam a produção

dessa cidade possam ser claras, compreensíveis e decididas com a participação de todos os cidadãos. Queremos que as investigações avancem e que se punam todos os responsáveis. Mas condenamos as ações ilegais, os vazamentos e as investigações seletivas, o pré-julgamento midiático e linchamento público, a supressão de direitos de defesa!

No nosso sistema político, a relação entre os poderes executivos e legislativos, os contratos públicos e a própria produção da cidade (legal ou ilegal) favorecem as corrupções. QUEREMOS MUDANÇAS e queremos que elas sejam feitas por meio do fortalecimento das nossas instituições democráticas, da transparência, do controle social e participação popular na condução e nas decisões da política, em especial das políticas urbanas, por meio da garantia e ampliação de direitos urbanos.



FRENTE ANTIFASCISTA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

A ideia do presente manifesto é, em primeiro lugar, entender as atuais manifestações de ódio e intolerância e, num segundo momento, identificar a dimensão e as consequências desse modo de agir para, ao final, manifestar-se contra estas práticas perniciosas e fascistas, as quais corroem as relações sociais.

A partir dessa ideia – existência de um ódio incontido e irracional – é possível perceber na vivência cotidiana, em especial nos centros urbanos brasileiros, importantes demandas sociais, decorrentes das transformações produzidas pelas novas estruturas sociais e a consequente e radical polarização social.

O Brasil tem vivido nos últimos anos, em especial desde meados de 2013, um acelerado processo de polarização política e ideológica em que as históricas características autoritárias e antidemocráticas de elitismo e exclusão passam a ser bandeiras desfraldadas por segmentos ultraconservadores da sociedade brasileira.

Do ponto de vista histórico, é necessário dizer que o advento da modernidade industrial e suas consequentes transformações permitiram o estabelecimento de novas formas de produção e relações sociais entre os indivíduos. E é exatamente nesta efervescência de transformações sociais, umbilicalmente ligada à produção de desigualdades, que vai se caracterizar o sujeito atual pela marca do individualismo, justamente porque os interesses do grande capital intensificaram a perversa e excludente política social e humanitária, danificando sobremaneira os ideais revolucionários da modernidade.

Em todos os cantos do planeta, crescem as manifestações de intolerân-

cia, de ódio ao diferente e às diferenças, de preconceito racial, religioso, de gênero, cultural, comportamental, sexual. A alteridade é negada, o “outro” é invisibilizado, o diálogo é substituído por verdades naturalizadas presentes no senso comum que aparecem como absolutas e incontestáveis. A prática democrática, que exige respeito ao outro diferente e reconhecimento a sua existência social e política, é abandonada e toda a diferença e dissensão são consideradas uma ameaça ao pensamento autoritário destes segmentos que passam a ocupar o espaço público.

O ambiente social vivido no Brasil neste quadro de polarização indica o avanço de um senso comum “fascistizante”, o que foi chamado pelo pensador Boaventura de Sousa Santos de “fascismo societal”, como uma das marcas das sociedades contemporâneas em crise. E tal ambiente social produz práticas de violência e ódio que impossibilitam o diálogo político e, portanto, o exercício das práticas democráticas.

O estreitamento de práticas democráticas alarga, de outro lado, as margens da intolerância, do preconceito e do ódio, enfim, de todo o medo daquilo que lhe é desconhecido. Em verdade, é a partir de um modelo de sociedade perpassado pelos graves problemas do desemprego em massa, da pobreza, dos preconceitos racial, religioso e sexual e, fundamentalmente, da xenofobia, visualizada pela intolerância ao fluxo de pessoas (imigração) que deixam seus países por conta das guerras, miséria e catástrofes naturais, para se abrigar em diversos outros países da Europa e América do Sul, em especial no Brasil, que produz o medo da existência do outro e o sentimento social da necessidade de exclusão e separação das pessoas.

A imagem desse terror social produz uma espécie de necessidade de ação disciplinar, própria dos Estados totalitários, a qual garante a manutenção dessa massa de indesejados e diferentes, desempregados e “subempregados” – consequências diretas do capitalismo globalizado – preferencialmente longe dos centros urbanos, tanto por meio do sistema de justiça criminal como, de outro lado, pelas práticas fascistas, justamente para manter distantes as classes sociais “subalternas”, produzindo, cada vez mais, as guetificações sociais.

É a retomada do “Estado punitivo” e do “estado primitivo”, com o predomínio do vazio, da indiferença e ignorância em relação ao “outro”, pois, ao não conseguir ver o mundo com a lógica da alteridade, não se consegue pensar o mundo fora da lógica do consumo.

Este não reconhecimento da existência do outro está a produzir certa incapacidade de perceber e reconhecer os mais variados tipos de violência e buscar soluções possíveis ao problema, isto porque a massificação das cenas de violência tem causado menos indignação e, em certa medida, a naturalização torna estas violências em profundas violações à dignidade, sem que isto seja percebido como tal. São as situações mais comuns e as paisagens quase obrigatórias nos centros urbanos que produzem, ao fim e ao cabo, as práticas fascistas tão corriqueiras de nosso cotidiano.

É preciso, portanto, atentarmos-nos ao fascismo que habita nosso dia a dia e lembrar que determinadas práticas cotidianas não podem ser banalizadas, pois apenas fragilizam as relações, exacerbando o indivíduo enquanto uma mônada antissocial, práticas estas impregnadas de reatividade àquilo que o retira de sua zona de indefectividade, justamente porque o equipara àquele “outro” indesejável e desconhecido. Nesta experiência, reside o inexorável: não desejar o desconhecido, isto é, a racionalidade do irracional. As práticas fascistas são repletas de irracionalidade, sobretudo porque, na atual quadra de conflitos e demandas sociais, as classes sociais subalternas, as diferenças sexuais, religiosas, raciais e, principalmente, posturas ideológicas e políticas partidárias estão subjugadas pela violência e pelo ódio.

Quando se fala de direita no Brasil, não significa que ela não existisse ou que estivesse escondida antes de 2013. Na era neoliberal, a direita brasileira está representada nos meios de comunicação e nas instituições políticas. A novidade, a partir de 2013, é a consolidação de um segmento de extrema direita nas classes médias, defendendo propostas fascistas de forma aberta, sem vergonha de suas posições retrógradas e assumindo uma postura quase caricata.

O acirramento dos conflitos políticos e ideológicos se deu, no caso brasileiro, por uma conjugação de fatores. Por um lado, alguns avanços relativos no campo dos direitos sociais, resultado das lutas dos movimentos populares e de algumas políticas públicas de inclusão de segmentos historicamente explorados, oprimidos, marginalizados e excluídos (população pobre; trabalhadores da cidade e do campo; população negra; população indígena; mulheres; homossexuais etc). As mudanças ocorridas no país na última década, mesmo com suas limitações reais, incorporaram cerca de 40 milhões de brasileiros à uma existência de re-

conhecimento e melhoria das condições de vida (Bolsa Família; políticas de ação afirmativa; ampliação do direito à educação; direitos trabalhistas para as empregadas domésticas etc). Por outro lado, a presença nos espaços públicos de direitos de milhões de pessoas que antes eram consideradas subalternas mexeu nas estruturas seculares de classes e privilégios da sociedade brasileira. Tais transformações, com a presença de população negra nas universidades, de população pobre em espaços antes vedados à sua presença, como no mercado de bens de consumo e serviços, nos *shopping centers*, usando o transporte aéreo (a síndrome do “aeroporto que virou rodoviária”), entre outras coisas, acirraram os ânimos.

Por fim, outro fator importante para a polarização política e ideológica foi o longo e persistente papel desempenhado pelos meios de comunicação social, especialmente por meio dos grandes jornais e revistas semanais e grupos televisivos. Constantemente, de forma irresponsável, os meios de comunicação social buscam desprestigiar todas as políticas públicas de inclusão social e de ampliação de direitos, bem como estimulam nos segmentos mais conservadores das tradicionais classes médias um clima de medo e de oposição irracional a toda e qualquer conquista de direitos e bem-estar social.

A conjuntura aberta com o resultado das eleições de 2014 e com o novo Congresso representou um retrocesso com a apresentação e aprovação de uma série de propostas retrógradas, como a terceirização das relações de trabalho, a redução da maioria penal para 16 anos de idade, privatização do sistema penitenciário e das instituições de medidas socioeducativas para crianças e adolescentes, projeto de lei sobre assédio ideológico, aumento da influência política e legislativa das bancadas conservadoras no Congresso Nacional – bancada punitivista da bala, bancada ligada aos interesses do agronegócio, bancada evangélica etc.

Assim, o contexto atual, no Brasil e no mundo, é de retrocesso, de presença de concepções ultraconservadoras e de soluções antidemocráticas e de ameaça às conquistas civilizatórias que se acumularam a partir do Século XVIII com as lutas sociais de ampliação de direitos e democratização da existência.

O avanço das forças de direita, especialmente da ultradireita, exige a criação de organizações de defesa dos direitos humanos em sua plenitude (direitos civis e políticos; direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais), dos espaços de liberdades democráticas e da ampliação dos direitos de todos os setores oprimi-

dos, explorados ou excluídos da sociedade, garantindo as práticas democráticas, a democratização da informação e a justiça social.

Portanto, diante de todas estas inúmeras práticas fascistas que corrompem as atuais relações sociais cotidianas, é fundamental a criação de uma Frente Antifascista que garanta as Liberdades Democráticas com o firme propósito de congregar a diversidade dos segmentos sociais, das entidades, dos cidadãos e instituições que lutam por uma sociedade mais solidária, igualitária, democrática, fundada nos princípios de direitos humanos, respeito e reconhecimento da alteridade, da diversidade e da pluralidade sociocultural.

004

MANIFESTO DA PRIMEIRA ASSEMBLEIA NACIONAL DO MOVIMENTO POPULAR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Reunidas e reunidos em Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul, dos dias 08 a 10 de julho de 2016, durante a 23ª FBICOOP nós, trabalhadoras e trabalhadores da economia popular solidária, oriundos de todas as regiões do Brasil, realizamos a I Assembleia Nacional de Economia Popular Solidária e aprovamos o presente Manifesto.

Denunciamos o golpe que está em curso no Brasil, enquanto ruptura com a Constituição Brasileira, o Estado Democrático de Direito e com a soberania popular expressa nos 54 milhões de votos que elegeram a presidenta Dilma Rousseff. O golpe é produto de uma ação coordenada de atores nacionais e internacionais que se uniram no ataque ao governo constitucional como requisito para atingir seus objetivos, a exemplo do controle sobre as reservas nacionais de petróleo e o desmantelamento dos direitos da classe trabalhadora.

O golpe, além de uma forte ofensiva neoliberal e imperialista que se estende aos governos progressistas na América Latina, comporta ainda uma regressão civilizacional, com a degradação dos valores básicos de sociabilidade, respeito, solidariedade e alteridade entre as pessoas. A cultura do ódio tem sido disseminada pela grande mídia e por movimentos de extrema direita, produzindo um senso comum de caráter fascista e misógino que atinge diretamente os direitos humanos.

Por outro lado, ocorre a ampliação da resistência social diante da truculência do governo e das forças golpistas perante as políticas públicas progressistas, formuladas na última década, bem como diante da afronta aos direitos constitucionais conquistados durante o processo de redemocratização. Neste contexto, a luta das mulheres, da juventude e da cultura ganham protagonismo e a conformação de duas frentes nacionais – Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo – compõem o repertório da resistência contra o golpe. Mesmo com diferentes leituras e caracterização do governo Dilma, essas frentes estão unificadas em torno da luta pela redemocratização do país com a palavra de ordem: “Fora Temer”.

Os sujeitos políticos da economia solidária somam-se à luta contra o golpe e pela democracia. A I Assembleia Nacional da Economia Popular Solidária aprofunda esse compromisso ao traçar diretrizes para o conjunto do campo da economia solidária em articulação com os demais movimentos de resistência.

Esse golpe interrompe um ciclo de conquistas resultantes do pacto democrático consolidado na Constituição de 1988 e na relação da sociedade civil com o Estado, sobretudo, nos últimos 13 anos. O Movimento da Economia Popular Solidária no Brasil constituiu um espaço no governo federal para promover a economia solidária enquanto política e estratégia de desenvolvimento. Durante esse período, foram construídos e fortalecidos canais

democráticos de participação e controle social, principalmente nas três conferências públicas e no Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), valorizando o diálogo com os fóruns, redes e demais organizações, além de transversalizar suas ações em diversas áreas e setores de políticas públicas.

Esse processo, no entanto, foi bruscamente interrompido e está ameaçado com o golpe que se abateu sobre o país. Foram extintos ministérios, secretarias e políticas públicas de cunho emancipatório que haviam sido conquistados pelos movimentos sociais e que expressavam a ampliação de direitos para segmentos da população historicamente excluída, a exemplo de povos do campo, catadores e catadoras de materiais recicláveis, população em situação de rua, negros e negras, indígenas, mulheres, jovens, LGBTT, povos e comunidades tradicionais e de matriz africana e pessoas que sofrem transtorno mental, entre outros.

O desmonte das políticas emancipatórias é acompanhado pela criminalização dos movimentos sociais, pela destruição de valores da democracia e pela usurpação dos espaços do poder público por agentes golpistas, como está ocorrendo com a economia solidária e a SENAES. A desvinculação dos processos democráticos e efetivos de diálogo social significa desviar a política dos seus sentidos, práticas e significados, abrindo brechas para os padrões políticos característicos do clientelismo e para a imposição dos interesses do capital internacional acompanhados de práticas patrimonialistas e autoritárias.

Nesse contexto, estabelecemos:

Linha Geral

Diante da crise política, econômica e civilizacional em que vive o Brasil, a Economia Popular Solidária se articulará com as frentes populares e movimentos de resistência ao golpe e construirá uma estratégia nacional de mobilização e fortalecimento da economia solidária, do trabalho associado e da autogestão, por meio da convergência das centrais de representação de cooperativas e empreendimentos solidários, das entidades, dos fóruns e dos movimentos sociais que compreendem que o momento atual é de construir um grande movimento nacional em torno da disputa por um modelo de desenvolvimento soberano, justo, sustentável e solidário.

Objetivos

1º Construir diretrizes estratégicas de enfrentamento ao golpe, de mobilização e fortalecimento do movimento da economia solidária, do trabalho associado e da autogestão.

2º Afirmar à sociedade o projeto político, econômico e social da economia popular solidária como estratégia de desenvolvimento justo, cooperativo, sustentável e solidário.

Diretrizes

Diretriz Estratégica 1 – Realizar análise de conjuntura nacional e internacional em todas as atividades da economia solidária que ocorram nos territórios, municípios e estados com o objetivo de fortalecer politicamente o Movimento Nacional da Economia Solidária.

Diretriz Estratégica 2 – Aderir publicamente e participar ativamente das Frentes Brasil Popular (FBP) e/ou Povo Sem Medo (PSM) no âmbito nacional, estadual e local.

Diretriz Estratégica 3 – O movimento de economia solidária não reconhece o governo golpista e, portanto, não dialogará politicamente com o mesmo e atuará de forma combativa, reivindicando suas conquistas e políticas públicas de economia solidária e de direitos.

Diretriz Estratégica 4 – Frente à atual conjuntura nacional, é necessário um grande mutirão de lutas, resguardando as especificidades locais e territoriais. Neste sentido, fica criado um canal de articulação do movimento nacional de economia solidária em luta pela democracia, como espaço de comunicação e concertação entre as entidades, redes, fórum brasileiro de economia solidária, centrais de representação de cooperativas e empreendimentos solidários e outros movimentos e organizações da economia solidária.

Por fim, conclamamos a todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores associados e demais militantes da economia popular solidária a unificar a luta para derrotar o golpe e construir outro modelo de desenvolvimento justo, cooperativo, sustentável e solidário no Brasil e na América Latina.

Por um Brasil Democrático, Fora Temer!



REDE EM DEFESA DA HUMANIDADE (REDH)

Os intelectuais, artistas, escritores e pesquisadores abaixo assinados de todo o mundo, membros da Rede em Defesa da Humanidade, denunciaram o golpe em curso no Brasil e sua solidariedade com a presidenta Dilma Rousseff, eleita por 54 milhões de brasileiros, há apenas um ano e meio. Este não é um “julgamento político” tradicional, como pretendem mostrar as organizações Globo.

Michel Temer, a face visível do golpe, já expressou suas intenções de ingressar o setor bancário privado na esfera pública e “concentrar” a política social aos 5% mais pobres do país, o que excluiria do Bolsa Família 36 milhões pessoas. Além disso, Temer pretende avançar em direção a acordos com os EUA e a União Europeia “com ou sem o Mercosul”. Em suma: um governo para a elite do seu país, longe da maioria, sob a expectativa de derrubar para sempre a experiência do Partido dos Trabalhadores no governo.

Temer pretende ser o “novo Macri” no Brasil, tomando como exemplo o novo governo argentino, que avança em um desmantelamento do Estado raramente visto no país vizinho. Não é de admirar, então, que a chancelaria argentina é uma das maiores apoiadoras da tentativa de golpe de Estado, em uma declaração pública embaraçosa em que respalda as “instituições” do Brasil. Por todo o exposto, e seus vínculos com o grande capital, conside-

**Este não é um
“julgamento político”
tradicional, como
pretendem mostrar as
organizações Globo.**

ramos ilegítimo o espúrio presidente de fato, Michel Temer, corrupto comprovado que responde aos interesses mais obscuros da oligarquia predatória.

Apelamos à UNASUL para que seja aplicado o Protocolo sobre o Compromisso com a Democracia, aprovado por todos os países da organização e que poderia deter à tentativa de ruptura do elo democrático no Brasil. Clamamos também aos presidentes e os governos do mundo para que não reconheçam Temer e exijam o retorno da presidente legitimamente eleita Dilma Rousseff ou que se convoquem novas eleições presidenciais imediatamente – demanda da própria presidenta – para que o povo brasileiro se expresse pela via democrática e não se imponha um golpe de Estado por um congresso questionável e corrupto.

006

NOTA DE EX-INTEGRANTES DE COMISSÕES DA VERDADE SOBRE O ATUAL CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

Na ocasião dos 52 anos do golpe de Estado de 1964 e na condição de ex-funcionários, assessores, pesquisadores, colaboradores e membros de Comissões da Verdade, vimos a público manifestar nossa preocupação com a gravidade dos recentes acontecimentos. Com a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em maio de 2012, o Brasil passou por um processo de recu-

peração da memória e da verdade sobre a ditadura instaurada com o golpe de 1º de abril de 1964.

Centenas de testemunhos foram coletados, milhares de páginas de documentos analisadas e um extenso material foi produzido pelas mais de cem comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais. Essas pesquisas permitiram uma melhor compreensão das circunstâncias que levaram à deflagração do golpe e suas consequências para a sociedade brasileira. A análise do atual quadro político nos leva a perceber semelhanças com o contexto que antecedeu a ruptura institucional de 1964, principalmente no que diz respeito aos setores sociais envolvidos.

A FIESP, que apoiou o golpe de 64 e teve alguns de seus membros participando de torturas, 52 anos depois após um novo golpe, desta vez sem canhões nem baionetas.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que se posiciona abertamente a favor da saída de Dilma Roussef da presidência, não só financiou o golpe e a montagem do aparato repressivo da ditadura, como também teve algumas de suas lideranças participando de sessões de tortura. É simbólico, portanto, que sua sede na avenida Paulista, iluminada com os dizeres “Renúncia Já”, tenha se tornado um dos principais pontos de encontro de manifestantes a favor da derrubada do governo.

Tanto no presente quanto no passado, as movimentações da Federação no cenário político vislumbram interesses do setor empresarial, como a flexibilização das leis trabalhistas que ameaçam conquistas históricas dos trabalhadores.

Por sua vez, a grande imprensa constrói uma narrativa semelhante àquela que desestabilizou o governo de João Goulart, utilizando o mesmo expediente de então: seletividade na abordagem da corrupção; alarde de um suposto caos social; desigualdade na cobertura das manifestações; editoriais conclamando por uma solução autoritária, pretensamente salvadora a partir da composição de um novo governo capaz de reunificar a nação; e o velho bordão do combate ao comunismo.

No atual contexto, articulado com os meios de comunicação historicamente alinhados às elites nacionais, há que considerar, ainda, o papel do sistema de justiça – por meio em especial de procuradores da República, da Polícia Federal e do juiz Sérgio Moro – que, sob o pretexto de combater a corrupção, vem de maneira oportunista manipulando grampos telefônicos

ilegais, delações não comprovadas e vazamentos de informações sigilosas para desestabilizar ainda mais o cenário político.

Nesse sentido, não é aceitável o atropelo de garantias fundamentais, como o direito à ampla defesa, a presunção de inocência, o sigilo de correspondência e outros direitos individuais assegurados no artigo 5º, bem como prerrogativas de foro inscritas na Constituição Federal de 1988.

É fato que nossa democracia convive diariamente com permanências da ditadura em diversos âmbitos da sociedade, especialmente pela atuação violenta da polícia, ocupações militares em periferias, restrições à liberdade de expressão e manifestação, prisões em massa sem condenação e avanço do Estado policial na suposta resolução dos problemas cotidianos. No sentido de analisar tais permanências na estrutura institucional atual e nas violações de direitos perpetradas pelo Estado, foram criadas as Comissões da Verdade na Democracia, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Cada passo dado pela Justiça de Transição é uma tentativa de superar esse legado. Ainda que cheio de falhas e imperfeições, o regime democrático é a única garantia de possibilidade da diferença, da discussão em praça pública e das soluções negociadas para os conflitos. As mazelas da democracia só podem ser superadas na própria democracia.

E é preciso afirmar com clareza: o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, sem fato jurídico que configure crime de responsabilidade, constitui um golpe de Estado. Ainda que sem tanques nas ruas como em 1964, a ruptura institucional representa um enorme retrocesso para a jovem democracia brasileira.

Pelo acima exposto, enquanto cidadãos comprometidos com os valores democráticos, manifestamos-nos em defesa da legalidade, do debate de ideias sem ofensas ou agressões, do respeito às normas constitucionais e aos princípios da democracia brasileira.

Para que não se esqueça. Para que NUNCA MAIS aconteça!



DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO: MANIFESTO DE ECONOMISTAS, ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DA ÁREA

Democracia e Desenvolvimento são conquistas da humanidade. Daqueles que conscientemente decidiram conquistá-las!

Nasceram de lutas e contradições. Expressam conquistas civilizatórias alcançadas por povos e nações somente ao fim do segundo milênio. Nem sempre andaram juntos. Alguns povos podem se orgulhar de terem erigido sistemas que garantem direitos individuais e participação democrática. Outros, um padrão de vida material digna para a maioria de sua população e direitos sociais fundamentais. Mas poucas são as nações que se orgulham de ter se aproximado do ideal da conquista simultânea da Democracia e do Desenvolvimento.

Ao longo do século XX, o Brasil avançou significativamente em seu processo de industrialização, condição fundamental para caminhar em direção ao Desenvolvimento. E o fez por determinação e vontade expressa da sociedade, materializadas e assumidas como tarefa do Estado nacional republicano em construção. Mas nem sempre o fez valorizando a Democracia. Houve períodos de retrocesso nos direitos democráticos, de cessação das liberdades individuais e sociais, de atentados à vida humana por agentes de um Estado tomado por forças reacionárias, autoritárias, despóticas.

Nossa Democracia é jovem. A Constituição de 1988 foi um marco histórico de conquistas democráticas após uma ditadura militar que durou mais

de duas décadas. Sob a Constituição Cidadã, experimentamos menos de três décadas de eleições livres para a presidência da República e de prática regular da Democracia política a exigir permanente aperfeiçoamento.

Os avanços da industrialização, não obstante as forças tendentes à sua reversão, e as conquistas democráticas ainda não garantiram o ingresso do Brasil no grupo de nações Democráticas e Desenvolvidas. Somos uma nação cindida, que comporta segmentos sociais com padrão de vida material típico de países de alta renda em convívio com outros que padecem da mais absoluta miséria e falta de dignidade. Uma das maiores desigualdades de renda e riqueza do mundo, limitados serviços públicos essenciais, amplos contingentes da população à margem de direitos sociais e essenciais e uma infraestrutura econômica, social e institucional incapaz de gerar inserção soberana, avanços tecnológicos e a retomada vigorosa do processo de industrialização, limitam-nos à condição de nação dependente e subdesenvolvida. Nossos avanços democráticos foram acompanhados de valiosas conquistas sociais. Redução da miséria absoluta, elevação da escolaridade, maior número de jovens no ensino técnico e superior, crescimento da renda e do salário mínimo, previdência universal, eis algumas conquistas que reforçaram a cidadania e a Democracia. Para serem preservados e ampliados, precisamos tanto de um Estado Democrático de Direito – não de uma tirania – quanto de efetivos avanços em um projeto nacional de Desenvolvimento.

Precisamos de um Estado eficiente para garantir as liberdades constitucionais e promover o desenvolvimento econômico e social com soberania frente aos interesses de especuladores e rentistas, daqui e do exterior, que concentram renda e poder. A concentração de renda e riqueza fere a Democracia. O voto de um cidadão não tem a mesma força de um grande financiador privado de campanhas. Este é fonte de corrupção. Os grandes grupos financeiros e os “mercados”, compram, chantageiam ou coagem governos na disputa pela renda, pelo patrimônio público e pelas riquezas naturais, constituindo-se em um entrave ao desenvolvimento democrático.

A política econômica e os instrumentos públicos, como o Banco Central, devem estar subordinados aos interesses de desenvolvimento da nação, da indústria nacional, da equidade social e serem autônomos a interesses especulativos.

Todos os indivíduos, grupos sociais e econômicos, agentes do Estado e detentores de concessões midiáticas que atentam contra as regras constitu-

cionais e as conquistas democráticas e republicanas, que insuflam o ódio e a intolerância, comprometem a Democracia. E, com ela, comprometem as condições para que o Estado dirija um processo virtuoso de desenvolvimento econômico e social.

Extirpar a corrupção é uma tarefa fundamental da sociedade brasileira, tanto quanto preservar a Democracia e as liberdades civis. Interesses privatizantes, concentradores de renda, financistas, usurpadores do patrimônio público e das riquezas naturais se fortalecem em regimes autoritários de toda espécie e impedem o almejado caminho do Desenvolvimento soberano

Um Estado Democrático de Direito forte é condição para a Democracia e o Desenvolvimento.

e democrático. É uma lição básica da História. Um Estado Democrático de Direito forte é condição para a Democracia e o Desenvolvimento.

É condição para levar adiante um projeto nacional de Desenvolvimento que, de forma sustentada, eleve a renda, reduza

as desigualdades sociais, avance na inovação e preserve as riquezas naturais. Somente essa combinação poderá conduzir nosso povo a uma vida digna, a uma verdadeira democracia política, social, racial e de gênero, reduzindo desigualdades e diferenças historicamente construídas. Uma Democracia com Desenvolvimento.

Pela preservação das regras democráticas! Contra condenações sem provas e um processo de impedimento presidencial sem que tenha havido crime de responsabilidade. Pelo fortalecimento da esfera pública e da política democrática capaz de conduzir nosso povo ao Desenvolvimento humano, social e econômico de uma verdadeira Nação brasileira.



MARANHENSES CONTRA O GOLPE

Diante do atual quadro de forte ameaça à ordem pública, ao Estado Democrático de Direito e a consolidação de importantes conquistas sociais, vimos a público nos manifestar contrários a todo e qualquer movimento oportunista que busque o impedimento do mandato da presidente da República, Dilma Rousseff, por meio de quaisquer dispositivos, sem que haja a devida comprovação de crime de responsabilidade.

Nesses termos, a população de forma livre, democrática e republicana elegeu em outubro de 2014 a presidente como sua representante por mais quatro anos e, como a própria História do país já nos mostrou, devemos a todo custo resguardar a Democracia como forma de respeito às instituições do país. Como economistas, temos ciência de uma crise internacional que tem seus efeitos internos, mas temos ciência também de setores e grupos organizados, bem como notórias personalidades públicas, de nossa sociedade, que trabalham incessantemente para abalar não apenas um governo popular, que trouxe uma série de conquistas para a população menos favorecida e para o desenvolvimento econômico do país como um todo, como também a própria instituição da Democracia, que custou o sacrifício de inúmeros brasileiros em sua construção. Repudiamos as ações promovidas por essas representações por entendermos tratar-se de manifestações elitistas e antidemocráticas.

Torna-se claro que o impedimento em si não é golpe, pois está previsto em nossa constituição, no entanto, evocar esse instrumento legal sem fundamento que o sustente e o valide é atentar contra as prerrogativas constitucionais que asseguram a existência de instituições democráticas.

No tocante à economia, entendemos que esta tem vinculação direta com o campo político. Desde a redemocratização, tivemos capacidade de avançar bastante em termos econômicos. Por conta do ajuste de política econômica em 2005, o controle da inflação realizado à custa do desemprego na década anterior foi aperfeiçoado, retirando esse último ônus. A política externa também se tornou mais favorável para o país, favorecendo o comércio internacional e inserindo ativamente o Brasil nos BRICS. Isso permitiu crescer com certa distribuição de renda e redução da extrema pobreza, além de formulação e implementação de políticas públicas mais justas e inclusivas, ainda que o favorecimento ao capital usurário persista.

É inegável que vivemos um momento de forte crise principalmente no campo político e econômico. Mas uma ruptura da ordem democrática em nada resolveria os verdadeiros anseios da população, que tem ido às ruas manifestar sua indignação exigindo o combate firme da corrupção sistêmica, maior transparência e eficiência do gasto público, além da retomada do crescimento econômico. Entendemos que é ponto fulcral de aperfeiçoamento e consolidação de uma democracia cidadã o exercício da manifestação popular como instrumento democrático de indignação pelas históricas mazelas sociais, políticas e econômicas de nossa sociedade. Contudo, repudiamos, veementemente, toda instrumentalização política, de manifestações legítimas, para ameaçar os pilares do Estado Democrático de Direito.

Apoiamos desse modo, fundamentalmente, um processo de reforma política que busque retirar a influência do poder econômico que tanto macula uma situação de bem-estar social. Defendemos ainda uma verdadeira reforma tributária, que busque um sistema mais progressivo, cuja base de incidência tributária desonere o consumo e a mão de obra e incida, equitativamente, a renda, o patrimônio (tributação direta) e as finanças, como forma de trazer, além de justiça social, a eficiência alocativa dos recursos em sociedade.

O prosseguimento dessa construção de um Novo Brasil, para os brasileiros, a nosso ver, no qual “ética”, “justiça” e “moral” não sejam apenas palavras eventualmente usadas como expressões de instinto fascista para perpetrar um golpe, passa pelo respeito ao Estado Democrático de Direito e à presidenta democraticamente eleita. Repelimos e repudiamos as manifestações em contrário, de inspiração autoritária, elitista, reacionária e fascista.

Desse modo, nós abaixo assinados lutamos por mudanças estruturais e repudiamos o retrocesso político de ações que busquem atacar o Estado Democrático de Direito bem como todo e qualquer tipo de golpe.

Diante dessa manifestação, convocamos a todos para somar esforços contra essa tentativa de golpe que fragiliza não só os poderes da República como macula a construção de um projeto de nação.

Por isso, dizemos: “NÃO AO FASCISMO”, “NÃO AO GOLPE”!

009

CARTA ABERTA DO CAMPO DE PÚBLICAS AOS REPRESENTANTES DO POVO BRASILEIRO

Baseados na busca da igualdade e justiça nos julgamentos e verdadeiramente comprometidos com a ética e a transparência na política e serviço público, nós, ex-presidentes da Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas - FENEAP, entidade que representa 203 cursos e mais de 48 mil acadêmicos em todas as unidades da federação, defendemos que é preciso neste momento que se produzam propostas e ações concretas que permitam ao país vencer esta crise de forma irreversível, e por consequência, nos posicionamos oficialmente de forma contrária à aprovação do processo de *impeachment* pelo plenário da Câmara dos Deputados no próximo domingo.

Somos ex-presidentes da FENEAP que nunca geraram unanimidade em torno do exercício dos mandatos de representação discente, justamente por não habitar o local denominado por alguns de “em cima do muro”. Somos filiados a partidos políticos que representam os polos opostos do processo em andamento – PSDB e PT.

Esclarecemos nossa visão de que *impeachment* não é golpe. O mecanismo de *impeachment* é previsto na forma da Constituição Federal e da Lei nº 1.079/50 como ato extremo contra chefe do Poder Executivo que, no exercício de mandato presente, cometa dolosamente crimes de responsabilidade. Porém, a legitimidade desse procedimento político advém exclusivamente de fulcro jurídico e da postura e intenções ilibadas de seus proponentes e condutores.

O presente processo de *impeachment* contra a senhora presidenta da República, Dilma Vana Rousseff, foi acatado de forma oportunista e em gesto de vingança por quem de direito. A denúncia se fundamenta em má gestão das contas públicas, sem qualquer comprovação – até o presente momento – de que a chefe de Estado tenha atuado intencionalmente de forma criminosa. É, portanto, viciado em sua origem, assume claras feições de atalho para a chegada ao poder do senhor vice-presidente da República que, no exercício interino da presidência, também editou os decretos denominados popularmente de “pedaladas fiscais”.

Nunca perdemos nossa coerência e sempre buscamos construir pontes, visando a promoção do bem comum. Oportunamente, requeremos conjuntamente à senhora presidenta da República e ao seu partido que, vencida esta etapa da profunda crise política em que o país está mergulhado, não permitam nenhum golpe contra a confiança da maioria dos brasileiros que em 2014 reelegeu um governo que deve aprofundar pautas de esquerda, não se distanciar dos movimentos sociais e ampliar os investimentos públicos em suas bandeiras sociais históricas. E conclamamos à oposição que atue de forma genuína em favor de pautas de interesse do Brasil.

Precisamos, juntos, com diálogo, defender o combate permanente à corrupção e a punição exemplar de todos os que pela justiça forem condenados, sem torná-los heróis nacionais. Vamos, com coragem, ajudar a construir a travessia segura: respeitando a Constituição, garantindo a manutenção da Democracia e não pactuando com articulações

políticas que visem aprofundar ainda mais o descrédito da sociedade na política, servindo tão somente de atalho para chegada ao poder daqueles que são sócios majoritários da massa falida que atualmente dirige os rumos da nação.

010

MÉDICOS PELA DEMOCRACIA - REDE NACIONAL DE MÉDICOS E MÉDICAS POPULARES

“O correr da vida embrulha tudo; a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

Guimarães Rosa

Esse manifesto é uma iniciativa da Rede de Médicos e Médicas Populares conjuntamente com o movimento Médicos pela Democracia, no intuito de agregar o maior número de médicas e médicos que lutam para defender a legalidade e a democracia brasileira contra esse golpe que está em curso articulado entre mídia, Poder Judiciário e as grandes empresas.

Desse modo, somamos forças entre os médicos que já constroem movimentos nesse sentido e convidamos você a se somar a nossas iniciativas.

Vivemos um tempo sombrio em nosso país, em que o Estado de Direito está sendo corroído e há uma exacerbação de preconceitos, intolerância e violência.

A Constituição brasileira está sendo aviltada por decisões judiciais arbitrárias. Não aceitamos a tentativa de golpe que visa cassar a vontade livre e soberana dos brasileiros que se expressaram nas urnas. Diante desta grave situação, nós “médicos pela democracia” firmamos nossa posição:

1- Defendemos a Democracia e a manutenção do Estado Democrático de Direito, respeitando o arcabouço jurídico previsto na Constituição Brasileira de 1988.

2- Acreditamos que o debate político, pautado pelo respeito, destituído de sentimentos de ódio, preconceito e da incitação à violência é salutar para a jovem democracia brasileira.

3- Não compactuamos com a corrupção e defendemos que corruptos e corruptores sejam investigados, julgados e punidos, dentro da Lei, protegendo o direito a ampla defesa, presunção de inocência e ao contraditório.

4- Repudiamos a seletividade e parcialidade, observada em distintas ações executadas por setores do Judiciário e da Polícia Federal, induzindo-nos a crer que exista uma articulação entre tais setores, alguns partidos e a grande mídia, com o objetivo de destituir a presidenta da república.

5- Discordamos dos posicionamentos sobre a atual conjuntura política, publicados recentemente, sem consulta à categoria, das entidades médicas: Conselho Federal de Medicina (CFM), Associação Médica Brasileira (AMB).

6- Não aceitamos que, insuflados por operações espetaculosas do aparelho judicial-midiático, se estabeleça um clima de intolerância e violência em nosso país e atitudes fascistas sejam estimuladas, quebrando a liberdade de opinião e destroçando as relações sociais.

Defendemos, portanto, o Estado Democrático de Direito, a Soberania Nacional, a Justiça Social e a Liberdade.
Não ao Golpe!

**Vivemos um tempo
sombrio em nosso país,
em que o Estado de
Direito está sendo
corroído e há
uma exacerbação
de preconceitos,
intolerância e violência.**

TRABALHADORAS, TRABALHADORES E ESTUDANTES DE ENFERMAGEM EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DA LIBERDADE

No momento em que a ainda frágil democracia no Brasil, construída tão duramente nos últimos 25 anos, está ameaçada em decorrência de manobras políticas que visam atingir o seu ápice com a deposição de uma presidenta eleita pela maioria da população brasileira, nós, enfermeiras, enfermeiros, técnicas, técnicos, auxiliares, obstetrizas e estudantes de enfermagem, que sempre estivemos em luta pela Saúde como um direito de todos e dever do Estado; que lutamos por uma sociedade menos desigual e mais justa; que defendemos a manutenção e ampliação das políticas de inclusão social conquistadas no regime democrático, compreendendo que existem claras ameaças à liberdade das brasileiras e dos brasileiros, cuja configuração máxima se expressa como golpe à Democracia, nos manifestamos publicamente em defesa da democracia, do Estado de direito.

Manifestamos-nos, ainda, em defesa da ética e da legalidade na condução das apurações de crimes cometidos por governantes de qualquer partido político e por qualquer cidadão.

Desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), conquista do povo no processo da democratização brasileira, alcançamos, sobretudo na última década, indicadores positivos nos determinantes sociais da saúde da população, como exemplo: a redução da taxa da mortalidade infantil e a ampliação da expectativa de vida das brasileiras e brasileiros. Esses são

avanços importantes, ainda que reconheçamos que as conquistas nessa área precisam ser ampliadas.

A necessidade de avanços é premente em todas as áreas sociais, pois as conquistas são, ainda, insuficientes para construir uma sociedade menos desigual. Muitos desafios, portanto, devem ser enfrentados e muitas lutas devem ser travadas, principalmente para ampliar a consciência política das brasileiras e dos brasileiros, pois a luta pela consolidação do SUS, pela ampliação e garantia dos direitos de cidadania e pela redução das desigualdades sociais no Brasil exige o engajamento de todas e todos.

Alertamos que, neste momento de instabilidade política e institucional, todas as conquistas até aqui alcançadas estão sob ameaça de retrocesso caso a democracia e a liberdade sejam afrontadas, como querem os que ameaçam a democracia, fomentando o ódio e a desigualdade.

Portanto, como trabalhadoras, trabalhadores e estudantes comprometidas(os) com a liberdade, com a democracia e com a saúde da população brasileira, defendemos incondicionalmente o direito à liberdade, o respeito às garantias democráticas obtidas a partir da Constituição Cidadã de 1988, a manutenção e ampliação das conquistas sociais, priorizando-se, nas políticas públicas, o direito ao trabalho digno e à defesa de direitos dos grupos considerados como minorias políticas.

MANIFESTO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS PELA DEMOCRACIA!

Todos os dias somos bombardeados com novas notícias de corrupção e escândalos envolvendo o Partido dos Trabalhadores e seus representantes. Porém, há de se deixar claro que tais denúncias são motivadas pela parcialidade da mídia, que claramente possui um caráter plutocrático e golpista, bem como do Judiciário, que atropela a legislação com divulgações ilegais e coloca em cheque as instituições democráticas, que, desde a queda da ditadura militar em 1985, foram duramente construídas e até hoje encontram-se em processo de consolidação.

Deste modo, nós Assistentes Sociais, nos manifestamos em relação aos seguintes pontos:

1. Na Câmara dos Deputados, há um número significativo de parlamentares envolvidos por denúncias na Operação Lava Jato, mas o foco das publicações midiáticas está na presidente Dilma. É notória quando falamos em corrupção, que a figura do deputado Eduardo Cunha na condição de presidente do processo de *impeachment* se configura como uma afronta à inteligência e ao bom senso das pessoas visto que o citado deputado possui muito dinheiro em suas contas na Suíça, fruto de uma renda não declarada.

2. Sem dúvidas, todos devem ser investigados e punidos. Mas não podemos deixar de perceber que há uma visível aliança de parte do Judiciário com a Mídia, mobilizando o “saudosos” conservadorismo de tempos da ditadura militar, bem como o neoconservadorismo, geralmente individualista e sem claras propostas para o Brasil. Isso é perceptível quando pessoas vão às

ruas, não contra uma pessoa, mas contra o projeto político implementado nos últimos anos e sem a defesa de um projeto claro, sem direção política, tornando instável e duvidoso os reais interesse deste movimento.

3. Fora o caráter político, nota-se que juízes possuem opiniões partidárias e pré-julgamentos, bem como atropelam as normas legais e constitucionais de forma a implantar o caos, com vazamentos irregulares – e cabe destacar, ilegais –, como também com condutas desnecessárias e crime de segurança nacional. Tudo isso, analisamos, em nome de uma pirotecnia e sensacionalismo midiático. Quando a justiça trabalha de forma parcial, com pré-julgamentos e sem levar em conta a legislação, estamos falando claramente de uma ameaça ao Estado Democrático de Direito.

4. O que está em questão não é a defesa de um partido A ou B, mas da DEMOCRACIA DO NOSSO PAÍS. Não aceitamos de forma alguma pedidos de intervenção militar e pedidos de *impeachment* sem base legal e, por isso, sem fundamento.

5. É notório que o perfil das pessoas que vão às ruas, em sua maioria, possui uma alta renda, deixando claro o caráter classista das manifestações favoráveis ao *impeachment* da presidente Dilma. O que nos assusta nisso tudo é o discurso contra as políticas sociais, numa crítica rasteira aos programas de transferência de renda, principalmente ao Bolsa Família. Notamos que estes colocam um caráter pejorativo aos usuários culpabilizado-os pelas suas condições de vida. Enquanto profissionais, que também trabalhamos com a política de Assistência Social, condenamos veementemente toda e qualquer forma de preconceito e discurso de ódio contra as famílias inseridas no Programa Bolsa Família.

6. Como profissionais que atuam nas expressões da “questão social”, é nosso dever alertar aos que como nós são defensores dos direitos sociais e aos nossos usuários a gravidade do discurso de ódio e de classe existente em curso, e por muitas vezes racista, que além de preconceito é crime. Assim, Convocamos os/as Assistentes Sociais para irem às ruas, ao diálogo e na defesa INCANSÁVEL da democracia.

Defendemos a ampliação das políticas sociais, mais financiamento para as políticas sociais, mais controle social, respeito às decisões das conferências de políticas e de direito, e por isso, AVANÇOS na justiça social e na defesa da classe trabalhadora.

PSICODRAMATISTAS A FAVOR DA DEMOCRACIA

Nós, psicodramatistas, unidos por interesses suprapartidários e a favor da democracia, abaixo assinados, fazemos nossas as palavras subscritas por inúmeros professores universitários e endossadas por colegas psicanalistas, entre muitos outros, e as transcrevemos abaixo:

Nós, professores universitários abaixo assinados, vimos a público para reafirmar que o *impeachment*, instituto reservado para circunstâncias extremas, é um instrumento criado para proteger a democracia. Por isso, ele não pode jamais ser utilizado para ameaçá-la ou enfraquecê-la, sob pena de incomensurável retrocesso político e institucional.

Por julgar que o processo de *impeachment* iniciado na semana passada pelo presidente da Câmara dos Deputados serviria a propósitos ilegítimos, em outras ocasiões muitos de nós nos pronunciamos contrariamente à sua deflagração.

Com ele em curso, defendemos que o processo não pode ser ainda mais maculado por ações ou gestos oportunistas por parte de quaisquer atores políticos envolvidos. Papéis institucionais não podem, nem por um instante, ser confundidos com interesses políticos pessoais, nem com agendas partidárias de ocasião que desprezem o interesse da sociedade como um todo.

O processo de *impeachment* tampouco pode tramitar sem que o procedimento a ser seguido seja inteiramente conhecido pela sociedade brasileira, passo a passo. Um novo teste para a democracia consisti-

rá, assim, em protegê-lo de lances obscuros ou de manobras duvidosas, cabendo ao Supremo Tribunal Federal aclarar e acompanhar, em respeito à Constituição, todas as etapas e minúcias envolvidas.

É inegável que vivemos uma profunda crise, mas acreditamos que a melhor forma de enfrentá-la é com o aprofundamento da democracia e da transparência, com respeito irrestrito à legalidade. Somente assim poderemos extrair algo de positivo deste episódio. Manobras, chicanas e chantagens ao longo do caminho só agravarão a dramática situação atual.

O que está em jogo agora são a democracia, o Estado de Direito e a República, nada menos. Acompanharemos tudo com olhos vigilantes e esperamos que, ao final do processo, a presidente da República possa terminar seu mandato.



MANIFESTO DE JORNALISTAS BRASILEIROS EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS SOCIAIS

Nós, jornalistas brasileiros abaixo assinados, vimos nos manifestar à nação em defesa da democracia e do Estado de Direito. Não é a primeira vez, na história republicana do Brasil, que os jornalistas são obrigados a se pronunciar pela salvaguarda das conquistas sociais, das políticas públicas e das garantias democráticas obtidas nas lutas travadas, desde os primórdios da nossa nacionalidade, pelos verdadeiros democratas e pela ampla maioria trabalhadora de nosso povo. Três décadas após o fim do regime militar, nos vemos novamente sob a ameaça do autoritarismo.

A cada dia, crescem os sinais de que está em curso um golpe de Estado contra a presidente Dilma Rousseff, eleita de forma legítima e democrática, e que, a despeito de qualquer crítica que se faça a seu governo, não está ligada a nenhum fato que dê base legal a um pedido de *impeachment*. No entanto, parlamentares que acumulam denúncias de corrupção, como Eduardo Cunha, e alguns dos principais partidos políticos do país já contabilizam votos no Congresso Nacional com esse intuito e negociam abertamente um futuro governo, num clima de golpismo institucionalizado. Em nome do combate à corrupção, a Operação Lava Jato atropela as garantias constitucionais duramente conquistadas, como a neutralidade do Judiciário, o direito ao devido processo legal e a presunção de inocência.

A hostilidade crescente nas redes sociais extravasa para as ruas, e o convívio plural e civilizado no espaço público, que em tempos recentes havia avançado bastante, já se turva. Queremos romper esta teia de ódio! Lembramos que o combate à corrupção também apareceu como pretexto para o golpe de 1964. A memória nacional não pode ser tão curta. Repudiamos a corrupção e exigimos a punição de corruptos e corruptores, mas sempre com respeito às regras do Estado Democrático de Direito. Não aceitamos o retrocesso.

Para nós, a democracia é um valor supremo, irmão da soberania popular. Defendemos os direitos sociais – o patrimônio público, as reservas de petróleo do pré-sal, as empresas estatais, os direitos trabalhistas, os avanços contra o racismo e o machismo, a redução da miséria e da desigualdade – ameaçados pelos adversários da democracia, muitos dos quais são notórios corruptos.

Como jornalistas profissionais, denunciemos o papel nefasto que as grandes empresas de comunicação têm desempenhado na presente crise. Beneficiadas pela falta de regulamentação do artigo 220 da Constituição, que proíbe os monopólios no setor, utilizam sua posição no controle da mídia como ponta-de-lança na ofensiva política contra o governo federal, em defesa dos interesses econômicos das elites nacionais e estrangeiras e dos partidos políticos que as representam.

Essas empresas transformam seus veículos noticiosos em alto-falantes para que fontes ocultas no aparelho de Estado alardeiem vazamentos seletivos de informação, visando a destruir reputações e a soterrar o direito de defesa. Quando criticadas, usam como escudo a liberdade de imprensa, mas negam a seus jornalistas – empregados assalariados – a cláusula de consciência, que permitiria a cada qual se recusar a agir contra a ética e em defesa da rigorosa apuração jornalística e da verdade dos fatos. Assim, multiplicam-se casos de profissionais assediados por determinações superiores e obrigados a se subordinar a orientações com as quais não concordam para manter seu sustento. Não podemos nos conformar com o clima de intimidação reinante em diversas redações.

Trabalhamos pela pluralidade na mídia impressa, falada, televisada e na internet, por um jornalismo ético e de qualidade, pelo respeito ao direito social à informação e ao operário da notícia, o jornalista. Neste momento tormentoso, vamos nos manter a todo custo nas trincheiras da luta democrática e social. Queremos ao nosso lado todas e todos os que mantêm apreço

pela democracia e pelos avanços que apontam para um Brasil mais justo, mais desenvolvido, mais independente e mais soberano. Vamos nos somar, nas ruas, aos que se opõem ao *impeachment* e a outros meios ilegítimos com os quais pretendem derrubar o governo que resultou de eleições legítimas. Não vamos deixar que nos calem. Não ao golpe! Viva a democracia!

015

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação vem a público manifestar sua preocupação diante dos acontecimentos que envolvem a Operação Lava Jato, a crise política em curso no país e o papel que os meios privados da comunicação têm jogado neste contexto.

Deflagrada em março de 2014, a operação da Polícia Federal para apurar denúncias envolvendo a Petrobras tem sido usada pela grande mídia brasileira para atacar a estatal, o governo e o Partido dos Trabalhadores. Esta afirmação vai muito além da opinião e da constatação, desconcertante até, da forma como as notícias têm sido veiculadas e manipuladas para atender a um objetivo político.

Acompanhamento do projeto Manchetômetro, mantido por pesquisadores do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, demonstra a parcialidade da cobertura pelo flagrante número de manchetes negativas produzidas pelos jornais impressos e pelo tempo dedicado pelo Jornal Nacional para atacar o governo federal, o

PT e a presidenta Dilma Rousseff, em comparação com as menções neutras e com menções negativas e a outras instituições. A cobertura espetacularizada das prisões e ações de busca e apreensão promovidas pela Polícia Federal tem se afastado cada vez mais do jornalismo, ao fazer vazamento seletivo de informações, ao dedicar manchetes criminalizando e condenando pessoas e instituições que estão sob investigação, muito antes de haver decisões do Judiciário sobre o real envolvimento e comprovação das denúncias.

A total falta de isenção com o qual os meios de comunicação têm tratado o tema é um ataque ao direito dos cidadãos à informação plural e diversa e à democracia. O noticiário (impresso ou eletrônico) não dá espaço para os acusa-

Os meios de comunicação realizam uma verdadeira censura privada, que compromete o debate público, alimenta a crise e aumenta o ódio e o preconceito.

dos e seus advogados se defenderem, tampouco dedica espaço proporcional a outras operações da Polícia Federal e a denúncias envolvendo governos de outros partidos, como o PSDB e suas lideranças. Durante praticamente todo o ano de 2015, insistiu em minimizar as denúncias contra o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Na escolha do que noticiar, com que destaque e tempo, os meios de comunicação realizam uma verdadeira censura privada, que compromete o debate público, alimenta a crise e aumenta o ódio e o preconceito.

Na última sexta-feira, 4 de março, um novo episódio deste golpe jurídico-midiático foi dado com a 24ª fase da Operação Lava Jato e a cobertura dedicada à condução coercitiva do ex-presidente Lula pela Polícia Federal.

A edição dos telejornais e a cobertura dos veículos impressos sobre a ação da PF foi claramente desproporcional no sentido de avaliar a ação e criminalizar o ex-presidente.

Estes fatos só reforçam o alerta que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação vem dando há pelo menos dois anos: a democracia brasileira corre perigo num cenário de monopólio dos meios de comunicação. Não há democracia sem uma comunicação democrática, porque os meios de comunicação privados impedem a circulação de fatos e opiniões, manipulam as notícias e invisibilizam a voz de amplos setores sociais. Neste cenário:

1) Reafirmamos nosso compromisso com a luta pela democratização da comunicação no Brasil, luta que se materializa na defesa de um novo marco regulatório para as comunicações.

2) Mantemos firme nossa bandeira e nossa pressão sobre o governo federal para que a presidenta da República cumpra o seu compromisso de realizar uma ampla discussão pública sobre o tema. A ausência de iniciativa do Estado brasileiro no campo da comunicação, no sentido de realizar uma ampla reforma de sentido democrático para ampliar a diversidade e a pluralidade de vozes nos meios de comunicação, tem trazido diariamente danos sociais, culturais e econômicos para a sociedade, refém de um pensamento único que corrói as bases da democracia.

3) Reiteramos a denúncia contra a censura privada promovida pelos grandes meios de comunicação. Nossa bandeira maior é a defesa da liberdade de expressão para todos, da democracia e do Estado Democrático de Direito.

016

BLOGS, SELOS E ARTISTAS CONTRA O GOLPE

Em 1992, quando fomos às ruas para apelar Collor do poder, fomos, como hoje, movimentados pela mesma revista *Veja* e pela mesma Rede Globo. A favor da nossa consciência, Collor cometeu o equívoco de ele mesmo se beneficiar do esquema de corrupção desenhado pelo seu tesoureiro Paulo César Farias. PC pagava contas pessoais do presidente e da primeira-dama com grana de propina. Uma CPI foi instaurada na Câmara e os deputados saíram

com provas de que Collor, já na presidência, utilizava-se desse dinheiro para benefício próprio. Era o tal crime de responsabilidade que justificou seu *impeachment*: o presidente dolosamente e diretamente utilizava do seu cargo para conseguir benefícios indevidos.

Piorou quando PC Farias e Collor forjaram documentos pra tentar provar que a grana usada para as despesas do casal mandatário vinha de um empréstimo do Uruguai. Virou falsificador.

Tirar Collor do poder foi pouco traumático para a democracia brasileira, ainda cheirando a talco de neném, na sua primeira eleição direta à presidência depois da acintosa ditadura militar que durou mais de 20 anos. Itamar Franco assumiu, arrumou um plano econômico que ajustou a moeda nacional e fez seu sucessor. Que se reelegeu. Então um novo partido venceu as eleições e elegeu um novo presidente, que fez sua sucessora. Que dois anos atrás também se reelegeu.

Para então estarmos diante novamente de um processo de *impeachment*. Diferentemente de Collor, Dilma não tem nada contra si. Nesse meio tempo, entre sucessores e reeleições, muitos escândalos de corrupção apareceram. Teve o da reeleição, Banestado/Lava Jato, privatária tucana, mensalão petista e mensalão tucano, petrolão/Lava Jato, HSBC, CARF, Panama Papers e nada, em nenhum deles, o nome de Dilma aparece.

A sua chapa está enrolada em tramoias envolvendo obras públicas e a Petrobras. Seu nome não aparece como beneficiária direta de um centavo sequer. Ao contrário, seus delatores, seus acusadores e seus opositores, grande parte deles, em especial os protagonistas (Eduardo Cunha, presidente da Câmara; Renan Calheiros, do Senado; Michel Temer, vice-presidente da República; Aécio Neves, líder da oposição etc.), estão todos enrolados, indiciados ou acusados. Pois é, “a gente somos corruptos”.

Na falta de um crime tão compreensível para a população como o de Collor, arrumaram um “crime fiscal” para justificar o injustificável, o golpe, a destituição de uma presidente eleita pelo povo, democraticamente, legitimamente: as “pedaladas fiscais”, que a grande maioria talvez nem entenda ou queira entender.

Dificultando a compreensão do “crime”, entra a mídia para inflar a ira da turba, pregando no partido da presidente a pecha de bandido, o que para a grande massa acaba sendo a mesma coisa. Ela não fez nada, mas as informações e a narrativa são para misturar tudo num balaio só. Ela virou uma

bandida sem crime. Já está condenada antes mesmo de qualquer julgamento. Chamam-na de ladra, de louca, de anta, de nomes impronunciáveis. Uma covardia. Enquanto não se provar nada contra ela, enquanto não tiver uma mísera prova de que ela é corrupta, o máximo que se pode dizer dela é que Dilma é incompetente, mas isso vai da visão de cada um. Um governo incompetente ou impopular se tira no voto, não por *impeachment*. Acontece que os derrotados de 2014 não souberam esperar e inventaram uma série de artimanhas para tirá-la do poder.

Primeiro, recontagem de votos. Deu em nada. Depois, os crimes vinculados à Lava Jato. Até agora, nada do nome dela aparecer. Ainda existe a saída pelo Tribunal Superior Eleitoral, já que delação premiada de um empreiteiro acusa sua chapa de usar dinheiro de propina na eleição. Uma delação, nenhuma prova, por enquanto. É esperar.

Enquanto isso, arrumaram esse “crime fiscal” que ninguém entende e forçam a barra para que achem que é roubo. Não é. Nem crime é.

Não podemos ser a favor disso. O que vale em resumo desse texto é: *impeachment* com crime não é golpe; sem crime, é. O dela é golpe. Não há crime.

E há promessa de coisa pior: dessa turma de golpistas, grande parte investigada e suspeitada pela Lava Jato, espera-se que as investigações sejam estancadas. Tirado o PT do poder, encerra-se tudo, não investiga-se mais ninguém, já era, todo mundo se salva, e ainda expulsa-se quem a mídia queria expulsar. Não é um processo contra corrupção portanto. Se fosse, Dilma não estaria nessa situação, já que ela não é nem mesmo citada num escândalo em investigação.

Por incrível que pareça, 12 anos depois, por falta de provas, Collor foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal dos crimes de peculato, falsidade ideológica e corrupção passiva. Um inocente diante da Justiça. Ou um sortudo diante de uma polícia incompetente.

Não se pode dizer o mesmo agora. A Polícia Federal tem autonomia, investiga, prende gente graúda (senadores, empreiteiros), gente de grana. Mesmo assim, não chegou em nada que compromettesse Dilma.

A sanha de poder dos golpistas não pode encontrar eco em quem tem um pingão de bom senso. Músicos, jornalistas, políticos, empresários, centrais sindicais, estudantes, juristas, cineastas, atores, atrizes, escritores, *rappers*, tem muita gente contra esse processo. Nós aqui, entre blogues, *sites* e selos musicais e arrobas do Twitter também nos manifestamos contra o golpe.

REPRESENTANTES DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ABES, ASSESPRO, BRASSCOM E FENAINFO)

O setor de TI e TIC, representado pelas entidades que firmam este manifesto, externam preocupação com a grave crise política e econômica que se abate sobre o país e declaram respeito incondicional ao Estado Democrático de Direito, compromisso com a ética e confiança no Brasil.

As dificuldades econômicas, evidenciadas pela queda do Produto Interno Bruto (PIB) e persistente alta da inflação, têm cobrado alto preço da população brasileira em termos de desemprego e impacto na renda do trabalhador. A situação fiscal solapa a confiança dos agentes econômicos, inibindo investimentos.

Precisamos, urgentemente, trabalhar em prol do aumento da eficiência do Estado brasileiro de modo que o nível e a qualidade dos serviços ao cidadão sejam mantidos, quiçá melhorados, ainda que em face a dotações orçamentárias apertadas. Os produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação são poderosos instrumentos viabilizadores de produtividade e excelência operacional, sendo potencializados pela transformação digital e tecnologias correlatas.

O acirramento da crise política tem acarretado crescente agitação e angústia no seio da sociedade e indesejável letargia – ou mesmo paralisia – em diversas esferas dos três poderes da República.

Instamos as lideranças políticas nacionais que busquem, incessantemente, soluções que permitam a superação dos impasses, sempre circunscritas à ordem constitucional e seus desdobres no âmbito do direito. Faz-se, também, mister perseverar na investigação e persecução penal de todos os que incorreram em condutas delituosas, causando danos ao Estado, nos limites legais pertinentes. Urge, porém, fazê-lo com celeridade, para que alcancemos um patamar de estabilidade que possibilite um mínimo de governabilidade.

A rigorosa observância das leis e a ciosa conduta ética devem ser balizadoras no trato dos interesses público e privado. É a partir do exercício são, efetivo e dinâmico desta confluência que logramos construir uma grande nação, com perene protagonismo mundial e justiça social.

Esta manifestação conjunta é consistente com o perfil neutro e apartidário das entidades representadas e com sua atuação em prol do setor de TI e TIC e do melhor interesse do país.
Somos todos pelo Brasil!

018

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS

A Rede de Mulheres da AMARC Brasil – Associação Mundial de Rádios Comunitárias – reunida na Assembleia da entidade dos dias 1 a 3 abril, em Campinas/SP, que tem como princípios a defesa do direito humano à comunicação e da democratização da comunicação, manifesta sua preocupação com o momento atual, em que a democracia está em risco.

Nossa Rede tem se pautado nos seus longos anos de existência pela defesa do direito a uma comunicação democrática, nos direitos humanos das mulheres e na defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito, um espaço de cidadania que nos permitiu lutar e conquistar uma série de direitos, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio e outras importantes questões em favor da mulher brasileira.

No entanto, as mulheres continuam sendo assassinadas por causas evitáveis e pela violência doméstica, sexista e de gênero. Por outro lado, estamos assistindo

O que sobrar^á deste país depois de sua destruição enquanto Estado Democrático de Direito?

à rearticulação de forças conservadoras e fundamentalistas na busca de obter retrocessos em relação às conquistas políticas, à garantia dos direitos – em especial das mulheres – à exclusão de gênero nas políticas públicas, à criminalização da informação sobre direitos sexuais e reprodutivos nos casos de violência sexual. Acompanhamos com grande preocupação o conjunto de projetos tramitados no Congresso Nacional que dificultam ainda mais a implementação de políticas públicas possíveis de re-

verter a situação de desigualdades e vulnerabilidade das mulheres e meninas. Ao mesmo tempo, há nítida tentativa de esvaziamento da democracia e fragilização das instituições políticas e jurídicas.

Sabemos que ainda não temos a democracia que queremos, já que a comunicação continua com uma legislação que beneficia o poder econômico em detrimento da verdadeira comunicação comunitária, popular e pública.

A Rede de Mulheres da AMARC Brasil defende que é preciso ampliar a atual democracia, tornando-a mais aberta e transparente, e que o modelo de desenvolvimento deve estar mais voltado à desconcentração da renda e numa perspectiva de sustentabilidade social, econômica e ambiental, tendo como essência os Direitos Humanos. E consideramos que sem os direitos das mulheres não existem direitos humanos, e a comunicação, também, é um desses direitos.

Mas nada pode justificar o que estamos presenciando: ataques machistas e misóginos à presidenta da República e ataques a lideranças reconhecidas nacional e internacionalmente. Não aceitamos a quebra de regras democráticas, condenações sem provas, constrangimento à cidadania e promoção do descrédi-

to na justiça. Muito menos aceitamos tais ataques à nossa chefe de Estado que, ao longo de sua trajetória, vem promovendo a prática e o desenvolvimento dos direitos humanos e existenciais, ataques estes que atingem não só nossa presidenta, mas cada uma de nós, mulheres e cidadãs brasileiras. Tal estratégia de ataque pelas forças oposicionistas nos ferem e nos deixam na insegurança pelo retrocesso e perda de nossas conquistas.

Reforçamos os questionamentos que também são feitos pela Rede Feminista de Saúde: “A quem recorreremos para a defesa de nossos direitos? A quem denunciaremos as violações dos direitos humanos das mulheres? O que sobrá deste país depois de sua destruição enquanto Estado Democrático de Direito?”

Por isso estamos, mais do que nunca, na luta em defesa da democracia, da igualdade de gênero e pelo fim de todas as formas de discriminação e violência; pela manutenção das políticas públicas que, ao longo das duas últimas décadas, foram construídas em nosso nome, com a nossa luta. Portanto, nos posicionamos contra toda e qualquer tentativa de golpe, em defesa da democracia e dos direitos humanos de mulheres e homens.

019

CULTURA PELA DEMOCRACIA EM SAMPA

(Iniciativa do Circuito Universitário de Cultura e Arte da União Nacional dos Estudantes (CUCA, da UNE), União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Cooperativa de Teatro Paulista, Cooperativa dos Músicos de São Paulo, Teat(r)o Oficina Uzyna Uzona, Universidade Antropófaga).

Artistas de teatro, música, cinema, samba, artes visuais, poetas, escritores, cyberativistas, povos de terreiros, arquitets e urbanistas, povos indígenas,

movimentos de cultura popular, jornalistas, estudantes e professores se reúnem na segunda, 04 de abril, em um grande coro libertário para a criação de novas proposições políticas em direção à democracia.

Em tempos de ódio, a onda golpista, de aspecto fascista, surfa na mídia hegemônica pra disseminar narrativas de combate à diferença, ao pensamento múltiplo, aos corpos livres, às minorias.

Vamos nos unir no Teat(r)o Oficina, território de efervescência cultural, de uma arte viva e vivida nos corpos, para celebrar a reexistência da liberdade, do afeto e da diversidade, só possíveis em uma sociedade democrática de fato.

A arte e a cultura são infraestruturas da vida, potências fundamentais capazes de pensar e criar novos valores sociais, políticos, econômicos, ambientais, afetivos...

É urgente o pragmatismo poético para criar outras narrativas, veículos de ação para deter o avanço da frente fria conservadora!

Felicidade guerreira contra a manifestação apática dos patos!

Desejamos ações estéticas pra vida!

Pela cultura e pela arte como fontes de respiro e alteridade.

020

PSICANALISTAS A FAVOR DA DEMOCRACIA

Nós, psicanalistas, abaixo assinados, fazemos nossas as palavras subscritas por inúmeros professores universitários e as transcrevemos abaixo:

Nós, professores universitários abaixo assinados, vimos a público para reafirmar que o *impeachment*, instituto reservado para circunstâncias extremas, é um instrumento criado para proteger a democracia. Por isso, ele não pode jamais ser utilizado para ameaçá-la ou enfraquecê-la, sob pena de incomensurável retrocesso político e institucional.

Por julgar que o processo de *impeachment* iniciado na semana passada pelo presidente da Câmara dos Deputados serviria a propósitos ilegítimos, em outras ocasiões muitos de nós nos pronunciamos contrariamente à sua deflagração.

Com ele em curso, defendemos que o processo não pode ser ainda mais maculado por ações ou gestos oportunistas por parte de quaisquer atores políticos envolvidos. Papéis institucionais não podem, nem por um instante, ser confundidos com interesses políticos pessoais, nem com agendas partidárias de ocasião que desprezem o interesse da sociedade como um todo.

O processo de *impeachment* tampouco pode tramitar sem que o procedimento a ser seguido seja inteiramente conhecido pela sociedade brasileira, passo a passo. Um novo teste para a democracia consistirá, assim, em protegê-lo de lances obscuros ou de manobras duvidosas, cabendo ao Supremo Tribunal Federal aclarar e acompanhar, em respeito à Constituição, todas as etapas e minúcias envolvidas.

É inegável que vivemos uma profunda crise, mas acreditamos que a melhor forma de enfrentá-la é com o aprofundamento da democracia e da transparência, com respeito irrestrito à legalidade. Somente assim poderemos extrair algo de positivo deste episódio. Manobras, chicanas e chantagens ao longo do caminho só agravarão a dramática situação atual.

O que está em jogo agora são a democracia, o Estado de Direito e a República, nada menos. Acompanharemos tudo com olhos vigilantes e esperamos que, ao final do processo, a presidente da República possa terminar seu mandato.



COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA DO BRASIL: MANIFESTO CONTRA O GOLPE E EM DEFESA DA DEMOCRACIA

“O Brasil, que pulsa diversidade, está atento à onda conservadora que assola o País e promove uma crise civilizatória. Setores reacionários atacam nossa juventude por meio da redução da maioria penal e o genocídio da juventude negra, agredem povos de terreiro, mulheres e a comunidade LGBTTs com o crescente fundamentalismo religioso. Indígenas, quilombolas e povos tradicionais sofrem uma ofensiva do grande capital contra seus territórios.

Fica claro para nós que as conquistas sociais e econômicas dos últimos anos não são suportadas pelas elites do nosso país, que se unificam no Congresso Nacional, alimentados pela grande mídia, em uma ofensiva não somente contra a presidenta eleita, mas à democracia, afrontando os princípios constitucionais brasileiros.” Carta de São Jorge, Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, reunida entre os dias 28 de julho a 01 de agosto de 2015. Vila de São Jorge, Alto Paraíso de Goiás, Chapada dos Veadeiros – GO.”

A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, instância colegiada que representa os pontos de cultura de todos os estados e das diversas expressões culturais presentes no nosso país, repudia qualquer tentativa de golpe e se posiciona claramente em defesa da democracia.

Compreendemos que setores do Judiciário, em aliança com a grande mídia, com as alas mais conservadoras do Congresso Nacional e com os interesses do capital internacional, vêm organizando uma verdadeira perseguição política, notadamente seletiva, que visa atacar somente um grupo político.

**Temos assistido
uma escalada do
fascismo no Brasil.
Pessoas estão
sendo agredidas
nas ruas por causa
de suas opiniões
e até pela cor das
suas roupas!**

Enquanto isso, outros escândalos são sistematicamente engavetados e abafados, quando é do interesse dos golpistas.

Defendemos as investigações, mas que todos sejam devidamente investigados, sem acobertar quem quer que seja. Também defendemos que estas investigações ocorram dentro da legalidade e em consonância com as garantias e ritos previstos na Constituição Federal.

Temos assistido uma escalada do fascismo no Brasil. Pessoas estão sendo agredidas nas ruas por causa de suas opiniões e até pela cor das suas roupas!

Diante da gravidade dos fatos citados, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura não silenciará, compactuando com o autoritarismo e com toda e qualquer expressão antidemocrática. Já vivemos períodos tenebrosos e sabemos o quanto a cultura, a livre expressão e o povo, especialmente os extratos mais vulneráveis por questões de classe, raça, gênero e orientação sexual, são prejudicados quando a institucionalidade é rompida. Devemos prosseguir trabalhando por um país justo, democrático e que respeite as diversidades, inclusive as de ordem política.

Afirmamos categoricamente que o presente manifesto não se trata da defesa do Governo, ao qual aliás tecemos uma série de críticas em diversas áreas. Trata-se da defesa intransigente do Estado Democrático de Direito. Não aceitaremos passivamente qualquer violação da nossa democracia conquistada com muita luta!

Enquanto perdurarem as ameaças à democracia e a possibilidade de golpe, permaneceremos mobilizados construindo e participando das atividades do campo democrático por todo o país.

CONCEITO ARTE PELA DEMOCRACIA NA PERIFERIA

Não é de hoje que ouvimos falar em crise.

Somos assalariados e escravos do aluguel e do supermercado!

Não é de hoje que ouvimos falar em caos.

Quando chove no SARANDI dezenas de famílias ficam fora de suas casas!

Não é de hoje que ouvimos falar em insegurança.

Já é natural dormir ouvindo o barulho dos tiros!

Não é de hoje que ouvimos falar em falta de oportunidade.

Aqui a barriga tem fome e o trabalho não pode esperar a faculdade!

Não é de hoje que ouvimos falar em golpe.

Toda eleição os políticos tomam café e tiram fotos em nossas casas, depois nem nos recebem!

Não é de hoje que ouvimos falar em fascismo.

Na favela a polícia só entra pra bater em preto e pobre!

Não é de hoje que ouvimos falar em imposto.

Porque aqui tudo é imposto!

Não é de hoje que não somos ouvidos, que não somos atendidos e que somos isolados da democracia, mas não podemos ficar calados para o que está acontecendo no nosso país.

Os políticos que representam a oposição ao governo transbordam o seu ódio ao PT na tribuna da Câmara dos Deputados. Não querem um *impeachment*, querem a cabeça da presidenta Dilma Rousseff.

Culpam o PT por todos os problemas que o país enfrenta e dizem por aí que foram os petistas que inventaram a luta de classes. Infelizmente, nós nunca vimos pobre entrar na universidade com bolsa de empresário, nem mesmo rico dando oportunidade pra pobre estudar no exterior. Nunca vi-

mos padrão deixar de descontar o salário da mãe que ficou em casa com o filho doente, nem dando folga para o trabalhador ficar em casa com a família. Nunca vimos ricos carregando a bandeira do Brasil como o pobre carrega todas as manhãs quando vai trabalhar. Todos nós queremos um país melhor e sonhamos que os nossos filhos tenham mais oportunidades e é por isso que temos que fazer por nós. Como diz o Sérgio Vaz, revolucionário é todo aquele que quer mudar o mundo e tem a coragem de começar por si mesmo.

Somos CONTRA o *IMPEACHMENT* e contra qualquer tipo de golpe ao mandato da presidenta Dilma, porque entendemos que este Congresso não tem nenhuma condição de julgar qualquer tipo de crime. Não há legitimidade em um processo que é conduzido por um dos maiores corruptos da história desse país, o deputado Eduardo Cunha.

Sabemos que pra sair da crise precisamos de REFORMA POLÍTICA, REFORMA URBANA, REFORMA AGRÁRIA, REFORMA EDUCACIONAL e antes de tudo isso a PARTICIPAÇÃO DA PERIFERIA nas decisões da nossa cidade, do nosso estado e do nosso país!

023

.....

COLETIVO DE PROFISSIONAIS DO CINEMA LANÇA MANIFESTO CONTRA O IMPEACHMENT

.....

Nós, cineastas, roteiristas, atores, produtores, distribuidores e técnicos do audiovisual brasileiro, nos manifestamos para defender a democracia ameaçada pela tentativa de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Entende-

mos que nossa jovem democracia, duramente reconquistada após a ditadura militar, é o maior patrimônio de nossa sociedade. Sem ela, não teríamos obtido os avanços sociais, econômicos e culturais das últimas décadas. Sem ela, não haveria liberdade para expressarmos nossas distintas convicções, pensamentos e ideologias. Sem ela, não poderíamos denunciar o muito que falta para o país ser uma nação socialmente mais justa. Por isso, nos colocamos em alerta diante do grave momento que ora atravessamos, pois só a democracia plena garante a liberdade sem a qual nenhum povo pode se desenvolver e construir um mundo melhor.

Como nutrimos diferentes preferências políticas ou partidárias, o que nos une aqui é a defesa da democracia e da legalidade, que deve ser igual para todos. Somos frontalmente contra qualquer forma de corrupção e aplaudimos o esforço para eliminar práticas corruptas em todos os níveis das relações profissionais, empresariais e pessoais.

Nesse sentido, denunciamos aqui o risco iminente da interrupção da ordem democrática pela imposição de um *impeachment* sem base jurídica e provas concretas, levado a cabo por um Congresso contaminado por políticos comprovadamente corruptos ou sob forte suspeição, a começar pelo presidente da casa, o deputado federal Eduardo Cunha.

Manifestamos a nossa indignação diante das arbitrariedades promovidas por setores da Justiça, dos quais espera-se equilíbrio e apartidarismo. Da mesma forma, expressamos indignação diante de meios de comunicação que fomentam o açodamento ideológico e criminalizam a política. Estas atitudes colocam em xeque a convivência, o respeito à diferença e a paz social. Repudiamos a deturpação das funções do Ministério Público, com a violação sistemática de garantias individuais, prisões preventivas, conduções coercitivas, delações premiadas forçadas, grampos e vazamentos de conversas íntimas, reconhecidas como ilegais por membros do próprio STF. Repudiamos a contaminação da justiça pela política, quando esta desequilibra sua balança a favor de partidos ou interesses de classes ou grupos sociais.

Nos posicionamos firmemente a favor do Estado de Direito e do respeito à Constituição Brasileira de 1988. Somos contrários à irracionalidade, ao ódio de classe e à intolerância.

Como construtores de narrativas, estamos atentos à manipulação de notícias e irresponsável divulgação de escutas ilegais pelos concessionários das redes de comunicação.

Televisões, revistas e jornais, formadores de opinião, criaram uma obra distorcida, colaborando para aumentar a crise que o país atravessa, insuflando a sociedade e alimentando a ideia do *impeachment* com o objetivo de devolver o poder a seus aliados. Tal agenda envolve desqualificar as empresas nacionais estratégicas, entre as quais se insere a emergente indústria do audiovisual.

Por todos esses motivos, nos sentimos no dever de denunciar essa enganosa narrativa e de alertar nossos pares do audiovisual em outros países sobre este assombroso momento que vivemos.

Usaremos todos os instrumentos legais à nossa disposição para impedir um retrocesso em nossa frágil democracia.

024

COLETIVO DE PROFISSIONAIS DO TEATRO PELA DEMOCRACIA

Pela legalidade democrática.

Pelo Estado Democrático de Direito.

Contra o golpe jurídico-midiático.

Contra o *impeachment*.

Este ato surge da necessidade de grupos ligados ao trabalho em teatro de resistir ao golpe em curso e defender a democracia.

Ato aberto e apartidário para o qual conclamamos artistas de outras áreas, profissionais de outros campos e todos aqueles que, como nós, não permitirão que a ameaça ganhe mais terreno.

Vimos repudiar enfaticamente os acontecimentos que atentam contra o Estado de Direito e a legalidade democrática.

Vimos nos posicionar pela defesa dos direitos civis e das garantias individuais.

Vimos reconhecer a importância das recentes conquistas do povo brasileiro, entre elas a diminuição significativa da secular desigualdade social; a saída do Brasil do mapa da fome; o aumento do acesso das classes populares à educação fundamental, técnica e universitária; o desenvolvimento de políticas pela igualdade e diversidade racial, religiosa e de gênero.

Vimos exigir a continuidade do governo eleito e o avanço das políticas de distribuição de renda e demais pautas tão fundamentais quanto urgentes para uma maior justiça social e ainda carentes de atenção, entre elas a demarcação e defesa de terras indígenas, maior regulação do agronegócio, a defesa do Estado laico, a real reforma política, a democratização dos meios de comunicação, a descriminalização dos movimentos sociais, a aprovação da PEC 150-421 que garante o mínimo de 2% do orçamento federal para a Cultura.

Nós, artistas, que desempenhamos papel histórico fundamental na resistência à ditadura militar, não faltaremos com nossa contribuição em um momento como o que se apresenta. Não se trata de partidarismo. O fazer político não pressupõe filiações institucionais. Tomaremos partido!

Experimentados em dramaturgia que somos, nos afronta a farsa mal-armada, o subtexto medíocre, a direção mal-intencionada.

Um golpe está sendo montado, podemos ver, mesmo que os refletores apontem para o outro lado e as armas sejam outras.

Não permitiremos que caia o pano da jovem democracia brasileira. Nosso fazer não diz respeito à arte somente, mas a todos aqueles que vivem e têm voz. A todos os que acreditam na importância de ter suas palavras ouvidas e livres, ou virão a delas se servir.

Um palco incendiado põe em risco todos os atores e narrativas. Não admitiremos a reencenação de um triste e – julgávamos – superado período histórico.

No teatro, os que realmente veem e ouvem não permanecem calados por muito tempo. Vemos suas vozes se erguendo em cada vez mais alto e bom som.

MANIFESTO DE ESCRITORAS, ESCRITORES E ARTISTAS PELA DEMOCRACIA

Mais uma vez na história, forças que não aceitam avanços sociais e a extensão de direitos e oportunidades às camadas mais pobres da sociedade brasileira tentam se apossar do Estado à força, pisoteando a Constituição e a democracia.

Parlamentares repetidas vezes citados em documentos e delações por crimes gravíssimos contra o patrimônio público, sob a liderança de um presidente da Câmara declarado réu em um processo no Supremo Tribunal Federal por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, vão votar a interrupção do mandato de uma presidenta da República contra a qual não existe nenhuma investigação em curso, violando a Constituição que não prevê *impeachment* na ausência de crime de responsabilidade. O envolvimento de políticos em exercício e ex-políticos de todos os partidos em graves denúncias de corrupção está sendo investigado de forma descaradamente seletiva, o que configura um uso partidário e não isonômico do Poder Judiciário e da Polícia Federal. Aliado a isso, assistimos todos os dias a uma cobertura abertamente parcial, controlada e autocensurada da situação política atual e dos eventos judiciais a ela atrelados por parte de empresas de comunicação que concentram há décadas a propriedade da grande maioria dos meios de comunicação do país, os mesmos conglomerados que estiveram entre os protagonistas do golpe militar de 1964 e apoiam organicamente a ditadura que este implantou.

Esse cenário de sequestro de instituições centrais da democracia liberal como o Poder Judiciário, a Polícia Federal e os meios de comunicação por determinadas forças políticas com o objetivo de derrubar sem bases legais um governo eleito pelo povo e assumir o poder sem legitimidade tem um único nome: tentativa de golpe de Estado. Uma tentativa que é suportada pela alimentação incessante de um clima de ódio; de violência verbal, física, psicológica e institucional e de discriminação abertamente declarada contra sujeitos individuais e coletivos que manifestam ideias e posições políticas progressistas, com a conivência da grande mídia oligopolista, de setores empresariais e de parte do Poder Judiciário. Temos plena consciência de que muitos atores sociais – mulheres, negros, povos indígenas, trabalhadores sem-terra, trabalhadores sem-teto, habitantes das periferias urbanas, pessoas LGBTTs, entre outros – vivem diariamente há décadas uma realidade de falta absoluta de democracia, de não vigência dos princípios básicos do Estado de Direito. Nunca deixamos de denunciar essas injustiças e acreditamos que a extensão dessa situação a potencialmente todas as pessoas que defendem causas progressistas, e que exercem sua cidadania lutando por elas nos mais diversos âmbitos, represente um inadmissível ataque ao mínimo de direitos sociais e de liberdades democráticas conquistados com o suor e o sangue de inteiras gerações.

Também sabemos que um *impeachment* sem bases legais não representaria apenas a derrubada inconstitucional de um governo democraticamente eleito, mas a implementação de um programa político e econômico não legitimado pelo povo que visa desconstruir as – ainda incipientes e insuficientes – conquistas sociais da última década pela eliminação de direitos trabalhistas historicamente conquistados, a precarização extrema das relações de emprego, a redução dos gastos sociais e a interrupção de programas de redistribuição de renda, o fim de políticas afirmativas de promoção dos direitos das minorias, entre outros pontos.

Em toda a riqueza e diversidade interna daquelas e aqueles que assinam este manifesto, muitos não apoiam politicamente o governo da presidenta Dilma Rousseff e defendem que mude de rumo nas políticas econômicas, que atualmente penalizam os mais pobres, e que enfrente os setores conservadores do Congresso colocando em pauta reformas estruturais indispensáveis. Mas todas e todos nos opomos com firmeza à derrocada inconstitucional deste governo, cientes de que no atual momento histórico ser contra o

impeachment sem bases legais não é sinônimo de defender um governo, mas a democracia e o Estado de Direito.

Em 1964 e nas duas décadas seguintes, o mundo das letras e das artes, mesmo sofrendo repressão e censura, não se calou diante da arbitrariedade e da barbárie. Hoje continuamos afastando de nós e de todos esse cálice. Como durante a ditadura, nós intelectuais, escritoras, escritores e artistas dizemos não ao golpe e afirmamos nossa defesa intransigente da democracia.

026

CARTA DO HIP HOP BRASILEIRO À DEMOCRACIA DO BRASIL

Sempre que a Globo, a Veja, a Folha, a polícia e todos esses filhos da ditadura estiverem de um lado, podem acreditar, nós estaremos do outro lado, do seu lado.

Quando na periferia invadem a casa e sequestram um sindicalista que deu a vida e transformou o seu país, nós o defendemos.

Quando homens sem caráter, que roubaram durante 500 anos as riquezas da nação e tentam culpar a única mulher presidenta de nossa história, nós não vacilamos, lutaremos e diremos em alto e bom som: É GOLPE!

É justamente em momento difícil como este que a gente sabe quem são os verdadeiros, tá ligado. E se o momento é duro, somos mais duros ainda.

O *Hip Hop* é irmão da democracia. Nascemos juntos no Brasil. Já pensou um *rapper* sem a Democracia? Não dá nem para imaginar.

Lutamos muito para conquistar o direito de poder dizer o que pensamos em nossas músicas, nos muros, na dança. Tornamos um operário presidente da república e Lula criou os Pontos de Cultura, deu condições aos mais pobres viverem em uma moradia digna, ter diploma universitário e viajar de avião. Se tornou o maior político do século XXI e elegeu sua sucessora: Dilma combateu a força bruta a favor da liberdade e venceu, venceu o câncer e venceu as duas eleições que concorreu. Não será um monte de patifaria e mentiras que irá derrota-la.

O salário mínimo longe do ideal, nunca foi tão alto. Vivemos o pleno emprego e descobrimos o pré-sal. Se não bastasse o país ainda recebeu a Copa e receberá as Olimpíadas.

Isso tudo é muita afronta. Os poderosos decretaram que essas coisas não são pra nós. Feito pato, uma par foi atrás, no embalo. Destruíram todos os nossos orgulhos, do futebol à Petrobras. “Enquanto a Klu Klux Klan bate panela na Paulista” (*Rapper Renegado*)

Agora querem acabar com você. Isso mesmo, você Democracia, corre um sério risco e nossa cara é denunciar:
É GOLPE!

Convidamos a todas as Manas e Manos que vivem ou desenvolve arte-vismo nas periferias colar com a gente. Sem a Democracia não haverá a roda de rima, de capoeira, os fluxos, os saraus. Não é hora de olhar as diferença, vamos primeiro garantir o que é nosso por direito.

Aos que pedem a volta do regime militar, convidamos para se mudarem para a periferia, por aqui o cacete e a bala continua ditando o terror.

Temos críticas, muitas críticas, mas não jogamos fora a criança junto com a água suja. Muito menos responsabilizamos uma única pessoa, nem um único partido por questões que por vezes compete ao vereador, prefeito ou governador.

Queremos que toda a corrupção seja investigada, a corrupção da renda escolar, a corrupção em obras do Metrô, a corrupção da reeleição, a

**Aos que pedem
a volta do regime
militar, convidamos
para se mudarem
para a periferia,
por aqui o cacete
e a bala continua
ditando o terror.**

corrupção de FURNAS, (...) enfim. Queremos que os crimes, depoimentos e personagens tenham os mesmos tratamentos, sem preconceito.

Dessa forma, amiga Democracia, sua existência estará assegurada.

Pode contar com a gente.

Tamu junto!

Movimento Hip Hop do Brasil (Assinam Esta Carta as Entidades, Coletivos, Posses e Lideranças do Movimento Hip Hop do Brasil)

027

MANIFESTO DOS SAMBISTAS CONTRA O GOLPE

As conquistas democráticas no Brasil desde o fim da ditadura militar vêm sendo ameaçadas. O pedido de *impeachment* à presidenta Dilma

A luta do samba

sempre esteve

junto à luta do

povo trabalhador.

Rousseff deu início a um processo de golpe de Estado no nosso país.

Golpe, porque Dilma não cometeu nenhum crime de responsabilidade, e não tem nenhuma prova de corrupção em seu nome. O pedido de *impeachment* é baseado em metas fiscais anteriores, e

por isso não é legal. Na verdade, o que está em jogo nesse momento é o projeto que reduziu desigualdades, tirou o Brasil do mapa da fome da ONU

e levou avanços importantes para a vida dos brasileiros. Dentre eles, a entrada da classe trabalhadora na universidade, o aumento real do salário mínimo, a energia elétrica e o Bolsa Família.

Vivemos um momento difícil provocado por uma crise econômica mundial, que só será superada com a retomada do crescimento. As políticas de arrocho salarial, privatizações e sucateamento dos serviços públicos, defendidas pela oposição, não são o caminho para um Brasil justo e democrático.

Recentemente, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, a cantora Beth Carvalho se posicionou dizendo: “O samba é mais de esquerda, é o povo. Nelson Sargento é de esquerda, Cartola também era”.

O samba é o gênero que representa a alegria e a indignação do povo brasileiro. De Paulo da Portela a Martinho da Vila, de Zé Kéti a Noca da Portela, foram muitos os baluartes que fizeram história se posicionando politicamente e enfrentando uma luta contra preconceitos étnicos e sociais, em defesa da cultura popular. A luta do samba sempre esteve junto à luta do povo trabalhador.

O posicionamento político dos sambistas deve permanecer vigente! É hora de ir às ruas e construir uma frente ampla em defesa da democracia. Não vamos aceitar outra tentativa de golpe! Estamos lado a lado ao projeto democrático e popular. E vamos defender: Dilma Fica!

PROFISSIONAIS DA MÚSICA UNIDOS NA LUTA PELA DEMOCRACIA

O que vivemos hoje no Brasil é uma clara ameaça ao que foi conquistado a duras penas: a democracia. Uma democracia ainda incompleta, é verdade, mas que soube, nos últimos anos, avançar de maneira decidida na luta contra as desigualdades e injustiças, na conquista de mais espaço de liberdade, na eterna tentativa de transformar este nosso país na casa de todos, e não na dos poucos privilegiados de sempre.

Nós, trabalhadores das artes e da cultura em seus mais diversos segmentos de expressão, estamos unidos na defesa dessa democracia.

Da mesma forma que as artes e a cultura do nosso país se expressam em sua plena – e rica, e enriquecedora – diversidade, nós também integramos as mais diversas opções ideológicas, políticas, eleitorais.

Mas nos une, acima de tudo, a defesa do bem maior: a democracia. O respeito à vontade da maioria. O respeito à diversidade de opiniões.

Entendemos claramente que o recurso que permite a instauração do impedimento presidencial integra a Constituição Cidadã de 1988.

E é precisamente por isso, pelo respeito à Constituição, escudo maior da democracia, que seu uso indevido e irresponsável se constitui em um golpe branco, um golpe institucional, mas sempre um golpe. Quando não há base alguma para a sua aplicação, o que existe é um golpe de Estado.

Muitos de nós vivemos, aqui e em outros países, o fim da democracia.

Todos nós, de todas as gerações, vivemos a reconquista dessa democracia.

Defendemos e defenderemos, sempre, o direito à crítica, por mais contundente que seja, ao governo – a este e a qualquer outro.

Mas, acima de tudo, defendemos e defenderemos a democracia reconquistada.

Uma democracia, vale reiterar, que precisa avançar, e muito. Que não seja apenas o direito de votar, mas de participar, abranger, enfim, uma democracia completa, sem fim. Em que cada um possa reivindicar o direito à terra, ao meio-ambiente, à vida. À dignidade.

Ela custou muita luta, sacrifício e vidas. Custou esperanças e desesperanças.

Que isso que tentam agora os ressentidos da derrota e os aventureiros do desastre não custe o futuro dos nossos filhos e netos.

Estamos reunidos para defender o presente. Para espantar o passado. Para merecer o futuro. Para construir esse futuro. Para merecer o tempo que nos foi dado para viver.

029

#OCUPEADEMOCRACIA

#ABRILPRADEMOCRACIA

A democracia está em risco. Nos resta uma semana. Uma semana. Nos resta também o que temos de mais potente. Nossos corpos, desejos, nossa resistência cotidiana. Sabemos que essa democracia é pouca. É capturada pelos de sempre. Defender a democracia para ir além. Radicalizar a democracia para que a juventude negra não seja mais exterminada. Para que as mulheres possam viver uma vida sem opressão e violência. Povos da floresta, sem-terra, sem-teto. Somos o que vem das ruas. Somos a possibilidade de uma democracia real. Contra o 1%. Contra os falsos homens de bem. Permanecer ocupando e fabricar nossos laços. Cultura na veia, arte na alma e livre expressão. (Re) existir. Nenhum passo atrás. Produzir uma outra forma de existência e multiplicar nosso grito. Não pode ter golpe. Estamos de pé para ocupar as cidades e amar livremente. Radicalizar a democracia. Nos encontrar, nos reconhecer. Ninguém cala o que vem da rua. Por todos os Junhos e sua desobediência. Abril para a Democracia. Estamos vivos e resistir é a nossa maior possibilidade.

INTELECTUAIS, ARTISTAS E ADVOGADOS GAÚCHOS LANÇAM MANIFESTO EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Nós, profissionais gaúchos das áreas de educação superior, cultura, pesquisa, comunicação, direito e ações comunitárias, com atuação em diferentes espaços de produção intelectual públicos e privados no Rio Grande do Sul, vimos nos manifestar em defesa do Estado Democrático de Direito no Brasil. O país corre um grave e iminente risco de ruptura institucional.

No Parlamento, os presidentes da Câmara e do Senado estão sob investigação, acusados de envolvimento em corrupção, assim como centenas de outros parlamentares e políticos em todo o país. Os partidos de oposição aliados a setores descontentes da base governista estão encaminhando um processo de *impeachment* da presidente da República, de forma açodada e sem que tenha sido caracterizado crime de responsabilidade.

No Poder Judiciário, assistimos a uma clara partidarização de setores que têm se mostrado seletivos em relação aos investigados por malfeitos e lenientes com os princípios do Estado de Direito, estabelecidos pela Constituição Federal. Estes setores têm se aliado aos grandes grupos de mídia em suas práticas de acusação seletiva aos partidos da base do governo federal, incentivando uma descrença crescente da população nas instituições do Estado Democrático.

Setores expressivos do Ministério Público e da Polícia Federal não têm cumprido seu papel de realizar investigações apartidárias, de modo que todos os suspeitos de corrupção possam ser investigados e julgados de forma imparcial – salvaguardados o direito ao contraditório e a presunção da inocência. Pelo contrário, vêm mantendo uma postura sem imparcialidade, de clara desestabilização do Governo Federal.

O poder Executivo Federal, por sua vez, encontra-se imobilizado frente às importantes mudanças necessárias para o enfrentamento da crise econômica e a retomada do desenvolvimento com inclusão social, defesa da soberania nacional e democracia, bandeiras fundamentais do programa pelo qual foi eleito.

Os ataques constantes realizados ao Poder Executivo têm tido como consequência a redução de sua capacidade de atuar como liderança hemisférica na defesa do desenvolvimento autônomo das nações, frente ao poder dos grandes blocos econômicos hegemônicos.

Deste quadro de instabilidade institucional decorre uma grave polarização política, que desencadeia atos de intolerância e ódio entre posições divergentes, como atestam as crescentes manifestações de violência física e simbólica ocorridas em diferentes regiões do país.

É urgente, portanto, que as forças democráticas do país e as instituições republicanas se manifestem em defesa do Estado Democrático de Direito. A alternativa não democrática implicaria retrocessos em termos políticos, sociais e econômicos para o país e, principalmente, para os segmentos da população em situação de maior vulnerabilidade social.

Conclamamos a unidade em defesa da democracia. Trata-se de defendê-la acima de tudo. Que a vontade soberana do povo não seja alterada por um *impeachment* ilegal ou por ações jurídicas partidarizadas, que afrontem os direitos constitucionais.

TRICOLORS PELA DEMOCRACIA

Quem somos nós?

O Tricolores Pela Democracia é um grupo de torcedores do Fluminense Football Club que entende que futebol, política e religião são temas absolutamente discutíveis, diferente do que prega o senso comum. Nascemos de um fórum em uma rede social, com o objetivo de discutir a conjuntura sociopolítica do Brasil, neste momento em que uma crise forjada pretende solapar o Estado Democrático de Direito em nosso país.

O que pretendemos com este manifesto?

Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira dizia que “o futebol tem uma capacidade única de mobilizar as massas”. No Brasil, não há esporte tão agregador e/ou que signifique tanto a expressão da miscigenação brasileira. Nenhum outro aspecto de nossa cultura envolve tanta paixão e ocupa tanto espaço em nosso precioso tempo diário.

Somos tricolores e democratas. Entendemos que, nos últimos 31 anos, foi necessário o esforço político de diversos atores da sociedade, de modo que o Brasil conseguisse, finalmente, se consolidar como uma democracia em construção.

No entanto, sabemos que ainda há muito caminho a ser percorrido. Enquanto houver prevalência do privado sobre o público, dentre outros fatores que certamente fariam deste texto um testamento, o caminho será longo para alcançarmos o desejado. Todo esse rumo requer a necessidade de diálogo e, sobretudo, a garantia de direitos.

Nos últimos 13 anos, o Brasil, a duras penas, conseguiu conquistas sociais negadas à maioria da população por séculos. Saímos do mapa da fome. Negros e indígenas ingressaram nas universidades. A população passou a ter acesso a bens de consumo antes jamais imaginados. Aeroportos se transformaram em ambientes multicores.

E por incrível que pareça isso incomodou.

Hoje estamos na iminência de um golpe. Sim, não há outra palavra para descrever o caos político em que nos encontramos.

Num momento em que as instituições consolidadas do país sofrem ameaça iminente, outro ponto importantíssimo trata da democratização dos meios de comunicação, vista com enormes reservas pelos grupos econômicos majoritários. Esse problema atinge a todos os setores da sociedade, e o futebol não está imune a ameaças, especialmente os formadores de opinião independentes.

Por fim, os tricolores abaixo subscritos acreditam na recuperação e no avanço do Brasil através do cumprimento da Constituição, dos princípios elementares da legalidade e do respeito às normas do Direito, sem edições nem adaptações de caráter seletivo, que claramente tentam subverter a vontade popular legitimada pelo voto. A lei deve ser para todos; as investigações e o combate à corrupção, *idem*. Queremos um Brasil plural, democrático e verdadeiro. Ao contrário da pecha que a grande imprensa tenta nos impor, virada de mesa é uma expressão que não consta do nosso vocabulário, dos nossos anseios e da nossa história.

Saudações Tricolores!



COLETIVO DEMOCRACIA CORINTHIANA

1) A cultura da corrupção deve ser vigorosamente combatida. Ela atrasa o crescimento econômico, prejudica a atividade empreendedora, promove a injustiça e, por fim, tira o pão da mesa dos trabalhadores mais humildes.

2) A luta contra a corrupção, porém, não pode se transformar em pretexto para perseguições políticas. *Shows* midiáticos não auxiliam a construção da justiça.

3) É inadiável o aprofundamento das investigações que visam a punir aqueles que lesaram a maior empresa do Brasil, a Petrobras.

4) É necessário, no entanto, que os agentes da lei sejam justos. Se há energia contra os vermelhos, que se repita a atitude contra os azuis.

5) Procuradores e magistrados devem se empenhar também em defender o povo contra aqueles que delinquiram em FURNAS, no Banestado, no Rodoanel, no metrô paulistano, na CPTM ou nas cozinhas escolares que tiveram surrupiada a merenda.

6) Não se pode admitir que a pauta do Congresso Nacional seja travada por um elemento como Eduardo Cunha, cujo braço da lei parece jamais alcançar.

7) Não há base legal e moral para o pedido de *impeachment* da presidente Dilma. E este golpismo permanente é o principal componente da crise econômica que nos assola.

8) A interrupção do processo democrático é objetivo das forças conservadoras, as mesmas que atiraram o país nas sombras durante a Ditadura Militar. É também interesse dos oligopólios mercantis transnacionais, que pretendem se apossar de nossas ricas fontes de recursos naturais.

9) O Coletivo Democracia Corinthiana, enquanto grupo, não apoia qualquer partido ou figura política. Não representa oficialmente o Sport Club Corinthians Paulista, tampouco qualquer de seus dirigentes. Jamais recebeu ou receberá qualquer benefício financeiro como prêmio por suas ações em defesa da democracia.

10) O Corinthians nasceu dos trabalhadores, em 1910, como referência da luta por liberdade, fraternidade e direitos universalizados. É nosso *ethos*, o mesmo expresso na trajetória da Democracia Corinthiana, que contribuiu decisivamente para a redemocratização do país. O Corinthians é o time do povo; e o povo tem o direito e o dever de fazer sua própria história.

033

MANIFESTO AMBIENTALISTA A FAVOR DA DEMOCRACIA

No atual contexto de degradação das instituições e dos poderes executivos, legislativos e judiciários do Brasil, nós, ambientalistas gaúchos, nos posicionamos em defesa intransigente da democracia e da constitucionalidade dos procedimentos jurídicos, legislativos e políticos. Nesse sentido, somos contra o *impeachment*, que – embora seja uma ferramenta constitucional válida para a defesa da democracia –, na versão midiática e político-partidária que está acontecendo, se configura em golpe de Estado.

As ameaças aos direitos civis, a hostilidade crescente nas redes sociais e nas ruas, a civilidade corrompida pela manipulação midiática distorcida, o conluio de interesses escusos entre forças que dominam a economia e a política e contaminam parte do Judiciário e da Polícia Federal devem ser enfrentados com a coragem e a dignidade que caracterizam nosso povo.

Não basta denunciar aqueles que trabalham contra os direitos sociais e a legalida-

de democrática, que se locupletam com a expectativa de dilapidar nosso patrimônio comum e comprometer nosso futuro como nação soberana. Precisamos enfrentá-los diretamente, em todos os espaços, desmascarando os procedimentos ilegais, os crimes contra a privacidade, o atropelo dos direitos e garantias de cidadania, a destruição de patrimônios comuns e a partidarização do Judiciário, assim como todo e qualquer movimento irresponsável que atue no sentido de desviar nosso povo e nosso país em direção a um Estado de exceção que conhecemos, que já superamos, que não devemos esquecer e não queremos que retorne .

Com esta convicção, nos mobilizaremos em oposição aos atores que constroem pretextos artificiais para a interrupção da legalidade democrática, apontando um futuro de reformas políticas conservadoras, deletérias ao ambiente natural e nefastas ao destino civilizatório desta e das futuras gerações.

Manifestamos-nos contra as ameaças aos direitos de cidadania!

Vale destacar o fato de que, ao mesmo tempo em que nos apresentamos em defesa da Democracia, reiteramos nossa até aqui fraudada expectativa de obter, no horizonte do atual governo, avanços institucionais consistentes em defesa da reforma agrária, do ambiente natural e de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável em termos ecológicos no campo e na cidade.

Esperamos que, superado este momento de crise, emergjam políticas de Estado capazes de integrar e acolher as reivindicações da sociedade civil organizada no sentido de efetivar as mudanças estruturais nas áreas urbanas e rurais. Essas políticas são fundamentais para a necessária mudança de paradigma civilizatório, indispensável para superar a crise ecológica, evitar os retrocessos e impulsionar ações de preservação e recuperação da natureza, assim como a prevenção e a criminalização de danos ambientais.

Não ao golpe! Viva a Democracia! Pelo ambiente natural! Pelas atual e futuras gerações!

**Somos contra o
impeachment, que
— embora seja
uma ferramenta
constitucional válida
para a defesa da
democracia — , na
versão midiática e
político-partidária
que está acontecendo,
se configura em golpe
de Estado.**

PROFISSIONAIS DO RURAL PELA DEMOCRACIA

Na última década, transformações importantes no campo resultaram na inclusão de 15 milhões de famílias agricultoras na dinâmica econômica do país. Políticas de Estado fortaleceram a agricultura familiar, responsável pela maior parte dos alimentos que chegam às nossas mesas, possibilitando melhores condições de trabalho e renda e oferta de alimentos saudáveis aos consumidores.

A criação de universidades e institutos federais no interior do país é uma realidade que antes estava restrita aos grandes centros urbanos e aos setores economicamente mais favorecidos da sociedade.

Incentivos à comercialização, como o PAA e o PNAE, vêm garantindo renda às famílias rurais e alimentos saudáveis para as crianças matriculadas nas escolas públicas e pessoas em situação de vulnerabilidade social e nutricional.

Os programas de acesso à água proporcionaram água potável para mais de um milhão de famílias agricultoras no Semiárido, como também água para produção de alimentos.

Diversas políticas articuladas com o Programa Bolsa Família garantiram que 30 milhões de pessoas superassem a miséria, fazendo com que o Brasil, pela primeira vez, saísse do Mapa da Fome, organizado pela FAO. O Programa Luz para Todos chegou para 15,6 milhões de moradores rurais.

O aumento exponencial do crédito rural, tanto para a agricultura familiar como para os médios e grandes produtores, a reforma do seguro rural, a ampliação dos programas de defesa agropecuária, da assistência técnica e extensão rural, o esforço na abertura de mercados para a agricultura brasileira, vêm proporcionando excepcional aumento da produção, garantindo

a segurança alimentar dos brasileiros e largos excedentes para exportação que geram divisas importantes para o equilíbrio da economia de nosso país. Temos ciência de que ainda há muito a ser feito: os avanços em marcos legais e nas políticas de incentivo ao desenvolvimento com inclusão social não são ainda suficientes para a transformação efetiva da realidade rural brasileira, moldada durante mais de cinco séculos.

Dentre as situações que demandam atenção, destacam-se a concentração fundiária e o ataque cotidiano aos territórios Quilombolas e Indígenas, que culminam em graves conflitos sociais. Além disso, o modelo produtivo predominante na agricultura brasileira requer mudanças estruturais, tendo como bases a agroecologia e o desenvolvimento sustentável.

Para superar tais desafios e garantir que as conquistas alcançadas nos últimos anos sejam ampliadas e não reduzidas, é necessário um aprofundamento do processo democrático.

Contudo, o que vivenciamos atualmente no país é a judicialização da política, o avanço da intolerância, uma série de transgressões à Constituição por parte de quem deveria resguardá-la e a tentativa de derrubada, sem crime comprovado no âmbito do devido processo legal, de um governo democraticamente eleito, situações que representam uma ameaça à democracia e a toda a sociedade brasileira.

A tentativa de ruptura institucional encabeçada por setores conservadores da política, da mídia e do Judiciário não encontrará eco e nem apoio nos milhões de brasileiros e brasileiras que defendem o respeito à Constituição e às instituições democráticas do país.

Assim reafirmamos nosso compromisso com o Estado Democrático de Direito e nos colocamos atentos para, juntos com a população brasileira, barrarmos a tentativa de golpe em curso.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA)

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), formada por organizações da sociedade civil e movimentos sociais com longa trajetória de lutas pela Democracia, repudia com veemência as investidas golpistas contra o governo democraticamente eleito da presidenta Dilma Rousseff. O processo de *impeachment* em curso no Congresso Nacional é capitaneado por parlamentares de parte da oposição em aliança com personagens do Poder Judiciário que não aceitam a derrota nas urnas e atuam como porta-vozes de grandes corporações do setor financeiro industrial, comercial e midiático. Trata-se, antes de tudo, de um golpe dos patrões contra os direitos arduamente conquistados pelas lutas da classe trabalhadora brasileira. Esta ofensiva reacionária tem alimentado uma cultura de ódio capaz até mesmo de se valer sistematicamente de discursos sexistas na tentativa de desqualificar a presidenta Dilma.

Seria cômico se não fosse trágico que Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, acusado por vários crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, réu em processo que tramita no STF, acompanhado por 37 deputados integrantes da comissão especial do *impeachment* também acusados dos mais variados crimes julguem a presidenta Dilma, sobre a qual não pesa nenhuma acusação de crime de responsabilidade. *Impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe!!!

Essa manobra política ilegítima ameaça a nossa jovem democracia, fere a Constituição Brasileira e desrespeita o voto de mais de 54 milhões de brasileiros e brasileiras que elegeram a presidenta Dilma Rousseff.

Temos manifestado nossas críticas ao governo Dilma pelo fato de ele ter se distanciado de propostas cruciais anunciadas na campanha eleitoral.

Além de não avançar em inadiáveis reformas estruturais, como a agrária e a urbana, colocou em prática uma política econômica que garante fartos recursos para o capital financeiro em detrimento de políticas garantidoras de direitos, como os programas de convivência com o semiárido, a política de assistência técnica e extensão rural e o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, para citar alguns exemplos.

Em que pesem essas críticas, reconhecemos que os governos Lula e Dilma implementaram políticas direcionadas às parcelas mais empobrecidas da população, historicamente excluídas das ações do Estado brasileiro. Destacamos a criação, no governo Dilma, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica como fruto de um amplo processo de debate democrático com a sociedade civil, que foi capaz de formular propostas voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional como, por exemplo, o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos. Para levar a frente a agenda da agroecologia como parte de uma estratégia de democratização e sustentabilidade da sociedade brasileira, nos posicionamos e nos mobilizamos no segundo turno das eleições presidenciais, em 2014, em defesa da candidatura de Dilma.

Lutaremos para que o criminoso processo de *impeachment* seja derrotado. Daremos nossa contribuição para, mais uma vez, demonstrar que as forças democráticas da sociedade brasileira estão vivas e que sabem de que lado se posicionar nesse momento crítico da história nacional.

Exigimos respeito pelo voto popular!

Em Defesa da Democracia! Pela Agroecologia!

Não vai ter Golpe! Vai ter Luta!

MANIFESTO SLOW FOOD

O Slow Food é um movimento global, político, autônomo e suprapartidário. Defende o acesso para todos a um alimento bom, limpo e justo.

O bom se refere ao sabor e ao prazer, à qualidade do que se come, relacionada a como se produz e se consome. O limpo diz respeito a uma produção sustentável, sem degradar os recursos naturais e sem deixar resíduos de agrotóxicos nos alimentos. O justo se refere à justiça social, ao respeito cultural das produções e produtores e a justa remuneração do seu trabalho.

Desde as suas origens, o Slow Food promove o convívio entre pessoas e comunidades, a diversidade cultural e ambiental, a justiça e o bem comum. Com essa missão, o Slow Food agregou milhares de pessoas, grupos e comunidades em todo o mundo e se estruturou como uma Associação Internacional que apoia e coordena ações, projetos e encontros. A base do movimento hoje é uma rede diversa que envolve comunidades de produtores, cozinheiras e cozinheiros, jovens, acadêmicos, técnicos e outros ativistas e profissionais ligados aos princípios e às nossas causas do Movimento, a Rede Terra Madre.

No país, o Slow Food está organizado como “Rede Slow Food Brasil”, composta POR grupos locais (convívios), comunidades do alimento e grupos temáticos de trabalho e com a responsabilidade de defender e valorizar a imensa sociobiodiversidade do nosso território, dos nossos ecossistemas, das nossas comunidades tradicionais, rurais e locais.

Alimento é o nosso cerne, nosso campo, nossa escolha. Uma escolha política, afinal somos aquilo que comemos e comer é um ato político. Assim, nossa luta é pela segurança alimentar e nutricional, em especial dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e em uma agricultura que respeita a biodiversidade local. Por isto, nesse momento de profunda crise

política e institucional brasileira, viemos nos manifestar nos posicionando firmemente EM FAVOR DA DEMOCRACIA e DA LEGALIDADE diante da atual conjuntura política do Brasil. Manifestamos-nos também em repúdio ao ódio e à intolerância à diversidade de pensamento, ideológica e de classes, que alimentados pela grande mídia vêm criando um ambiente político perigoso à democracia e ao Estado de Direito, gerando violência simbólica e física. Somos pelas pontes, e não pelos muros.

Este clima de conflagração torna-se cada dia mais perigoso para a nossa frágil democracia quando a ilegalidade e a quebra de preceitos do Estado Democrático de Direito passam a ser efetuados por agentes do próprio Estado. Defendemos o combate à corrupção, mas como respeito à legalidade democrática, à livre manifestação de ideias e posições, ao direito à diversidade e, principalmente, à manifestação da vontade popular expressa nas urnas, condições primeira e principal de um regime democrático, e essa vontade hoje, 17 de Abril de 2016, está sendo colocada em questão.

Assim, conclamamos a todos os brasileiros à luta pela defesa da Constituição Federal, aos direitos fundamentais, à vida, ao trabalho, à terra, à soberania nacional e pelo direito ao acesso a alimentos “bons, limpos e justos”.

CHEFS DE COZINHA ASSINAM MANIFESTO PRÓ-DILMA E CONTRA O GOLPE

Tem panela, coxinha, mortadela e, agora, até racionamento de comida à presidenta eleita. Não faltam ingredientes gastronômicos indigestos na desastrosa

Uma presidente legitimamente eleita por 54,5 milhões de votos está afastada sob um pretexto ininteligível para a maioria dos mortais, as pedaladas fiscais.

receita política do Brasil de hoje. Nós, representantes da gastronomia brasileira, não podíamos assistir a esse cenário de ruptura da ordem constitucional democrática sem manifestar nossa profunda tristeza e indignação. Representantes de um setor que gera 6 milhões de empregos diretos em todo o país e que é a porta de entrada no mercado de trabalho para muitos brasileiros, sejam como estagiários, cumins ou garçons, até pesquisadores, jornalistas da cultura gastronômica, *chefs*, empresários do setor de alimentos e bebidas, *restaurateurs*, apaixonados pela gastronomia, que vivem dela ou

por ela, vimos manifestar o nosso repúdio a essa ruptura por que passa hoje o Brasil.

O governo é provisório, mas os traumas, permanentes. Nossa jovem democracia sofre um de seus mais duros golpes e exige de todos coerência e compromisso históricos. Uma presidente legitimamente eleita por 54,5 milhões de votos está afastada sob um pretexto ininteligível para a maioria dos mortais, as pedaladas fiscais.

Empréstimos contábeis que seus antecessores e dezenas de governadores cometeram e cometem, mas que só são crimes porque, para a presidente, a lei parece ter outro peso. Justiça com pesos diferentes não é Justiça, é vingança, é golpe. A maioria dos congressistas não faz ideia do que seja “pedalada fiscal” e recorre ao “conjunto da obra” para justificar o *impeachment*, como se fizesse parte de um júri de menu-degustação. Um pastelão que nos envergonha mundo afora.

Ao arrepio da lei, sob o argumento falso-moralista de “crime de responsabilidade”, a presidente foi substituída por um vice ficha-suja e inelegível, cuja postura é completamente incompatível com a que se espera de um companheiro de chapa, e por um ministério (em sua totalidade, formado por homens e brancos, um retrocesso que não se via desde o governo Geisel), cuja idoneidade não resiste a uma simples pesquisa no Google. Assistimos, atônitos, ao BBB do governo interino, com uma queda por semana.

O ato de cortar a comida de uma chefe de Estado, sua família e equipe nos sensibilizou não só por ser mesquinho, mas por ser medíocre. Um dos inegáveis méritos da gestão Lula-Dilma foi o de promover a ascensão social. Segundo a própria ONU, Lula e Dilma tiraram o Brasil do mapa da fome, dando dignidade mínima a 36 milhões de brasileiros. E foi justamente a essa chefe de Estado, gestora do Fome Zero, que o presidente interino negou comida, num gesto totalitário, anticonstitucional e incompatível com o de um vice de um projeto vitorioso nas urnas. Trata-se bem mais do que cortar a comida e direitos legítimos de uma presidente eleita, trata-se de simbolicamente relegar à indignância a democracia e a inteligência no Brasil.

A indignação inspirou esse movimento de “alimentar a democracia”. A gastronomia, que nutre, agrega, reúne famílias, amigos e até inimigos em torno de uma mesa, que é capaz de promover a paz, também se une em defesa da democracia. Este é um manifesto apartidário, assinado por fãs de coxinha e de mortadela, de Cuba e de mojitos, de café, fé e *wi-fi*, do boteco-pé-sujo ao restaurante 3 estrelas, do vermelho (símbolo da Revolução Francesa e de tudo o que ela inspira até hoje) e do verde-e-amarelo, petistas e não petistas, eleitores de Dilma Rousseff ou não, eleitores com graves críticas ao governo da presidente, mas que sabem que *impeachment* não é solução, é consequência.

Em comum: somos contrários ao ódio de classe, à intolerância e à histeria coletiva que tomou conta do país, temos amor ao Brasil e a convicção de que democracia só se cura com mais democracia.

2





.....

**MOVIMENTOS
SOCIAIS E ENTIDADES
RELIGIOSAS
CONTRA O GOLPE**

.....

FRENTE BRASIL POPULAR

Manifesto ao Povo Brasileiro

Vivemos um momento de crise. Crise internacional do capitalismo, crise econômica e política em vários países vizinhos e no Brasil. Correm grave perigo os direitos e as aspirações fundamentais do povo brasileiro: ao emprego, ao bem-estar social, às liberdades democráticas, à soberania nacional, à integração com os países vizinhos. Para defender nossos direitos e aspirações, para defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país, milhares de brasileiras e de brasileiros de todas as regiões do país, cidadãos e cidadãs, artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, assim como integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, negros e negras, LGBTTs, mulheres e juventude, realizamos esta Conferência Nacional onde decidimos criar a Frente Brasil Popular.

Nossos objetivos são:

1. Defender os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras: melhorias das condições de vida, emprego, salário, aposentadoria, moradia, saúde, educação, terra e transporte público! Lutamos contra o atual ajuste fiscal e contra todas as medidas que retiram direitos, eliminam empregos, reduzem salários, elevam tarifas de serviços públicos, estimulam a terceirização, ao tempo em que protegem a minoria rica. Defendemos uma política econômica voltada para o desenvolvimento com distribuição de renda. Lutamos contra a especulação financeira nacional e internacional, que transfere para uma minoria, por vias legais ou ilegais, através da corrupção e de contas bancárias secretas, parte importante da riqueza produzida pelo povo brasileiro! Lutamos por uma reforma tributária que – por meio de medidas como o imposto sobre grandes fortunas e a auditoria da dívida – faça os ricos pagarem a conta da crise.

2. Ampliar a democracia e a participação popular nas decisões sobre o presente e o futuro de nosso país. Lutamos contra o golpismo – parlamentar, judiciário ou midiático – que ameaça a vontade expressa pelo povo nas urnas, as liberdades democráticas e o caráter laico do Estado! Lutamos por uma reforma política soberana e popular, que fortaleça a participação direta do povo nas decisões políticas do país, garanta a devida representação dos trabalhadores, negros e mulheres, impeça o sequestro da democracia pelo dinheiro e proíba o financiamento empresarial das campanhas eleitorais! Lutamos contra a criminalização dos movimentos sociais e da política, contra a corrupção e a partidarização da justiça, contra a redução da maioria penal e o extermínio da juventude pobre e negra das periferias, contra o machismo e a homofobia, contra o racismo e a violência que mata indígenas e quilombolas!

3. Promover reformas estruturais, para construir um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular: reforma do Estado, reforma política, reforma do Poder Judiciário, reforma na segurança pública com desmilitarização das Polícias Militares, democratização dos meios de comunicação e da cultura, reforma urbana, reforma agrária, consolidação e universalização do Sistema Único de Saúde, reforma educacional e reforma tributária! Lutamos pela democratização dos meios de comunicação de massa e pelo fortalecimento das mídias populares, para que o povo tenha acesso a uma informação plural, tal como está exposto na Lei da Mídia Democrática.

4. Defender a soberania nacional. O povo é o dono das riquezas naturais, que não podem ser entregues às transnacionais e seus sócios! Lutamos em defesa da soberania energética, a começar pelo Pré-Sal, a Lei da Partilha, a Petrobras, o desenvolvimento de ciência e tecnologia, engenharia e de uma política de industrialização nacional! Lutamos pela soberania alimentar e em defesa do meio ambiente, sem o qual não haverá futuro. Lutamos contra as forças do capital internacional, que tentam impedir e reverter a integração latino-americana. Convidamos a todas e a todos que se identificam com esta plataforma a somar-se na construção da Frente Brasil Popular. O povo brasileiro sabe que é fácil sonhar todas as noites. Difícil é lutar por um sonho. Mas sabe, também, que sonho que se sonha junto pode se tornar realidade.

Vamos lutar juntos por nossos sonhos!!!

Viva a Frente Brasil Popular!!!

Viva o povo brasileiro!!!



FRENTE POVO SEM MEDO

O mundo vive sob o signo de uma profunda crise do capitalismo. Medidas de austeridade econômica dominam a agenda política, multiplicando desemprego, miséria e redução dos direitos sociais. Por outro lado, os banqueiros comemoram cada aniversário da crise, aumentando seus já exorbitantes lucros. Evidencia-se a crise de uma época e que não é apenas econômica. É uma crise em várias dimensões: da representação política, do alargamento do abismo social entre ricos e pobres e da destruição do meio ambiente.

Neste cenário, o Brasil está colocado diante de uma encruzilhada, um momento em que as velhas soluções não funcionam mais: este sistema político é incapaz de resolver os grandes conflitos da sociedade, e o povo não aceita passivamente pagar a conta da crise. Dos caminhos que construiremos a esta encruzilhada dependerá o futuro de nosso país.

De um lado, as forças mais atrasadas querem nos impor uma agenda de retrocessos, apresentados como “modernidade”: ampliação da terceirização, contrarreforma política, reforma da previdência, redução da maioria penal e a lei da demarcação das terras indígenas e quilombolas. Sem falar no projeto que estabelece o modelo de concessão para o pré-sal e avança na privatização da Petrobrás. Poderíamos seguir citando outras várias medidas antipopulares e manobras que ameaçam nossa já limitada democracia. O caminho dos de cima para a encruzilhada é sempre reduzir direitos, ampliar privilégios e limitar a participação popular na política. Semeiam a intolerância, o ódio e o preconceito, plantando em nosso solo as perigosas sementes do fascismo.

De outro lado, o Governo Federal – eleito em 2014 com um discurso de defesa de direitos – aplica uma política semelhante à que foi derrotada nas urnas. Aumento de juros, cortes de investimentos sociais e infraestrutura, privatização e ataques a direitos dos trabalhadores, ampliando a precarização e as demissões.

A velha conhecida opção pela austeridade, a mesma que tem levado países da

Europa a níveis de desemprego e de desigualdade social elevados. Se a questão era ajustar as contas, que não fosse em cima das doloridas costas do povo trabalhador. Por que não fazer os banqueiros e empresários pagarem pela crise?

O ajuste que queremos é com taxação das fortunas, lucros e dividendos; com progressividade de tributos, que aumentariam a arrecadação, mesmo desonerando produtos de primeira necessidade. E ainda com uma auditoria da dívida pública, que acabe com a sangria de nossas riquezas aos banqueiros. Nenhuma dessas foi a opção dos governos federal e estaduais. Contra o avanço

das saídas conservadoras apoiado pela grande mídia e contra a política de austeridade que impacta na vida do povo, precisamos construir o nosso caminho.

Na América Latina os povos têm enfrentado as políticas de retirada de direitos defendidos pela elite, este também é o desafio do povo brasileiro: construir uma saída para a maioria, que contraponha os interesses da minoria rica de 1%. Desafio que pede coragem, que pede um povo sem medo. Somos povo sem medo! A unidade dos mais diversos movimentos sociais para construir este caminho é urgente e necessária. Por isso, nasce a Frente de mobilização POVO SEM MEDO, que unirá movimentos e ativistas para defender – em unidade com os de baixo e enfrentamento com os de cima – uma plataforma popular para o Brasil. Estaremos nas ruas contra a austeridade e

O caminho dos de cima para a encruzilhada é sempre reduzir direitos, ampliar privilégios e limitar a participação popular na política. Semeiam a intolerância, o ódio e o preconceito, plantando em nosso solo as perigosas sementes do fascismo.

em defesa de Reformas Populares que combatam a desigualdade gritante em nossa sociedade. Que devolva aos 99% tudo o que o 1% nos espolia.

Não há saída para o povo sem medidas de distribuição de renda e combate a privilégios, expressas em reformas como a tributária, a urbana e a agrária. Estaremos nas ruas em defesa da radicalização da nossa democracia, refém de manobras políticas e midiáticas. Para isso é preciso levantar a bandeira da reforma democrá-

tica do sistema político, com a garantia do fim do financiamento empresarial das campanhas e aumento da participação popular: combater a corrupção pela raiz, atacando o domínio do poder político pelo econômico. É preciso também acabar com o monopólio da comunicação, democratizando a mídia e dando voz a todos/as. A democratização do sistema judiciário, a não criminalização dos movimentos sociais, a defesa do direito à greve e à manifestação nortearão ainda nossos esforços.

Estaremos nas ruas em defesa das liberdades, do respeito e do direito à vida. O surto de intolerância que o Brasil vive ataca os mesmos alvos de sempre: pobres, negros/as, mulheres, e a população LGBTQTT. Defender a igualdade radical contra o racismo, o machismo, a xenofobia, a LGBTQTTfobia, o fundamentalismo religioso e os ranços antipopulares é um desafio de todos/as nós. Não fugiremos dele. Assim como não vacilaremos em estar junto com a juventude pobre e negra das periferias contra o verdadeiro genocídio que tem sofrido, exigindo a desmilitarização das polícias, em defesa do direito à vida.

A saída será construída nas ruas. O povo brasileiro não acredita mais neste sistema político. Não representa a nós, mas aos interesses econômicos dos 1%. O atual Congresso Nacional, com sua maioria conservadora, não aprovará as mudanças necessárias ao nosso país. O projeto que defendemos brotará com o povo nas ruas. Esta Frente nasce em um momento de grandes embates e com a responsabilidade de fazer avançar caminhos populares para nossa encruzilhada. Sabemos que para isso será preciso independência política, firmeza de princípios, defesa de um programa de transformações e foco em amplas mobilizações. Nossos sonhos não cabem nas urnas. Nosso maior desafio é mudar a política nas ruas e com coragem de lutar.

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Inter-sindical - Central da Classe Trabalhadora, União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Associação Nacional dos Pós Graduandos (ANPG), Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico (FENET), Uneafro, Círculo Palmarino, União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), Igreja Povo de Deus em Movimento (IPDM), União da Juventude Socialista (UJS), Rua – Juventude Anticapitalista, Coletivo Juntos, União da Juventude Rebelião (UJR), Juventude Socialismo e Liberdade (JSOL), Coletivo Construção, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Mídia Ninja, Coletivo Cordel, União Brasileira de Mulheres (UBM), Bloco de Resistência Socialista, Rede Emancipa de Educação Popular, Brigadas Populares, Coletivo de Mulheres Olga Benário, Juventude da Esquerda Marxista e Coletivo Literatura Marginal.

FÓRUM 21

Ao Povo Brasileiro

Democratas reagem com Petição Pública contra o arbítrio cometido pela PF, nesta sexta-feira, em São Paulo, quando o ex-presidente Lula foi objetivamente sequestrado, para prestar esclarecimentos aos quais nunca se negou, a uma Justiça que sempre fortaleceu.

A partidarização de uma parte do judiciário, a obscena sintonia de véspera da mídia conservadora na lubrificação da opinião pública, bem como o desrespeito às urnas, condensados neste episódio, infestam o ar de qualquer democracia com a carniça inconfundível do velho golpe de Estado.

Contra ele – e contra os que os que o apoiam – as forças democráticas da sociedade brasileira manifestam a sua indignação e o seu repúdio. E se colocam em vigília permanente para rechaçá-lo.

A democracia vive horas decisivas em nosso país.

O ar empesteado de avisos da véspera, lubrificados pelo Jornal Nacional, e pelas manchetes desta fatídica 6ª feira, 4 de março de 2016, desdobrou-se na ruptura longamente cevada, desde outubro de 2014.

Os agentes da PF chegaram a residência do ex-presidente Lula e o levaram sob condução coercitiva. Praticamente sequestrado: durante horas não havia notícia oficial de seu paradeiro, com a desculpa de se evitar manifestações, ou seja, parecem temer o povo ou a democracia.

A revanche dos interesses derrotados nas eleições presidenciais do ano passado desfechou assim seu bote final contra a soberania das urnas.

Dê-se a isso o nome que se quiser dar.

Os acontecimentos das últimas horas, a obscena sintonia entre a mídia e a polícia partidarizada, falam por si.

O pudor e as aparências foram sacrificados em nome do que importa: a

caça implacável a Lula, apontado pelo Datafolha, no início desta semana, o melhor presidente da história deste país, por 37% dos brasileiros.

É impossível levar a cabo o projeto de restauração neoliberal preconizado pelos grandes interesses do dinheiro local e estrangeiro, com um estorvo que detém esse trunfo na urna.

Não se trata da pessoa do ex-presidente.

O que foi sequestrado neste 4 de março de 2016 é o que ele representa em carne e osso – com todas virtudes e limitações da carne e do osso humanos.

Os pilares erguidos desde 2003, na construção da grande ponte de acesso dos brasileiros aos direitos da civilização e da democracia social, estão sendo demolidos.

A caça a Lula, consumada agora, é a parte mais explosiva dessa faina demolidora, edulcorada de cruzada ética pela narrativa dominante.

O Fórum 21 nasceu como um espaço ecumênico de aglutinação da inteligência brasileira. Reúne todos aqueles empenhados em contribuir para a construção da frente democrática e progressista em formação no país.

Não podemos subestimar o que temos pela frente a partir de agora.

O assalto em curso visa à democracia, às lideranças que dificultam a subordinação radical do país aos interesses rentistas e, em última instância, sonegar um futuro melhor ao povo brasileiro.

O ataque desfechado por José Serra esta semana às maiores reservas de petróleo descobertas no século XXI ilustra a força motriz desse mutirão.

Dilapidar o pré-sal e o potencial que ele representa em direitos e autonomia econômica simboliza o modelo que eles querem vestir a fôrceps no país.

Isso não se faz sem o uso da força.

Reacende-se a velha fornalha que incinerou ou tentou incinerar governos, soberania e direitos em 1932, 1954, 1962, 1964, 1989 ...

Hoje, como das vezes anteriores, vivemos uma transição de ciclo de desenvolvimento.

Esgotou-se um capítulo do crescimento brasileiro. Outro precisa ser construído.

A complexidade da travessia consiste no fato de que o velho já não atende às necessidades nacionais, mas o novo ainda não se estruturou para servi-las.

Estamos na soleira de escolhas cruciais na vida de uma nação.

O passo seguinte terá como bússola a solidez econômica voltada para

atender as necessidades e urgências do nosso povo? Ou o país, seu parque fabril, seus recursos e seu gigantesco mercado de massa serão reduzidos a um anexo de interesses dissociados das urgências nacionais?

É isso que está em jogo nas horas que rugem.

Para resistir não basta a emoção.

É preciso organização – local, regional, nacional.

É preciso impulsionar uma espiral ascendente de mobilizações, consistentemente preparadas.

O Fórum 21 conclama seus integrantes, o mundo acadêmico e todos os intelectuais brasileiros a cerrarem fileira ao lado da democracia.

Não apenas para resistir.

Mas para fazer dessa resistência uma ponte de repactuação da nossa riqueza e do nosso potencial, com o potencial e a riqueza do nosso povo.

Esse é o sentido das reuniões que o Fórum 21 convocará em seguida, para discutir o novo degrau do golpe, a crise econômica, a partidarização da justiça e a manipulação do discernimento social pela mídia.

Essa maratona não se confunde com uma tertúlia acadêmica. Trata-se de aglutinar a inteligência brasileira para refletir e agir.

E isso significa, entre outras coisas, levar a círculos amplos da população a verdadeira natureza do embate que se acirra e se acelera.

O embate entre um projeto de sociedade para 30% de sua elite; ou a árdua luta pela construção de uma verdadeira democracia social no Brasil.

Em breve, a agenda de encontros do Fórum 21 nas universidades e capitais brasileiras será divulgada.

Todos nós sabemos de que lado devemos marchar.

Trata-se agora de exercer integralmente esse discernimento juntando forças na trincheira ecumênica do Fórum 21 e de outras iniciativas democráticas em curso. Resistir ao golpe para construir um Brasil mais justo e soberano: essa é a tarefa para a qual a História nos convoca nesse momento.

Só podemos cumpri-la juntado forças em torno da nossa maior arma: a palavra engajada.



FRENTE AMPLA DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO PELA DEMOCRACIA

Nós, trabalhadores e trabalhadoras da Administração Pública Federal, organizados nesta Frente Ampla pela Democracia, denunciamos o golpe em curso e, desde já, declaramos que não reconhecemos a legitimidade do “governo Temer” para conduzir o Estado brasileiro.

O processo de *impeachment* em andamento é fundado em teses jurídicas frágeis e sem precedentes no Brasil e no mundo. Ele mascara um golpe parlamentar que tem por objetivo levar ao Poder Executivo Federal, sem o respaldo das urnas, grupos políticos derrotados nas últimas eleições.

É inadmissível que o vice-presidente, parte da base aliada do governo até pouco tempo atrás, articule com o Congresso Nacional a aprovação do *impeachment* da presidenta de maneira inconstitucional e anuncie medidas contrárias à plataforma que o elegeu.

É inadmissível a condução do governo por um vice-presidente que realizou exatamente as mesmas medidas das quais é acusada a presidenta e que levaram à abertura do processo de impedimento.

É inadmissível que fiquemos impassíveis diante da destruição das nossas ainda frágeis instituições democráticas e das manobras que estão próximas de derrubar uma presidenta eleita pelo povo há menos de 2 anos.

Como trabalhadoras e trabalhadores de Estado – com vínculos efetivos ou não – é nossa obrigação cumprir as determinações, dentro dos limites da lei, advindas da Administração eleita, a quem foram conferidas pelo povo a missão e a responsabilidade de governar o país. Isso implica em trabalhar

para todo e qualquer governo, de qualquer posição ideológica, desde que sob o escrutínio de eleições diretas, livres, universais e secretas e sob a égide de um Estado Democrático de Direito.

Em nome de uma Administração Pública Federal comprometida com políticas de Estado e não de apenas um governo específico, alertamos para os riscos de nos afastarmos desses princípios, e para os iminentes retrocessos que advirão de um projeto político proveniente de uma ruptura institucional, diferente daquele escolhido pela população brasileira.

Por isso, reunidos nesta Frente, reiteramos nosso compromisso com a democracia e declaramos nosso repúdio ao golpe em curso e ao “governo Temer”, que não goza de legitimidade para a condução do Poder Executivo Federal e para a representação do Estado brasileiro.

042

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE)

A União Nacional dos Estudantes vem a público repudiar a aceitação do *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, fruto de uma flagrante chantagem política por parte de Eduardo Cunha diante da votação para continuidade do processo de cassação do presidente da Câmara dos Deputados no Conselho de Ética.

Em 2014, a presidenta Dilma foi reeleita obtendo resultado eleitoral limpo e democrático, mas desde a sua vitória vem sofrendo diversos ataques. Não há nenhuma prova ou indícios de envolvimento de Dilma com corrupção, ao contrário de Eduardo Cunha que até agora não conseguiu responder às acusações de lavagem de dinheiro e escondeu suas contas na Suíça. Por isso, não temos dúvidas. A palavra de ordem que moverá os estudantes é: “Fora Cunha!”.

Eduardo Cunha não representa os anseios da juventude que luta em todo o Brasil. Ao contrário do que ele disse, a aceitação do *impeachment* não é o que pede as ruas. Nas ruas estamos lutando por direitos, como foi a recente “Primavera das Mulheres” que rechaçou o deputado, a Marcha das Mulheres Negras e das Margaridas, a ocupação das universidades estaduais no Rio de Janeiro, e

As “pedaladas fiscais” não configuram crime de responsabilidade, portanto, o *impeachment* sem base legal se configura num verdadeiro golpe à democracia.

a luta dos estudantes secundaristas contra o fechamento das escolas em São Paulo.

As “pedaladas fiscais” não configuram crime de responsabilidade, portanto, o *impeachment* sem base legal se configura num verdadeiro golpe à democracia.

Ao longo dos quase 80 anos de história, a UNE sempre se colocou ao lado da democracia. Ainda que jovem, a democracia no Brasil foi construída com a luta e a vida de estudantes brasileiros e, nesse momento, voltaremos às ruas para defendê-la. Esse movimento de *impeachment* representa mais uma tentativa de promover um grave retrocesso na política brasileira. O povo sofre por conta de uma crise econômica mundial, aprofundada pelo ajuste fiscal, com cortes na educação e diminuição de direitos. Esses problemas não serão resolvidos com o *impeachment*. É preciso barrar a tentativa do conservadorismo de se consolidar como alternativa e lutar pelo aprofundamento das mudanças com uma nova política econômica e um novo sistema político.

Nesse momento é preciso muita unidade para resistirmos aos ataques oportunistas. Convocamos os estudantes e movimentos sociais a tomarem as ruas para barrar o *impeachment*, defender a democracia e pedir a cassação de Eduardo Cunha.

Conclamamos as diversas iniciativas de que a UNE faz parte, como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, para marcharem juntas contra o retrocesso.

Venceremos!

União Nacional dos Estudantes

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES)

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas repudia qualquer tipo de agressão ao Estado Democrático de Direito, instituição primária da nossa sociedade. Nada mais importante para nós estudantes do que a democracia que reconquistamos há pouco tempo, com o fim da ditadura militar, através de suor, sangue e das vidas de tantos jovens do movimento estudantil. O período de exceção nos deixou a certeza de que somente com a democracia avançaremos nos direitos do povo brasileiro.

Nos últimos tempos, convivemos com o Congresso Nacional mais conservador do país desde 1964, um grande retrocesso em uma das instituições de máxima representação da população. Na Câmara dos Deputados, a presidência da casa encontra-se nas mãos de um dos maiores inimigos da juventude e das mulheres brasileiras, Eduardo Cunha. Temos também um conglomerado da chamada grande mídia que se põe claramente ao lado dos interesses do setor econômico, banqueiros e patrões, criminalizando os movimentos sociais e aliado a um judiciário que vem se mostrando corrompido por interesses políticos na Operação Lava Jato.

Temos, como claro exemplo, a divulgação sensacionalista e ilegal de conversa grampeada da presidenta Dilma – fato que inclusive configura crime contra a Segurança Nacional – demonstrando que não há neutralidade na figura do juiz Sérgio Moro. O que existe é a clara intenção de seletividade, a judicialização da política, a tentativa de perseguição à esquerda e ao projeto popular do país.

Desde o início do seu mandato, o presidente da Câmara Eduardo Cunha tem apresentado uma gestão antidemocrática, manipulando o regimento da casa a

favor de seus interesses e os de sua cúpula. Foi assim na votação da redução da maioria penal, que foi derrubada após muita mobilização dos estudantes, principalmente da UBES – sendo essa primeira derrota de Cunha – e que foi retomada por uma manobra política ilegítima.

Com medo da grande articulação política da UBES dentro da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha proibiu a entrada da entidade e nominalmente de sua presidenta, Bárbara Melo, no Congresso Nacional para evitar que acompanhassem a segunda votação desse tema.

Outra manobra do presidente da Câmara dos Deputados foi colocar novamente em votação no plenário, também, o financiamento privado de campanhas, que da mesma forma havia sido derrotada no dia anterior por grande mobilização da juventude brasileira. A UBES entende que, para acabar com a corrupção, precisamos eliminar o financiamento empresarial por meio de uma reforma política democrática, garantindo a representatividade do povo e das minorias. Queremos também a paridade de gênero nas eleições, a inclusão de negros, indígenas e LGBTTs de maneira a refletir a diversidade da sociedade brasileira.

Recentemente acompanhamos mais uma movimentação antidemocrática de Cunha com a abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma que, por não ter embasamento legal, torna-se um processo inconstitucional. O próprio presidente da Câmara é alvo de investigações por ter contas não declaradas na Suíça e tem seu nome citado na lista dos envolvidos no esquema de corrupção montado pela Odebrecht. Diferentemente do grampo da presidência, esse material na foi divulgado pelo juiz Sergio Moro.

Evidenciamos, no atual processo contra a presidenta, a existência de motivação política e chantagem daqueles que não têm comprometimento com o combate à corrupção e que não aceitaram o resultado democrático das urnas em 2014. Esse processo pode ameaçar a nossa Constituição e apresentar um grande retrocesso à democracia brasileira.

Nesse sentido, é muito importante pautar as manifestações em defesa da democracia que estão acontecendo em todo país com demandas populares. Neste momento em que o PMDB se retira do governo, os movimentos sociais devem brigar para ocupar todos os espaços nessa conjuntura. Já basta de ter a política do agronegócio dominando os setores agrícolas e já passou da hora de avançarmos na pauta da Reforma Agrária. Precisamos democratizar cada vez mais as cidades e avançar nas pautas da reforma urbana, deixar de pagar os juros da dívida pública e investir na educação dos nossos sonhos. É hora de tomar como medida de política

econômica a taxação das grandes fortunas. É importante valorizar os movimentos sociais organizados e revogar a Lei Antiterrorismo que criminaliza a sociedade civil, acabando com a nossa democracia. Precisamos entregar o futuro às mãos do povo. Como vimos nos dias 18 e 31 de março, a mobilização que levou massas às ruas foi a da defesa da democracia, aglutinando muitos setores populares que valorizam essa conquista, que custou o sangue dos heróis do povo brasileiro. A população está contra o golpe branco, institucional e muito bem arquitetado dos setores mais retrógrados da sociedade.

As atitudes antidemocráticas têm sido apresentadas não somente no Congresso, mas nas ruas também. Recentemente a sede das entidades (UBES, UNE e ANPG) em São Paulo foi atacada e vandalizada. Trata-se de um ato fascista e gravíssimo, que fez lembrar o que aconteceu no dia primeiro de abril de 1964, quando a sede das entidades no Rio foi incendiada e metralhada com os estudantes dentro. Esse sentimento é alimentado pela mesma mídia que apoiou o golpe militar e que tem seus interesses junto aos da elite. Nesse sentido, defendemos como medida estratégica a democratização da mídia visando a sua descentralização e enfraquecimento dos oligopólios midiáticos, fortalecendo a mídia independente e comunitária.

É preciso nesse cenário a mais ampla unidade e mobilização em defesa da democracia e reivindicar do governo outra política econômica, que reverta os cortes na educação e ponha fim ao ajuste fiscal, fruto da pressão de banqueiros e do imperialismo, que quer avançar sobre os direitos conquistados pela juventude e pelos trabalhadores. A juventude precisa ser uma das peças fundamentais na luta contra a ofensiva golpista e conservadora, organizando comitês nas escolas e debatendo a necessidade de se posicionar em defesa da democracia e de nossa própria organização política no movimento estudantil, ameaçada por setores fascistas e reacionários. Nessas duas próximas semanas, a UBES estará presente em cada escola organizando comitês e debatendo com cada estudante, culminando em uma grande mobilização contra o golpe e o ajuste fiscal, especialmente através das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, por compreender que estas são instrumentos importantes na construção da unidade dos movimentos populares.

Apontamos também que é importante endossar as lutas contra os governadores que tentam passar a conta da crise para nossas escolas. No estado de São Paulo, os estudantes deram um exemplo de democracia ao ocuparem suas escolas contra a proposta autoritária de reorganização do ensino e agora enfrentam o desvio das merendas. Solidarizamos-nos com os secundaristas de Goiás que foram duramente

reprimidos pelo governador Marconi Perillo ao lutarem contra a privatização e militarização das suas escolas. O Rio de Janeiro tem sido agora o ponto de maior enfrentamento ao sucateamento da educação, realizando ocupações e passeatas. Esses exemplos devem ser nacionalizados. A democracia deve ser fortalecida também nas nossas escolas.

Não nos calaremos diante desses retrocessos, a UBES mais uma vez, se faz presente na luta pela democracia e por mais avanços para o povo brasileiro, seguiremos firme com o espírito de luta revolucionária de Edson Luís e Honestino Guimarães, pois seus sonhos continuam vivos em todos nós, principalmente na juventude que acredita na construção de uma sociedade mais justa! Somos a vanguarda da esperança!

A UBES defenderá a democracia e o mandato constitucional eleito por 54 milhões de votos em um processo eleitoral com participação de mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras. Além disso, a entidade disputará a narrativa do governo, visando alavancar o projeto de transformação social através da educação.

044

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGS (ABONG)

A ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, que representa cerca de 250 Organizações da Sociedade Civil (OSCs), em 23 Estados, e atua na defesa de direitos, da democracia e da justiça social, reunida em Assembleia Geral, vem a público declarar sua profunda preocupação com os rumos que os processos políticos têm tomado na América Latina e, especialmente, no Brasil, onde governos legítima-

mente eleitos têm sofrido ataques dos grandes grupos econômicos e da grande mídia.

Para a ABONG, a atual crise política é fruto da crise do sistema político brasileiro, sequestrado pelo poder econômico por meio do financiamento empresarial das campanhas eleitorais e pela incapacidade do Estado brasileiro e do atual Governo Federal de ampliar mecanismos efetivos de participação social e popular.

Soma-se a esta crise de representação o fato de segmentos sem voto e, portanto, sem controle popular, como setores do sistema judiciário, dos meios de comunicação social e dos aparatos policiais, assumirem postura de partidos políticos, tentando sequestrar a frágil e recente democracia brasileira.

Embora profundamente crítica aos rumos que o governo Dilma tem escolhido, a ABONG não pode compactuar com a tentativa de golpe, materializado pela ameaça de destituição de uma presidenta legitimamente eleita.

A ABONG reitera sua posição sobre a necessidade de uma profunda reforma política, consubstanciada pela ampliação dos mecanismos de participação direta, da democracia participativa e pela reforma do sistema partidário com a eliminação do controle empresarial dos mandatos. Mais que isso, a busca por justiça fiscal, democratização do sistema de justiça e controle social sobre as concessões dos meios de comunicação.

Independente das posições políticas e ideológicas, a ABONG conclama a sociedade para a luta conjunta pela democracia, valor estratégico para a construção de um país socialmente justo, igualitário, culturalmente diverso e ambientalmente sustentável.

Nos juntamos aos movimentos e Organizações da Sociedade Civil em defesa das nossas conquistas, direitos e pela democracia, única forma real e efetiva de combater a corrupção estrutural num país profundamente desigual. Não ao Golpe! Nossa luta continua!

**“A CASA GRANDE
SURTA QUANDO
A SENZALA VIRA
MÉDICA”**

Associação de Estudantes
#NAOVAITERGOLPE

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE)

A Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político há mais de 10 anos vem promovendo debates e formulando propostas para uma Reforma que possa atender aos anseios da sociedade. Neste momento, engajada em duas grandes estratégias de intervenção construídas pela sociedade – a iniciativa popular da reforma política democrática e eleições limpas e o plebiscito da constituinte exclusiva e soberana do sistema político –, vem a público manifestar sua discordância em relação à forma de condução das discussões na Câmara Federal – que não respeita as premissas democráticas e republicanas – e com os resultados deste processo.

O presidente da Câmara buscou aprovar um projeto que atendesse a seus interesses e posições na Comissão Especial, a exemplo do que havia feito na Comissão anterior – que trabalhou por dois anos e não conseguiu votar um relatório. Uma vez mais, Eduardo Cunha atropelou e desrespeitou outra Comissão, nomeada por ele mesmo, esvaziando-a de modo a não aprovar nenhum relatório e levou a votação direta ao plenário, para aprovar um projeto que não atende aos interesses da sociedade, desconsiderando propostas da sociedade civil, de partidos e parlamentares.

Esta forma de condução dos debates e trabalhos na Câmara Federal é antidemocrática e antirrepublicana.

A expressão mais evidente desta irregularidade foi a manipulação feita em torno da votação da proibição do financiamento empresarial das campanhas. O presidente da Câmara perdeu a votação num dia e recolocou a questão em votação

no dia seguinte, ganhando a posição que sempre defendeu: incluir na Constituição Federal a autorização de doações de empresas para as campanhas. Mas ele não agiu sozinho, teve a colaboração dos partidos e parlamentares que, em menos de 24 horas, mudaram seu voto. Por que mudaram? Fizeram jogo de cena na primeira votação? Que “milagre” os levou a aceitar o golpe de Eduardo Cunha e no sentido contrário do dia anterior? Isso é inaceitável. Os parlamentares que mudaram seus votos não merecem os mandatos que receberam do povo.

Reafirmamos nossa denúncia de que este processo foi antidemocrático. E nosso compromisso de que continuaremos lutando contra o financiamento empresarial das campanhas. A emenda à Constituição aprovada no último dia 27 de maio ainda precisa ser votada em segundo turno na Câmara e passar pelo Senado. Não vamos aceitar passivamente uma reforma que piore o sistema político existente, tornando constitucional um mecanismo que é a porta de entrada para a corrupção na política.

Conclamamos a sociedade então a manifestar seu repúdio a este processo e a seguir mobilizada para revertê-lo nas próximas etapas de sua tramitação no Congresso Nacional.

Desistir jamais. Lutar sempre.

046

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC)

O Instituto de Estudos Socioeconômicos vem a público se manifestar sobre o momento político em que vivemos. Apoiamos todo tipo de investigação, nos limites constitucionais, sobre a corrupção. No entanto, o tema “corrupção” é uma estratégia que as elites sempre usaram para usurpar os recursos públicos. Toda

investigação precisa respeitar os princípios constitucionais, inclusive o que todos são iguais perante a lei. Selecionar quem vai ser investigado, e os sistemáticos vazamentos seletivos que têm sido arditosamente utilizados – principalmente pela Rede Globo – para insuflar uma convulsão social, é usar o sistema de Justiça com interesses particulares ou de grupos políticos e midiáticos que não se conformam com uma regra básica da democracia, que é o respeito à soberania popular expressa no voto.

Não podemos aceitar o uso da Operação Lava Jato para fins políticos e partidários. Que a Lava Jato investigue todos os citados e não apenas alguns. Não podemos aceitar o uso de métodos questionáveis, como a condução coercitiva, a prisão como estratégia para se conseguir delação premiada, e a relação umbilical entre a Operação e os grandes meios de comunicação. Assim como repudiamos a condução coercitiva do ex-presidente Lula e a divulgação dos grampos telefônicos inclusive da presidenta Dilma, denunciamos que esta é uma prática corriqueira usada pelo aparato de segurança do Estado nas periferias das cidades, principalmente em relação à população negra. Invadir “barraços” e a privacidade, e levar suspeitos para depor sem mandato, é o cotidiano desta população.

Acreditamos que o atual governo adotou um modelo de desenvolvimento equivocado que aprofundou a dependência e a inserção subordinada do nosso país à economia mundial, nos tornando ainda mais vulneráveis e suscetíveis à crise econômica mundial. Também acreditamos que o governo Dilma ao priorizar equivocadamente a elevação de juros e os cortes no orçamento como medida para sair da crise econômica e fiscal que se instalou, produziu efeitos perversos na vida d@s brasileir@s e em especial dos mais pobres, que são ainda a grande

O que está na base do profundo descontentamento da elite brasileira é um profundo desprezo e desrespeito por esse ou qualquer governo que queira produzir mudanças que coloquem em cheque seu poder político, econômico e cultural, e seus históricos privilégios.

maioria nesse país desigual, fragilizando ainda mais as nossas políticas públicas. Além de tudo isso, a falta de diálogo com as organizações e movimentos sociais, uma característica da atual gestão federal, contribuiu para aprofundar a crise política que vivemos hoje no Brasil.

Mas também acreditamos que o que está na base do profundo descontentamento da elite brasileira, super-representada no congresso e na grande mídia, e aliada sintomaticamente a segmentos ideologizados do sistema de Justiça e da Polícia Federal, é um profundo desprezo e desrespeito por esse ou qualquer governo que queira produzir mudanças que coloquem em cheque seu poder político, econômico e cultural, e seus históricos privilégios.

Por isso, repudiamos quaisquer atos jurídicos ou institucionais que não sigam os ritos da legalidade, bem como repudiamos todas as manifestações pró-ditadura, contra direitos conquistados e atos violentos que temos visto acontecer diuturnamente a partir do dia 13 de março.

Acreditamos na urgência de uma profunda reforma do sistema político, em todas as instâncias de poder. Queremos o fim da influência do poder econômico nas instâncias do Estado, a democratização do sistema de Justiça e a regulação democrática da mídia, que tem atuado como um quarto poder neste cenário de crise, desinformando a população e incentivando um convulsivo movimento social ao abrir espaço para soluções golpistas e fascistas, o que poderá nos levar à barbárie.

Não podemos retroceder na democracia que conquistamos com muita luta, dores e mortes. O que precisamos é avançar, amadurecer e radicalizar a nossa democracia, e para isso é fundamental construir uma democracia com povo, não apenas uma democracia formal. Como organização não governamental sem fins lucrativos, autônoma e suprapartidária, o INESC seguirá atuando para fortalecer o campo popular e a transparência pública, contra a corrupção e pela garantia dos direitos de todos e todas. Continuaremos, agora e sempre, unidos aos movimentos e organizações da sociedade civil para defender nossa democracia e nossos direitos como povo.

Estamos em 2016, não em 1964. O combate à corrupção não pode ser uma desculpa para o Estado de exceção que estamos vivendo. O INESC atuou na construção de nossa carta magna, a Constituição de 1988, e é contra o golpe e em defesa da democracia que nos posicionamos.

OXFAM BRASIL

Comprometida com a construção de um país justo, sustentável e solidário, que elimine as causas da pobreza e das desigualdades, a OXFAM Brasil compartilha do momento difícil vivido pela nossa sociedade e nossa jovem democracia.

É consenso que há necessidade de medidas urgentes para o enfrentamento da crise econômica. Contudo, essas medidas não podem penalizar a inclusão dos mais pobres e vulneráveis nem minimizar a importância de se enfrentar as desigualdades. Esta deve ser uma responsabilidade de todo governo.

Também chamam a atenção atos de intolerância e de falta de respeito à liberdade de expressão, a exemplo do tratamento repressivo e a criminalização de grupos que se manifestam democraticamente. No contexto atual de instabilidade política e crise econômica, esses fatos colocam direitos e a própria cidadania em risco.

Soma-se a isso a publicização de que grupos privilegiados se apropriam de recursos públicos, comprometendo políticas de garantia dos direitos da maioria da população. Temos consciência de que historicamente a corrupção alimenta a desigualdade e de que o processo atual exige um enfrentamento intenso desse problema estrutural do país.

Temos a expectativa de que os avanços sociais conquistados pela sociedade brasileira nos últimos anos não sejam perdidos e que os direitos constitucionais de 1988 sejam mantidos. Queremos um Brasil justo, sem pobreza e desigualdade, onde as pessoas sejam respeitadas em sua diversidade e tratadas com igualdade. Uma sociedade na qual cidadãos e cidadãs exerçam de forma plena seus direitos e participem ativamente das decisões políticas.

INSTITUTO PÓLIS EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DO DIREITO À CIDADE

O Instituto Pólis vem a público expressar seu compromisso com a democracia, com os movimentos sociais e as lutas pelas conquistas de direitos sociais e políticos no Brasil, que resultaram na consagração destes direitos na Constituição de 1988 e na sua implementação progressiva na última década em áreas como educação, saúde, mobilidade, moradia, assistência social, cultura entre outras.

Expressamos também nosso compromisso com a luta contra a desigualdade e os fundamentalismos e discriminações de toda ordem que hoje penalizam as mulheres, os negros, a população LGBTQTT, os povos indígenas, os quilombolas, os jovens e, de uma maneira geral, as populações em situação de vulnerabilidade social.

Repudiamos o golpe que usurpa o mandato legítimo da presidente da República, eleita com 54 milhões de votos, rasga nossa Constituição e declara que os direitos sociais, previdenciários e trabalhistas inscritos na Constituição não cabem no orçamento nacional.

Vivemos hoje em um Estado de exceção onde os interesses das elites, especialmente das elites financeiras, sacrificarão direitos para aumentar seus ganhos. Combatemos veementemente todas as formas de repressão e de criminalização aos movimentos sociais na tentativa de calar a voz da cidadania.

Tendo como foco a defesa da democracia, da participação, e a atuação no espaço urbano visando assegurar para todos e todas o DIREITO À CIDADE, continuaremos mobilizados com as redes, fóruns, movimentos e organizações sociais na resistência aos golpistas e pela construção de um país soberano, justo e democrático, capaz de oferecer melhores condições de vida e trabalho para todos e para as futuras gerações.



INSTITUTO PAULO FREIRE

O Instituto Paulo Freire, comprometido com a educação transformadora, que visa à justiça social, à defesa de direitos e da democracia, manifesta-se publicamente contra as forças reacionárias, principalmente dos grupos midiáticos e econômicos, que querem destituir um governo legitimamente eleito. A estes, que querem sitiar o Estado democrático, em favor de interesses de uma minoria, oferecemos nossos brados e nossa luta contra o cerco que impõem a todo o país.

Fazemos coro aos gritos contra todas as formas de opressão. Estamos convictos e convictas de que o país de hoje não é aquele com o qual sonhamos, mas mais convictos, ainda, de que não são as forças midiáticas, jurídicas, legislativas e econômicas que estão aí violando princípios democráticos, e que já estiveram no poder por tantos anos durante e após o golpe militar de 1964, que construirão o país com justiça social e igualdade de direitos.

Não vão manobrar nossas consciências. Somamos nossa voz às vozes que se multiplicam em manifestos de juristas, de intelectuais, de artistas, de centrais sindicais, de movimentos sociais, de organizações não governamentais, de educadoras e educadores... Não queremos golpe, queremos controle social sobre a mídia, queremos reforma política, ampliação dos mecanismos de participação direta, reforma do sistema partidário com a eliminação do controle empresarial dos mandatos, recursos do pré-sal para a educação e que ela seja emancipadora e libertadora.

NÃO AO GOLPE!!! ESTIVEMOS E ESTAREMOS LUTANDO POR NOSSOS DIREITOS, POR JUSTIÇA SOCIAL E POR OUTRA EDUCAÇÃO POSSÍVEL!

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES)

O Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), manifesta indignação, repúdio e profunda preocupação com o ataque à democracia e a erosão das instituições republicanas, geradas pela enraizada promiscuidade entre as elites econômicas e agentes dos altos escalões do Estado. Se mesmo após a restauração do regime democrático as relações entre o Executivo e o Legislativo continuavam sendo afetadas por esta promiscuidade, hoje o processo Lava Jato tornou mais que evidente que as instituições guardiãs do Estado de Direito e da Democracia, a Justiça e o Ministério Público, também não escapam da promiscuidade.

A corrupção é endêmica no capitalismo a despeito do discurso das virtudes da livre concorrência, mas no Brasil ela é potencializada por um sistema eleitoral que favorece a associação de interesses econômicos e políticos e o saque aos recursos públicos como retribuição dos financiamentos de campanhas. A falta de transparência na gestão das empresas estatais e no manejo dos fundos públicos é o outro elemento que impede o controle social e facilita a corrupção.

O assalto ao Petrobras por um conluio espúrio entre grandes empresas brasileiras e estrangeiras e políticos, foi favorecido pelo decreto nº. 2.745 baixado em 1998 por FHC, que desobriga a empresa de seguir a Lei das Licitações, substituindo-a pelo Procedimento Licitatório Simplificado que permite uma simples licitação por convite. A não aprovação da Política Nacional de Participação pelo Congresso também contribuiu para a falta de transparência na gestão dos recursos públicos.

As operações em andamento contra a corrupção público-privado com participação do Ministério Público e Polícia Federal são necessárias e devem ser aprofundadas. Devem atingir com os mesmos pesos e

A ruptura com o Estado de Direito adquiriu uma expressão clara quando no dia 4 de março o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi conduzido sob coerção para depor, não tendo recebido sequer uma intimação prévia.

medidas todo o leque partidário e dos governos pós ditadura militar. Entretanto, a ação destas instituições está sendo atravessada pela pressão da grande mídia que no passado apoiou ostensivamente a ditadura militar e nunca esteve ao lado dos que lutavam por democracia, liberdades e direitos.

Sob o pretexto de defender a lei, desrespeitam a lei. O STF violou a Constituição ao liberar a execução de pena de prisão após condenação em segundo grau, a deleção premiada virou um instrumento de barganha para manipular o acusado, e cidadãos são intimidados e sujeitados a prisões preventivas, em operações vazadas para a grande mídia. Há uma evidente seletividade das operações para determinados partidos e mandatários que deixa descobertas as demais fontes que igualmente erodem o Estado de Direito e a Democracia. Enquanto a operação Lava Jato continuou a todo vapor, processos e denúncias que envolvem mandatários do

governo federal anterior ou mesmo de governos estaduais do PSDB desaparecem do mapa.

A ruptura com o Estado de Direito adquiriu uma expressão clara quando no dia 4 de março o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi conduzido sob coerção para depor, não tendo recebido sequer uma intimação prévia. Agora esse processo chegou ao cumulo pelo pedido de prisão preventiva do ex-presidente pelo Ministério Público de São Paulo sob os pífios e despropositados argumentos de “conveniência da instrução” alegando que o ex-presidente se vale de sua condição para se colocar

“acima ou à margem da lei”. Diante de um quadro de agravamento das tensões por medidas arbitrárias, até mesmo a grande mídia considerou este pedido “tresloucado e midiático”.

A grande batalha contra a corrupção apela aos sentimentos moralistas e religiosas de grandes segmentos da população e fomenta a já grande despolitização. Assim, passa despercebida a disputa incessante entre dois grandes projetos que nem sempre seguem as linhas partidárias: de um lado a ação devastadora do capital financeiro promovendo um vertiginoso crescimento das desigualdades e da concentração de riqueza e, de outro, a tentativa contra-hegemônica de construir um projeto que implique em uma nova ordem mundial, inclusiva e solidária que contribua para a redução das desigualdades, a promoção da paz e a garantia dos direitos sociais e individuais da cidadania. No Brasil esta disputa desfavoreceu reformas estruturais e recrudescer a partir de 2015 quando o impacto da crise econômico e financeiro mundial, inicialmente temperado por medidas de incentivos à economia, produziu seus cruéis efeitos .

Enquanto parcelas da população vão para as ruas atribuindo toda e qualquer forma de corrupção ao Partido dos Trabalhadores, sem se pautar em qualquer projeto político, o projeto neoliberal avança: a entrega do pré-sal às multinacionais petrolíferas, cortes em direitos sociais essenciais, como a saúde e uma nova reforma da previdência social em detrimento da população trabalhadora. Por fim, a criminalização dos movimentos sociais através de uma “Lei Antiterrorismo” apresentada como condição à segurança nacional. Salta agora aos olhos para que serve um discurso de combate à corrupção.

Aliado a todos os movimentos sociais e cidadãos que procuram o desenvolvimento de um Brasil justo e inclusivo, o CEBES conclama para a defesa do Estado Democrático de Direito com vigência plena de direitos individuais e sociais. Exigimos que o Poder Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público cumpram a Constituição, sem condenações prévias, linchamentos éticos e morais e destruição de reputações e sem que todo o trâmite jurídico institucional democrático seja cumprido.



mais
LOBATO
menos
LOBÃO
BOOK
BLOC

MANIFESTO DE ENTIDADES NACIONAIS DE EDUCAÇÃO (ABDC/ANFOPE/ANPAE/ ANPED/CEDES/FÓRUMDIR) SOBRE O GOVERNO PROVISÓRIO

Um governo provisório não pode comprometer negativamente o futuro. As entidades que subscrevem este manifesto compreendem que a aprovação da admissibilidade do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff expressa uma ruptura institucional promovida por coalisão de forças políticas derrotadas nas urnas nas últimas eleições presidenciais e por agentes econômicos que buscam consolidar o conservadorismo e aprofundar desigualdades em nosso país.

Temos a firme convicção de que o governo provisório do vice-presidente Michel Temer, que não tem legitimidade nem aceitação da população brasileira, iniciou de forma irresponsável suas decisões relativas às pastas da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia. O afastamento da presidente eleita Dilma Rousseff por 180 dias e a posse do vice presidente para um mandato como presidente em exercício por este período não pode significar descontinuidade na construção e manutenção da política educacional construída de forma negociada com a sociedade organizada.

Um governo provisório não pode comprometer um projeto de educação construído em duas Conferências Nacionais de Educação, discutido,

negociado e expresso no Plano Nacional de Educação aprovado em 2014. O documento do PMDB “Uma ponte para o futuro” e as primeiras horas de atuação do novo ministro da Educação já foram indícios suficientes para que se pudesse perceber que se encontra em curso uma política de terra arrasada visando destruir as políticas implementadas do “governo derrotado” pela admissibilidade do *impeachment*. Em especial, a noção de “Orçamento com base zero” para as políticas e programas sociais representa um duro golpe naquilo que se já se avançou no Estado brasileiro para a construção da necessária segurança orçamentária para a continuidade republicana das políticas públicas.

O PNE tem duas orientações muito explicitamente construídas para a garantia do direito à educação no Brasil: 1) a meta 20, que determina a ampliação de recursos para educação tendo como referência o crescimento dos investimentos em relação ao PIB brasileiro. Esta meta não admite qualquer possibilidade de desvinculação de recursos para educação; 2) a necessidade de assegurar uma educação pública, gratuita, de qualidade, inclusiva e que respeite a diversidade.

Assim, é imprescindível que o projeto educacional brasileiro assegure as condições de construção e consolidação do Sistema Nacional de Educação, respeitando o diálogo democrático com o conjunto plural de sujeitos que compõe este sistema. Expressamos nossa preocupação com as medidas recentes do presidente em exercício que colocam em risco conquistas importantes para um projeto de inclusão e construção de cidadania efetiva no Brasil.

Outro ponto crítico refere-se ao equívoco de fusão do Ministério da Educação com o Ministério da Cultura, que além de evidenciar a não disposição para o diálogo com a sociedade civil organizada e especialistas do setor, coloca em risco as condições de garantia de políticas públicas nas duas áreas. O mesmo se coloca com a fusão do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações. A preocupação é que mudanças demagógicas em nome de uma equivocada diminuição de custos na administração pública coloquem em risco políticas estruturantes. A descontinuidade destas significará retrocessos nas condições de produção científica, formação humana e desenvolvimento social do país. Esperamos e cobraremos dos dirigentes que assumem interinamente a gestão da política da educação, científica e

cultural do país responsabilidade republicana para a travessia do grave momento vivido pela democracia no Brasil.

ANPED: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação; ANPAE: Associação Nacional de Política e Administração Escolar; ANFOPE: Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais da Educação; CEDES: Centro de Estudos Educação e Sociedade; FORUMDIR: Fórum de Diretores das Faculdades de Educação; Abdc: Associação Brasileira de Currículo.

052

FÓRUM DE EDUCAÇÃO POPULAR (FREPOP)

O FREPOP – Fórum de Educação Popular, comprometido com a história de lutas das camadas populares em suas doze edições nacionais e nove internacionais, não abriu mão de estabelecer a crítica dialógica sobre os limites e desafios que os setores populares enfrentam, frente aos governos progressistas e de esquerda na América Latina.

Nestes 13 anos, educadores e educadoras populares pautaram no FREPOP temas vinculados às conquistas democráticas, aos avanços e recuos nos Direitos Humanos, às organizações e lutas das camadas populares por garantia e ampliação de direitos e contra toda forma de discriminação.

Estamos em um momento particular que nos impõe a tarefa de interpretarmos o atual contexto histórico e os desafios das lutas sociais na construção da sociedade que queremos.

No atual contexto histórico da América Latina, governos eleitos pelo voto popular estão sob forte ataque conservador, colocando em xeque as conquistas sociais e a democracia conquistada em outras batalhas.

O espetáculo midiático deste dia 4 de março com a condução coercitiva do ex-presidente Lula, seus familiares e pessoas próximas para depoimento na Polícia Federal, demonstrou a fragilidade das instituições democráticas e a articulação entre setores da Polícia Federal, Ministério Público Federal, meios de comunicação de massa como a rede Globo, setores do Poder Judiciário e a oposição, para encerrar precocemente o mandato do governo Dilma com um golpe institucional, além de inviabilizar a candidatura de Lula para as eleições de 2018.

É o momento de avançarmos! A luta pela democracia não se encerrou com o direito ao voto popular para eleger representantes a cargos públicos. Faltam a democratização do acesso à terra, aos meios de comunicação de massa, ao espaço público nas cidades, ao controle social dos aparatos repressivos do Estado. Falta ainda a participação direta nas decisões de interesse popular; entre estes, o destino das riquezas naturais como o pré-sal e a defesa da soberania nacional frente aos interesses dos grandes conglomerados internacionais.

Neste sentido, conclamamos aos educadores e educadoras populares para somarem esforços pela defesa e aprofundamento da democracia e contra o golpe!

FREPOP em defesa da democracia e contra o golpe!

MANIFESTO DOS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DO BRASIL EM APOIO AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo [...] é ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens [...].

O ato de amor é coprometer-se com a causa. A causa da libertação. Mas este compromisso, porque é amoroso, é dialógico.

Paulo Freire

Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Brasil, em nossa luta por uma política pública que pense a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, como modalidade prevista na LDB, como direito individual e de classe, com qualidade social, com elevação de escolaridade de Trabalhadores integrada à Educação Profissional, na perspectiva da Educação Popular, reconhecendo a especificidade de trabalhadores que estudam; defendemos políticas públicas as quais possam garantir aos cidadãos e às cidadãs sujeitos da EJA possibilidades de melhorar suas condições de existência e vida, além de propiciar a esta modalidade de ensino o lugar de justiça em relação aos demais níveis e modalidades da Educação Básica nacional.

Defendemos radicalmente a construção de políticas públicas que dialoguem e reconheçam as especificidades dos sujeitos da Educação de Jovens

e Adultos e somos contrários a que qualquer programa seja permanente e tome o lugar de uma política pensada para sanar um desafio social. Defen-

Enxergamos a artimanha fascista, que discursa “contra a corrupção” e, por ser corrupta, ataca as instituições, ao mesmo tempo em que defende os interesses de alguns poucos enriquecidos dessa sociedade em detrimento de sua grande parcela.

demos políticas que respeitam os direitos de homens e mulheres que têm seus direitos negados cotidianamente, cuja proposta tem como objetivo efetivar a educação libertadora a que os Trabalhadores e as Trabalhadoras que não puderam estudar quando eram crianças e adolescentes têm direito.

Por isto, não vamos aceitar nenhum retrocesso e vamos continuar reivindicando o respeito à soberania do processo eleitoral e a manutenção do Estado Democrático de Direito, conforme previsto na Constituição Cidadã de 1988. Compreendemos o contexto e nos ressentimos da imersão em uma crise econômica e política que afeta em cheio os mais pobres deste país. Entretanto, enxergamos a artimanha fascista, que discursa “contra a corrupção” e, por ser corrupta, ataca as instituições, ao mesmo tempo em que defende os interesses de alguns

poucos enriquecidos dessa sociedade em detrimento de sua grande parcela, que ainda tem muito a conquistar.

Somos contra QUALQUER retrocesso, inclusive aqueles que se colocam no horizonte diante da tentativa de golpe conservador, fundamentalista e fascista contra as Instituições Democráticas que, nesse momento da história de nosso país, se traduz, principalmente, em uma tentativa de impedimento da presidenta democraticamente eleita, sem base legal para tanto. Por isto, reafirmamos nossa posição em defesa da DEMOCRACIA; contra o Regime de Exceção e a favor do Regime DEMOCRÁTICO DE DIREITO e contra QUALQUER retrocesso. Retrocessos que tentam barrar a manutenção e o aprofundamento dos avanços sociais conquistados pelo povo trabalhador nos últimos anos no Brasil.

Vivenciamos anos de crescimento econômico e inclusão social, de visibilidade dos trabalhadores e das trabalhadoras, que historicamente não tinham acesso à escola, trabalho e vida dignos. Ao tornar pública essa posição, ratificamos nossa disposição de continuarmos nossa luta em favor da melhoria da educação e de políticas públicas que atendam aos anseios, aos interesses e aos direitos dos 88 milhões de jovens, adultos e idosos desse país que são desde os não alfabetizados com mais de 15 anos até os sem Ensino Médio completo com mais de 18 anos.

Defendemos um projeto político de país que articula transferência e distribuição de renda, com participação popular. Estão em jogo políticas que atingem diretamente a população jovem, adulta e idosa do Brasil. Diante do exposto, colocamos todo o nosso apoio e defesa na consolidação da democracia e no seu fortalecimento. A tentativa de golpe orquestrada por setores contrários a manutenção dos avanços sociais implementados nos últimos anos no país deverá ser derrotada nas ruas, sem nos acovardarmos, tão pouco nos exirmos desse processo político.

Faz-se necessário avançar no que se refere à democratização do acesso e permanência dos sujeitos da EJA em processos diferenciados de abertura de vagas, de acesso, de atendimento e de certificação. Queremos cada vez mais e mais aprofundadas condições para a celebração de compromissos com a construção de uma política brasileira de EJA, ao longo da vida, na perspectiva da Educação Popular e com qualidade social. Possibilidade que efetivamente seria interrompida ou usurpada pelos planos traçados que se desenrola em nosso país.

Por último, reafirmamos, que contrário ao fomento do ódio, nossa unidade e disposição de fazer das ruas um espaço de luta pela democracia, por meio do diálogo amoroso e comprometido, conforme nos ensinou o mestre Paulo Freire.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA (ABRA)

EM DEFESA DA DEMOCRACIA E CONTRA O GOLPE, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 1967, torna pública a sua manifestação em defesa do Estado Democrático de Direito e contra o golpe em curso contra a Democracia.

A corrupção, em nenhum momento da história brasileira, foi tão combatida por instituições do Estado, que, desde 2003, têm sido fortalecidas nas suas estruturas. Nada pode justificar, entretanto, sob o pretexto de combater a corrupção, que se violem garantias e direitos individuais e coletivos pela ação arbitrária de autoridades e instituições que deveriam zelar pelo fiel cumprimento da Constituição Brasileira.

O processo de *impeachment* em curso, desprovido de fundamento constitucional, é golpe. As manifestações pacíficas são legítimas, mas a soberania popular das urnas tem que ser respeitada por todos. Ao contrário, seria um retrocesso político e civilizatório. O Brasil é um país de herança colonial e escravista. A pior das corrupções é a corrupção histórica das desigualdades sociais. A miséria e a exclusão social são intoleráveis.

A revolta dos escravos scandalizava, mas o açoite neles não. A luta dos movimentos sociais por direitos scandaliza, mas a repressão a eles não. Urge uma nova abolição. Além da dimensão política, a democracia possui as dimensões social e econômica. A cidadania exige respeito às garantias e aos direitos individuais e coletivos. Fora do Estado de Direito é a barbárie. A Nação exige respeito à legalidade democrática.

Conclamamos a população, do campo e das cidades, às manifestações de 31 de Março. EM DEFESA DA DEMOCRACIA E CONTRA O GOLPE!



POVO

SEM MEDO



ENTIDADES DO MOVIMENTO NEGRO – NEGRAS E NEGROS CONTRA O RETROCESSO

Neste mês histórico em que se comemora O Dia Internacional da Mulher e inspiradas nas histórias de centenas de mulheres negras na luta contra a Escravidão, na preservação das nossas religiões de matrizes africanas, na manutenção de nossa cultura e entre tantos elementos a mais, as Organizações Sociais que conformam o Movimento Negro Brasileiro, reunidas sob a égide da Convergência, vêm a público manifestar sua posição consensual contra a tentativa de golpe articulada pelos setores conservadores com apoio da mídia e por meio de ações de parte do Judiciário.

Dessa forma, apresentamos os seguintes apontamentos:

1 - Os setores que protagonizam esta tentativa golpista historicamente defendem propostas contra as bandeiras de luta do movimento negro e popular: Defendem a redução da maioria penal; são contra as cotas e as ações afirmativas; atuam para retirar as perspectivas racial e de gênero dos planos de educação, entre outros;

2 - Pressionam pela imposição de uma agenda neoliberal; pela entrega do pré-sal e do patrimônio nacional às empresas estrangeiras e o pleno atendimento das demandas do grande capital financeiro;

3 - Estes setores defendem o recrudescimento das políticas repressivas, da violência policial e do genocídio da população negra;

4- Combatem as reivindicações das mulheres negras, a descriminalização do aborto, pregam o esvaziamento das poucas políticas públicas direcionadas às mulheres, notadamente as mulheres negras, tais como as trabalhadoras domésticas;

5 - Reconhecemos que os significativos avanços promovidos contra a miséria extrema, a fome, a inclusão de milhares de jovens negros e negras nas universidades, além da implantação de políticas de promoção e igualdade racial, são, entre outros fatores, elementos que levam as elites brasileiras se unirem e ataquem o atual governo.

6 - O governo federal, alvo das incursões destes setores mais conservadores, ao invés de enfrentá-los, continua sucumbindo e impondo uma agenda muito similar ao de seus algozes, sobretudo nos aspectos econômicos e em iniciativas tal qual a lei antiterrorismo. Somos contra o *impeachment* da atual presidenta e não toleraremos qualquer tentativa de golpe à nossa frágil e insuficiente democracia. Mas é preciso uma mudança de rumo desse governo. A população negra não pode pagar pela crise econômica e política do país.

O Movimento Negro brasileiro afirma uma agenda de enfrentamento à política genocida, contra a redução dos direitos trabalhistas, contra a reforma da previdência, contra os cortes em programas sociais como saúde e educação.

Nós que atuamos na luta contra o racismo e as desigualdades étnico-raciais, temos a convicção que qualquer ruptura com o frágil e ainda pouco eficaz processo democrático atingirá de forma mais grave o conjunto da população negra.

Somos a favor da investigação de todos os casos de corrupção, mas não ao uso oportunista disso para impor uma agenda antipopular que penalize ainda mais nosso povo negro.

Trazemos em nossa ancestralidade toda uma história de luta e resistência que estamos dispostos a honrar neste momento tão importante na história deste Brasil que é nosso e construímos com cada gota do nosso suor.

A solução para a crise está na adesão às propostas históricas dos movimentos populares e do movimento negro.

Em frente pela esquerda. Retrocesso nunca mais!

REDE QUILOBAÇÃO (RAÍZ MOVIMENTO CIDADANISTA)

Você, negra e negro morador da periferia, pode se preparar para tempos muito mais difíceis. As poucas conquistas de políticas públicas que tivemos nos últimos tempos estão em risco: aumento real do salário mínimo, direitos trabalhistas (inclusive para as trabalhadoras domésticas), programas de moradia popular, expansão do ensino superior público, bolsa família, entre outros. Você não vai ver os golpistas falando que vão acabar com isto diretamente. Mas certamente vão cortar cada vez mais recursos das políticas públicas até que elas sejam sucateadas. Veja o exemplo da educação e da saúde pública nos estados onde partidos que apóiam o golpe governam, como São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul: salários dos funcionários atrasados, sucateamento das escolas, entre outros.

Você, negra e negro moradores da periferia, que estão acostumados com as conduções coercitivas da Polícia Militar na quebrada fiquem atentos: como possivelmente a galera vai reagir ante estes cortes nas políticas públicas, a tendência é aumentar ainda mais a repressão. A redução da maioria penal avança no Senado. Os que devem assumir o poder com o golpe já estão procurando figuras como Alexandre Moraes, secretário de segurança pública de São Paulo que defende a repressão policial no estado, para assumir cargos no ministério.

Você, negra e negro moradores da periferia, não fiquem achando que não têm nada a ver com este debate que está acontecendo em Brasília. Isto tem muito a ver com a gente. Por mais problemático que seja este governo da Dilma, o que vem aí é coisa muito pior, muito grave. Representam aquela

elite branca que não quer preto na universidade, não quer que a periferia tenha recursos, ainda que poucos; que as famílias pobres tenham uma gracinha para não passar fome... São aqueles que nos chamam de vagabundos, que falam para a gente voltar para a África, que olham torto quando estamos nos lugares que eles acham que é só deles, como a universidade, o Shopping Center... São os herdeiros dos que nos chicotearam no pelourinho durante a escravização dos africanos. São os que não querem repartir o mínimo que seja da sua riqueza.

Por isto, preto e preta que é consciente, é contra o golpe. É contra Temer e Cunha.

Periferia contra o golpe !!!

Rede Quilombação

057

MULHERES NEGRAS PELA DEMOCRACIA E CONTRA O GOLPE

Nossos passos vêm de longe! Mulheres Negras em defesa da Democracia
As mulheres negras têm um longo histórico de luta em defesa da Democracia e da Liberdade. Aqualtune, avó de Zumbi, foi uma princesa do Congo que liderou um exército de mais de 10 mil pessoas contra a invasão portuguesa em seu país. Ao ser escravizada e trazida ao Brasil, organizou a fuga que deu origem ao Quilombo dos Palmares.

Dandara foi uma guerreira do período colonial brasileiro. Lutou ao lado de homens e mulheres em batalhas em defesa de Palmares e por liberdade.

Maria Felipa Oliveira liderou um grupo de mulheres negras e índios tupi-nambás contra os portugueses, em 1822, na luta pela independência do Brasil.

Nísia Floresta, potiguar, foi a primeira mulher a publicar em jornais a defesa dos direitos das mulheres, índios e negros escravizados.

Laudelina de Campos Melo fundou, em 1936, a primeira Associação pelos direitos das trabalhadoras domésticas e foi uma importante ativista contra o racismo e a exploração da classe trabalhadora.

Helenira Resende, a Preta, estudante, combateu a ditadura militar. Foi torturada e morta com golpes de baioneta.

Marcela Nogueira, estudante secundarista, que aos 18 anos se levantou contra o fechamento de salas de aula no estado de São Paulo, protagonizou e se transformou em referência de resistência de milhares de jovens mulheres pelo país.

Em 1961, na Campanha pela Legalidade, as mulheres tiveram papel fundamental neste processo, pois organizaram, em suas cidades, comitês pela manutenção da Democracia e de defesa da Constituição.

Neste processo organizativo pela legalidade, uma mulher negra se destaca pela sua importância na luta por um país mais justo e soberano – é a Doutora Edialede Salgado do Nascimento, médica ginecologista, figura determinante no movimento de conquistas das mulheres negras em diferentes espaços políticos e institucionais sobre a questão do negro e da mulher. Em 1983, foi nomeada, com Brizola governador, como a primeira mulher negra secretária de Estado.

Em 1964, a direita tentou usurpar esta organização, ao convocar mulheres da classe média alta contra o governo Jango, sob o suposto chamado de defesa da ordem democrática e contra a corrupção. O processo ali era, na verdade, um levante conservador contra avanços em direitos sociais. O resultado, nós já sabemos. Algo de familiar no ar? A reorganização do movimento feminista brasileiro acontece em consonância ao ascenso das lutas democráticas nos anos 1970.

Coletivos, organizações e entidades se formam e o debate sobre os direitos das mulheres, principalmente trabalhistas, começa a se visibilizar. Nos anos 1980, no bojo do processo de redemocratização, o movimento negro, e principalmente das mulheres negras, aprofundam concepções e visibilizam o Feminismo Negro.

Benedita da Silva foi a primeira mulher negra a ser eleita para um cargo legislativo e foi a primeira mulher negra no legislativo federal, no

final da década de 1980, foi também a primeira que juntou-se as outras 25 mulheres na Constituinte. A luta das mulheres negras contra o racismo, o preconceito, a discriminação racial e contra as contradições presentes na relação entre os gêneros, tem feito progressos notáveis no campo dos direitos sociais e humanos.

Contudo, a realidade demanda uma ampliação desta luta, com capacidade de apreender na dinâmica social os antagonismos presentes e inerentes a ela. Democracia, Igualdade de Gênero e de Raça caminham conectadas. Ao passo que uma se fortalece, as outras avançam. Há um reforço mútuo entre estas questões. É em um Estado democrático que temos a possibilidade de explicitar a igualdade de gênero e racial como um objetivo, no qual as lutas por direitos ganham espaço e no qual as mulheres protagonizam diálogos, expõem demandas, debatem com a sociedade uma agenda de garantia de direitos e ampliação de liberdades.

A afirmação dos movimentos de mulheres sobre o respeito às diferenças é a mesma da democracia. É nesta última que se abre espaço ao contraditório, que se garante a possibilidade para que os diferentes convivam com respeito entre si. No enfraquecimento das instituições democráticas e da democracia, limita-se a possibilidade de avanços reais pela igualdade, minguam-se espaços de inclusão e participação. Em um contexto de exceção e ausência democráticas, há o avanço de agendas conservadoras e reacionárias, que defendem a divisão e papéis sociais para as mulheres, retirando direitos e aprofundando desigualdades. Contextos ditatoriais e autoritários têm forte paralelo com a cultura patriarcal e o racismo. Estes organizam e justificam sua dominação pelo uso da força e da violência.

Em uma ditadura, assim como na cultura patriarcal, e o que vivemos no período de escravidão no Brasil e ainda vivemos nas periferias, não há espaço para o contraditório, para o diferente. Os diferentes são transformados em desiguais. Em Estados de exceção, autoritários e conflitos armados, as mulheres são as que sofrem diretamente os impactos da escalada das violências físicas, sexuais, emocionais e simbólicas.

É em um Estado democrático que temos a possibilidade de explicitar a igualdade de gênero e racial.

Às mulheres negras somam-se os conflitos nas periferias e a violência policial cotidiana. A luta das mulheres negras pela democracia, portanto, é uma emergência. Mais do que ir às ruas para defender o Estado Democrático, as mulheres negras se levantam para garantir que direitos tornem-se realidade nas favelas e nas comunidades.

Lutamos para que garantias constitucionais não sejam apenas letra distante para nossos pais, companheiros, filhos, primos e sobrinhos vítimas do genocídio em curso. Nós, mulheres negras, marcharemos por uma vida sem violência, por liberdade e bem viver. Defender a democracia é defender nossas vidas. Defender o Estado Democrático de Direito é defender uma agenda que problematize o aumento em quase 400% de mulheres encarceradas nos últimos anos, em sua imensa maioria mulheres negras.

Defender a democracia é lutar por uma nova política de segurança pública e pelo fim do genocídio da juventude negra e periférica. Defender a democracia é se opor às violências física, sexual, doméstica e simbólica. Defender a democracia é defender uma agenda antirracista e de direitos.

Convocamos as memórias de luta e resistência de nossas ancestrais. Jamais retrocederemos! Em Xirê e com Axé, estamos em luta contra o retrocesso!

058

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

O mundo inteiro assiste com raiva e tristeza ao assassinato da democracia e da justiça no Brasil.

No último dia 17 de abril, foi transmitida da Câmara dos Deputados e em tempo real a votação de abertura de processo de *impeachment* contra a

presidenta do Brasil Dilma Rousseff. Com argumentos baseados no desenvolvimento, na fé e nos valores tradicionais da família, muitos deputados estavam votando contra Dilma.

Legalmente este ato foi justificado com base em supostas acusações de violação da lei orçamentária e da lei de responsabilidade fiscal assim como de corrupção, sobre as quais não existem provas.

Com horror, soubemos no último dia 12 de maio que o Senado reafirmava o *impeachment*, levando ao afastamento de Dilma do governo durante 180 dias (período durante o qual se realizará a investigação). Com isso, o vice-presidente Michel Temer assumiu como chefe do Estado e do governo.

No Brasil, não está aberto um processo de *impeachment*: estamos presenciando um golpe de Estado, disfarçado de legalidade. Trata-se de um golpe neoliberal, racista, patriarcal e lesbofóbico (ou heteronormativo), dos mercados contra o povo. As oligarquias e as elites econômicas, financiadas pelo capital transnacional, decidiram impor seu poder já que não puderam obter a vitória pelo voto.

O povo deu a Dilma mais de 54 milhões de votos porque não aceita o projeto golpista.

O chicote da direita mais radical não pôde esperar. Temer está em poder há menos de quatro dias e já apagou de uma só vez os avanços progressistas e as principais conquistas políticas do Partido dos Trabalhadores, eliminando os Ministérios da Cultura, das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento Agrário, a Controladoria Geral da União, e ainda juntou os Ministérios da Previdência Social com a Fazenda. Temos presenciado como compôs seu governo e seu gabinete exclusivamente com ministros homens, brancos e velhos. E como a polícia já está usando a violência e a intimidação para reprimir os protestos que inundam as ruas de todas as cidades do Brasil.

O presidente ilegítimo já está anunciando a volta das políticas de ajuste estrutural (como o fim da política de valorização do salário mínimo, que tanto tem contribuído para a redução das desigualdades salariais), assim como uma reforma do sistema da Previdência Social.

Na política externa suas primeiras manifestações revelam um abandono da cooperação com América Latina, África e os BRICS, por considerá-la “ideologizada”.

No horizonte, vislumbram-se os tratados de livre comércio com os Estados Unidos e a União Europeia, assim como a privatização das empresas estratégicas.

Já há muito tempo vimos sentindo a crescente pressão da direita conservadora e neoliberal sobre os governos progressistas de toda a América Latina. Estes ataques ao povo são cada vez mais evidentes e agora, inclusive, podemos por nome e cara a seus executores, porque agora os golpes de Estado se vestem de falsa democracia e de justiça.

Como sujeitos políticos não vamos ficar indiferentes diante deste ataque à liberdade e à democracia. Assim, em aliança com outros movimentos sociais, brasileiros e internacionais, saímos às ruas para denunciar a ditadura da direita.

Nós, mulheres militantes da Marcha Mundial das Mulheres:

– Rechaçamos veementemente o golpe midiático-jurídico executado contra a democracia, assim como toda a violência patriarcal que é exercida contra a presidenta Dilma

– Chamamos nossas companheiras de todo o mundo a exigir de seus governos que se posicionem firmemente contra o golpe no Brasil e a que não reconheçam o presidente em exercício Temer assim como qualquer outro indicado pelos atores do processo de *impeachment*.

– Pedimos que organizem ações públicas, escrevam cartas e mensagens aos meios de comunicação e ministérios de assuntos exteriores de seus países para:

1. Manifestar o repúdio ao golpe que ocorreu no Brasil no dia 12 de maio de 2016.

2. Exigir o imediato retorno da institucionalidade democrática do país, que inclui a recondução incondicional da presidenta legítima Dilma Rousseff.

3. Exigir a anulação do falso processo de *impeachment* em curso no Brasil

4. Denunciar o apoio e a cumplicidade de organismos de inteligência norte-americanos no golpe.

5. Exigir da presidência dos Estados Unidos, dos países da União Europeia e demais países que integram a OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – uma posição contundente contra o golpe no Brasil, o que inclui a interrupção imediata de todo tipo de cooperação militar, diplomática e econômica.

6. Pedir a seus parlamentares que aprovelem moções de denúncia e repúdio ao golpe no Brasil.

A solidariedade e a força de todas as militantes da Marcha Mundial das Mulheres está neste momento apoiando a luta de nossas companheiras no Brasil.
Em marcha sempre, companheiras!

059

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB)

Diante da crise que o país está atravessando, a Articulação de Mulheres Brasileiras, movimento feminista antirracista e anticapitalista, expressa sua posição em defesa da democracia e dos direitos das mulheres.

Não aceitamos o golpe contra o governo Dilma, primeira mulher na presidência da República, eleita legitimamente e contra a qual não há provas de qualquer crime. Entendemos o pedido de impedimento pelo presidente da Câmara como um ato que fere a institucionalidade que foi duramente conquistada nas lutas do povo brasileiro contra a Ditadura. A democracia brasileira ainda é frágil. Ela não representa nossos interesses. Mas não aceitamos que se reduza ainda mais. Por isso gritamos: Não vai ter golpe!

Estamos nas ruas, mobilizadas, lutando para mudar a situação de vida das mulheres que está cada vez mais precária, especialmente para as mulheres negras, pobres e das periferias. Quem ganha com a crise é a classe dominante que, a cada dia, vê seus lucros aumentarem. Não vamos pagar os custos desta crise! Exigimos do governo mudanças na sua política econômica e ambiental, além da garantia de direitos para o povo negro, para a população indígena, para a população LGBTT e para as mulheres. Seguiremos gritando: Nenhum direito a menos!

Não vamos recuar. Seguiremos em luta contra a aprovação no Congresso de qualquer medida que fira nossos direitos. Nossa voz nas ruas é a nossa força. Com ela enfrentamos o conservadorismo que tem imposto retrocessos na política brasileira.

Machistas, racistas, capitalistas, não passarão!

Articulação de Mulheres Brasileiras!

060

MULHERES EM DEFESA DA DEMOCRACIA E CONTRA O GOLPE

Neste momento em que, mais uma vez, o Estado Democrático de Direito vem sofrendo violentas agressões no Brasil, com um golpe semiconsumado que ameaça liberdades e direitos individuais, trabalhistas e sociais, nós, mulheres de todas as origens, crenças, partidos, tendências, cores, idades, estilos, mulheres do campo e da cidade, nos levantamos em defesa da Democracia, do povo e do nosso país.

Nossa voz é a voz da maior parcela do Brasil. Somos quase 52% da população, representamos a maioria do eleitorado, respondemos pelo sustento de cerca de 40% das famílias brasileiras. Nessa condição, assumimos o nosso protagonismo na Vida e na História, integrando entidades, frentes, partidos, movimentos, iniciativas e mulheres que lutam contra o processo de golpe já instalado no país e em defesa da democracia, dos direitos humanos, trabalhistas e sociais e da soberania da vontade popular, expressa no voto.

Estamos, hoje, diante de duas frentes de luta – a do combate à corrupção amplamente praticada no Brasil desde as malfadadas capitânicas hereditárias, que dividiu o território brasileiro e entregou o país aos amigos do rei, e a do combate à tentativa de usurpação do poder por uma elite inconformada com a derrota nas urnas.

As duas frentes se misturam quando o combate à corrupção se transforma em um processo seletivo, direcionado, distorcido, eivado de erros e de práticas abusivas, próprias de uma ditadura, como longas prisões preventivas sem acusação, isolamento, restrição de visitas e banhos de sol, controle de leitura, censura à correspondência, cerceamento dos contatos entre presos e advogados, escutas ilegais.

As duas frentes se misturam quando uma imprensa partidarizada confunde a população com um noticiário manipulado e direcionado, com o bloqueio ao acesso à informação livre e ampla, com tratamentos desiguais e que muitas vezes insuflam um ódio irracional que já atinge crianças nascidas em berços de esquerda e mesmo pessoas que simplesmente ousam sair às ruas com uma roupa vermelha. Um ódio fascista jamais visto em nosso país, que contamina parte da sociedade.

As duas frentes se misturam quando tentam induzir a população a acreditar que as duas questões estão relacionadas e que aqueles que defendem a Democracia não querem o combate à corrupção, que as vozes que se levantam contra o golpe são vozes vendidas, corrompidas.

Mentiras, mentiras e mentiras.

Nós, mulheres que assinamos este manifesto, denunciaremos que, hoje, o combate à corrupção tornou-se uma fachada para o golpe. Está corrompido em sua essência. E clamamos por um verdadeiro e profundo enfrentamento ao problema, a partir de processos isentos, equilibrados, amplos e que jamais se afastem da ordem jurídica, mas, principalmente, a partir de uma real reforma política.

O processo de *impeachment*, conduzido por uma comissão em que prevalecem parlamentares processados por corrupção e presidida por um deputado que talvez seja o maior símbolo de corrupção e de impunidade do país, é, na verdade, a tentativa desesperada de cassar a soberania do voto. Contra a presidenta Dilma Rousseff não há qualquer acusação de corrupção ou de desvio administrativo. E isso é golpe, não há outra palavra. *Impeachment* sem crime é isso, é golpe.

Nós, mulheres que assinamos este manifesto, denunciaremos o golpe comandado por uma frente político-jurídico-midiática identificada com interesses antinacionais, privatistas, machistas, homofóbicos, misóginos, retrógrados, racistas, excludentes. Combatemos o golpe que vai na contramão da luta por mais direitos, mais inclusão e por um país realmente solidário, igualitário e mais justo.

Repudiamos firmemente o caráter sexista das críticas e dos ataques hediondos feitos à presidenta Dilma Rousseff, que agridem e ofendem todas nós, mulheres, e que deveria cobrir de vergonha a Nação. Nem todas concordamos com as políticas e programas de governo de Dilma Rousseff, mas não vamos admitir quaisquer ataques à condição de mulher da principal mandatária do país. Não aceitamos xingamentos sexistas, não aceitamos insinuações machistas. Exigimos um respeito que é devido a todas nós, mulheres.

Por ela, por mim, por nós, por todas as mulheres, Não vai ter golpe!

190

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

Nós do Movimento de Mulheres Camponesas, cientes de que a libertação das mulheres está intimamente ligada à necessidade da transformação da sociedade, razão principal de nossas lutas, vimos a público manifestar nossa indignação e repúdio ao pedido de *impeachment* da presidenta Dilma orquestrado pela direita fascista e machista do Brasil, fortalecido pela mídia sensacionalista e manipuladora e representada em especial neste momento pelo seu maior laçao, o presidente da Câmara, o deputado Eduardo Cunha.

Eduardo Cunha é acusado de possuir contas na Suíça com dinheiro não declarado, porém nega a existência das mesmas. É protagonista de manobras institucionais no Congresso para garantir seus interesses e das empresas que o financiaram em sua campanha eleitoral e do andamento de uma onda conservadora de retrocessos e ameaças aos direitos da classe trabalhadora.

Repudiamos essas atitudes e exigimos a cassação de seu mandato e sua prisão.

Essa é mais uma tentativa de golpe ao Estado de Direito Democrático brasileiro, expressado nas urnas em outubro de 2014, onde a presidenta Dilma Rousseff foi eleita com mais de 54 milhões de votos. Esse ódio contra a presidenta nasce de uma sociedade machista e patriarcal, que pela primeira vez em sua história tem uma mulher como presidente da República, isso se reflete na forma como

se tem atacado e ofendido a mesma a partir de seu gênero feminino. Repudiamos todas as expressões machistas deferidas contra a presidente que ferem e violentam a todas as mulheres brasileiras.

Defendemos a Democracia, o seu aprofundamento e o cumprimento do mandato legitimamente e legalmente conquistado pela presidenta Dilma Rousseff. Porém, também não aceitamos a perda de direitos da classe trabalhadora ameaçada pela política econômica neoliberal.

Defendemos a efetivação das propostas de governo vitoriosas nas últimas eleições, aprofundando a aliança com o povo brasileiro, ampliando direitos da classe trabalhadora, a promoção de políticas estruturais, que promovam a soberania do país.

Neste sentido, reafirmamos nossos compromissos com a luta popular deste país, posicionando-nos firmemente contra o *impeachment* e as acusações infundadas de Eduardo Cunha.

Convocamos as mulheres, a classe trabalhadora, as organizações e movimentos populares a se juntarem na luta em defesa da democracia, da justiça, da dignidade para o povo brasileiro e contra o Golpe!

Fortalecer a Luta em Defesa da Vida! Todos os Dias!

Esse ódio contra a presidenta nasce de uma sociedade machista e patriarcal, que pela primeira vez em sua história tem uma mulher como presidente da República.



MOVIMENTO LGBTT UNIFICADO

Nós cidadãs e cidadãos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTTs) nos últimos 500 anos do Brasil, tivemos nossos direitos negados, na última década ampliamos conquistas, simultaneamente ao processo de consolidação da Democracia brasileira, vivemos um período de consideráveis avanços. Em 2003 com a criação do Programa Brasil sem Homofobia, conquistamos o reconhecimento pelo STF das uniões homoafetiva; a participação nas políticas sociais, o acesso integral da população LGBTT no SUS, o direito ao processo transexualizador, o uso do nome social; ampliação da participação e o controle social, os instrumentos legais de políticas públicas de enfrentamento ao preconceito, à discriminação e promoção dos direitos humanos de LGBTT, por meio das Conferências, da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBTT, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTT, Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTT, Comitê Técnico de Cultura do MINC e o Disque 100 LGBTT.

LGBTT hoje não canta mais o hino da fome, a situação é diferente; enfrentamos uma crise do capitalismo, mas garantimos nas urnas a continuidade do projeto político que vem demonstrando compromisso com o enfrentamento às desigualdades. Contudo, forças reacionárias, golpistas, conservadoras e fundamentalistas, usam instrumentos políticos há séculos para nos oprimir; não suportam ver a justiça social, com distribuição de renda, como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, Ciências sem Fronteiras, as Ações Afirmativas, o PROUNI, PRONATEC, as cotas nas Universidades e no serviço público.

O povo brasileiro bate panela porque tem direitos sociais. A estagnação econômica agravada pelos partidos da direita, que não aceitaram a derrota e não respeitam o Estado Democrático de Direito, conduzem essa tentativa de implementar um golpe midiático-jurídico partidarizado, manipular mentes

e corações, causando sensação de angústia e descrédito; aliados a um discurso de ódio e intolerância fundamentalista, uma verdadeira luta de classes, numa tentativa de dar um golpe nas conquistas da população de jovens, negr@s, mulheres, LGBTTs, comunidades tradicionais de terreiro, quilombolas, indígenas, população em situação de rua, pessoas vivendo com HIV/aids, entre outros historicamente excluídos da Democracia e dos espaços de poder e decisão, geram o sentimento de ódio contra nós e contra a Democracia.

Precisamos neste momento defender a democracia, suas instituições, nossas conquistas, para que o nosso projeto democrático e de participação, onde a classe trabalhadora, nós LGBTTs, as mulheres, estudantes, não sejamos derrotados; só com a Democracia podemos ver o país crescer e avançar nos direitos e igualdade de oportunidades”. Por isso, nesta sexta-feira, 18 de março, venha você também defender a Democracia!”

063

LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS (LBL)

A Liga Brasileira de Lésbicas, que se apresenta como uma expressão dos movimentos sociais, de âmbito nacional, que se constitui como espaço autônomo e não institucional de articulação política de lésbicas e mulheres bissexuais, e tem como princípios o pluralismo, autonomia, autodeterminação e liberdade, democracia, solidariedade, transparência, horizontalidade, liberdade de orientação e expressão afetivo-sexual; defesa do Estado laico; defesa dos princípios feministas; visibilidade lésbica; com posição antirracista e antica-

pitalista e com firme atuação da sua militância no combate a LGBTTfobia no Brasil (ENCONTRO NACIONAL LBL, 2015), coloca-se contra o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

No ano de 2015, a luta protagonizada pelas mulheres e pessoas LGBTT floresceu e ficou visível para toda a sociedade. A onda de protestos que pedem “Fora Cunha”, não ao golpe, em defesa da democracia, da soberania nacional e em defesa do mandato constitucional da presidenta Dilma, não ao machismo, racismo, não a lesbofobia, bifobia, transfobia, homofobia e qualquer tipo violência e opressão contra as mulheres, reuniu milhares de mulheres nas ruas de todo o Brasil.

As forças mais conservadoras querem, com este golpe de Estado, ganhar espaço para nos impor uma agenda de retrocessos ainda maiores com a redução de direitos, a ampliação de privilégios e limitação da participação popular na política. Semeiam a intolerância, o ódio e o preconceito, plantando em nosso país as sementes do fascismo.

Acuado por gravíssimas denúncias de corrupção e ocultação de recursos no exterior, Eduardo Cunha protagoniza um golpe de Estado buscando romper com a ordem democrática; tenta, assim, resguardar seus interesses privados. A tentativa de derrubar a presidenta Dilma ameaça ditames democráticos conquistados a duras penas em nosso país. Não há sustentação jurídica para o *impeachment* que nada mais é que uma tentativa de golpe ao Estado constitucional. O Brasil possui um governo legítimo. A direita quer assumir o governo que as urnas lhe negaram!

E as mulheres em toda a sua diversidade de ser e viver reagem.

A Marcha das Margaridas, a Marcha das Vadias, a Marcha das Mulheres Negras reuniuram milhares de mulheres que neste novembro negro, 300 anos de Zumbi dos Palmares, foram para as ruas para dizer não à violência, ao racismo e pelo bem viver de sua comunidade. Nossos passos vêm de longe e esta história sempre foi feita de forma aguerrida e com profunda resistência política.

Além de corrupto e golpista com o O PL 5069, Eduardo Cunha mostra sua face machista e misógina apresentando um projeto de lei que é uma vergonha, um retrocesso, uma afronta aos direitos das mulheres, pois dificulta o nosso acesso ao SUS em casos de violência sexual, aumenta a nossa vulnerabilidade social ao criminalizar profissionais de saúde que orientarem sobre o direito ao aborto legal nos casos de estupro, risco de morte para a mulher ou anencefalia.

Somos contra o golpe de Estado e pela ampliação e consolidação da democracia com Reformas Populares que combatam as desigualdades gritantes em nossa sociedade e que deem fim às medidas conservadoras da política de austeridade que impactam na vida do povo. A saída da crise exige coragem para assumir desafios que passam pela defesa do pré-sal e da Petrobras, pelas reformas tributária, urbana, política, da mídia e agrária. Que os banqueiros e empresários paguem pela crise!

Não vamos aceitar que nosso país se mantenha refém de manobras políticas. Convocamos todos os homens e mulheres democratas de nosso povo a ganhar as ruas em defesa da democracia e das liberdades, do respeito e do direito à vida, contra o racismo, o machismo, a xenofobia, a lesbo/homo/transfobia, o fundamentalismo religioso e os ranços antipopulares. Defendamos o bem-estar do nosso povo com desenvolvimento e democracia.

Golpistas não passarão!

064

COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Em defesa do Estado Democrático de Direito.

Contra abusos do Poder Judiciário em vigência.

Pelo avanço das pautas dos Direitos Humanos.

Repúdio aos atos terroristas contra as instituições.

Considerando o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, do qual o Brasil é signatário, a saber:

Artigo IX - Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo X - Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um Tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ela.

Artigo XI -

1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente, até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo XII - Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Considerando o conteúdo do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966 do qual o Brasil é signatário, a saber:

Artigo IX -

1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais. Ninguém poderá ser preso ou encarcerado arbitrariamente. Ninguém poderá ser privado de sua liberdade, salvo pelos motivos previstos em lei e em conformidade com os procedimentos nela estabelecidos.

2. Qualquer pessoa, ao ser presa, deverá ser informada das razões da prisão e notificada, sem demora, das acusações formuladas contra ela.

Considerando os últimos acontecimentos na recente história do Brasil nos posicionamos:

O MNDH através de sua direção que representa mais de 400 entidades e coletivos de defesa e promoção dos Direitos Humanos em todo território Nacional, compreende que desde a edição do PNDH III em 2010 pelo presidente Lula, grupos liderados pelo poder econômico interno e estrangeiro, fundamentalistas e empresas de comunicação vêm golpeando os princípios e as conquistas dos direitos humanos, insuflando a população através de empresas midiáticas contra políticas garantistas e de políticas públicas uni-

versais para o bem-estar e acesso a igualdade social implantadas nos últimos 14 anos.

Há tempos o MNDH juntamente com outros Movimentos e entidades vêm acusando em seus espaços e promovendo denúncias de episódios que ocorrem nos territórios com abuso de poder econômico que promovem interpretações no Poder Judiciário e do sistema de justiça contrários aos princípios da dignidade da pessoa humana garantidos na CF de 1988, nos tratados e convenção internacionais do qual o país é legalmente signatário.

As violações cotidianas aos direitos humanos agora batem com muita força na porta das instituições no qual membros do Poder Judiciário e do Ministério Público sem fundamento jurídico consistente e sob a escusa da transparência promovem abusos com apoio das empresas midiáticas, claramente promovendo um golpe na opinião pública para que haja esgarçamento da democracia constituída e vigente.

Membros do Poder Judiciário em epigrafe não demonstram a imparcialidade esperada, e ao contrário desfilam com membros da oposição e donos das TV's construindo um poder paralelo inaceitável no Estado Democrático de Direito.

Também inaceitável que a Polícia Federal participe de programas televisivos sensacionalistas com abertura de informações de investigação articulada com o cronograma do movimento *pró impeachment* derrotado nas últimas eleições, segregando informações e selecionando divulgação para desfavorecer pessoas de ideologia contrária aos seus interesses.

A Polícia Federal, o Ministério Público e o Poder Judiciário não podem ter partidos nem opiniões políticas quando da ação em nome do Estado, mas devem escolher o lado da aplicação legal dos direitos humanos e da promoção da democracia como consta da Lei Maior, e é isto que deles se espera para que haja Justiça neste país ainda com tanta desigualdade social.

O MNDH reafirma sua luta contra a corrupção, assim como pela implantação do PNDH III, implantação do SINASE, implantação do SUAS, erradicação da tortura, erradicação do trabalho escravo, erradicação do trabalho infantil, erradicação da homofobia, erradicação da criminalização dos movimentos sociais, erradicação do racismo, erradicação da violência contra a mulher, erradicação do extermínio da juventude negra, demarcação e reconhecimento das terras indígenas e quilombolas, fim do auto de resistência e resistência seguida de morte, nacionalização do pré-sal, ampliação da par-

ticipação política, mais educação em direitos humanos, desinstitucionalização das pessoas em hospitais psiquiátricos, construção de políticas de drogas via SUS, fortalecimento do SUS, desmilitarização das polícias estaduais, fortalecimento dos defensores(as) de direitos humanos, ampliação das cotas raciais e deficientes, fortalecimento dos conselhos de direitos, reforma agrária, reforma urbana entre tantas outras bandeiras da base dos movimentos sociais, mas sobretudo pela imediata REFORMA POLÍTICA com fim do financiamento privado nas campanhas dos partidos políticos.

Convidamos a todos e a todas, inclusive os membros do Poder Judiciário Federal, a cumprir as metas acima dentro da legalidade para promoção da Justiça Constitucional, alargando a inclusão social e erradicando as desigualdades sociais como enunciam os artigos e o preâmbulo da Constituição de 1988.

Posicionamos-nos contra os abusos da autoridade do juiz Sérgio Moro, que deve ser imediatamente afastado de suas funções por ser contumaz violador dos direitos humanos, e que age parcialmente em consonância de movimentos da elite que pretendem a derrubada de governo eleito democraticamente, e desta forma não age com a imparcialidade que de um magistrado se espera, violando os direitos humanos de toda coletividade brasileira.

Posicionamos-nos para que o STF afaste ministros que tenham profundo envolvimento e articulação com setores políticos que afrontam a democracia formal vigente, vide o já conhecido desserviço prestado pelo dr. Gilmar Mendes.

Repudiamos os atos terroristas cometido contra a sede de partidos políticos em São Paulo e Goiás e ainda da maior entidade de representação dos estudantes, a UNE, e exigimos imediata atuação da Polícia Federal na investigação e responsabilização dos culpados.

Por fim o MNDH compreende a necessidade de que sejam imediatamente convocados os comissários da ONU e delegados da OEA como observadores para os acontecimentos presentes e futuros, como representantes da comunidade internacional, e apurem a incidência de forças econômicas estrangeiras que atuam na fragilização da democracia brasileira e da América Latina para ulterior responsabilização pertinente.

Exigimos de todos e todas o respeito a Constituição Federal vigente, aos tratados internacionais e aos direitos humanos, para vigência plena da democracia, e repudiamos qualquer golpe institucional.

CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES

A Central de Movimentos Populares – CMP – que agrega dezenas de entidades e milhares de lutadores e lutadoras do povo brasileiro, torna público seu repúdio à decisão do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, de acatar o pedido de abertura de processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff.

Não bastasse o caráter golpista do pedido, patrocinado pela oposição conservadora, por sua vez patrocinada por interesses econômicos e ideológicos, o ato do senhor Eduardo Cunha, baseado na chantagem e no revanchismo, envergonha o país.

Ao utilizar as atribuições de presidente da Câmara para garantir sua própria defesa nos processos que já deveriam ter significado sua cassação e prisão, este senhor desmoraliza o parlamento e as instituições democráticas.

Lavagem de dinheiro, contas ilegais na Suíça e nos EUA, cobrança e recebimento de propina, chantagem, coação de testemunhas, venda de emendas parlamentares, são alguns dos crimes atribuídos a Eduardo Cunha. Ao não votar a seu favor na comissão que apura a viabilidade de seu afastamento da presidência da Câmara e, conseqüentemente, para sua cassação, deputados deram um recado importante: não aceitarão as chantagens nem as propostas de “barganha política” com este criminoso. Apesar da certeza de que tal posicionamento geraria a atitude revanchista de Cunha, a CMP considera acertada e apoia a decisão destes parlamentares.

O pedido de *impeachment* da presidenta, democraticamente eleita, não tem amparo jurídico. Não há fato ou ato praticado por Dilma que justifiquem a abertura de tal processo.

Para além da vergonhosa atitude revanchista de um deputado manchado pela lama da corrupção e da impunidade, estão os verdadeiros interesses da apresentação do pedido. Interesses econômicos, patrocinados por aqueles que enxergam possibilidades de enriquecimento às custas das reservas naturais e do suor do povo brasileiro. Interesses ideológicos ultraconservadores, patrocinados por aqueles que não aceitam as conquistas sociais registradas nos últimos anos.

A CMP convoca sua militância às ruas, à luta contra o retrocesso e o golpe! Defender o mandato da presidenta Dilma Rousseff significa defender as conquistas e os direitos do povo pobre, dos negros e negras, dos LGBTTs, das crianças e dos adolescentes, das mulheres, da classe trabalhadora!

Seremos intransigentes na defesa da democracia e do mandato popular da presidenta Dilma, iremos para as ruas com toda a nossa força e disposição na defesa deste princípio, na defesa dos direitos sociais, e por uma mudança imediata na política econômica, que garanta a retomada do rumo do crescimento.

Não vai ter golpe sem resistência popular!
A radicalização da democracia é a solução.
Constituinte já, para a Reforma do Sistema Político.
Fora Cunha!

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS

Após realizar uma das maiores marchas de catadoras e catadores de materiais recicláveis de nossa história, recebemos a lamentável notícia sobre abertura de processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma pelo deputado investigado e presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha.

Somos contrários aos ataques contra a democracia brasileira, em que setores da extrema direita tentam de todas as formas romper com a legalidade das eleições. Consideramos este tipo de ataque uma grande ameaça às nossas conquistas e avanços construídos às várias mãos, principalmente de movimentos sociais como o nosso, que fizeram com que nossa categoria fosse reconhecida por lei como a principal agente da cadeia produtiva da reciclagem. Foi por meio de ações do Governo Federal que uma grande parcela da sociedade brasileira, que por muitos anos esteve excluída, finalmente foi reconhecida tendo acesso ao trabalho e conseqüentemente movimentando a economia, trazendo consigo avanços consideráveis.

Entendemos que precisamos avançar em pautas importantes como a reforma política e judiciária, a reforma agrária, urbana e econômica, para concretizar a distribuição de riqueza para que possamos acabar com a pobreza em nosso país. O cenário de um futuro inserto e inseguro nos traz um novo desafio que nos obriga a unirmo-nos em torno da defesa do nosso país, garantido que possamos continuar a desenvolver nossas pautas e avançar social e economicamente. Pela defesa da democracia e a sobrevivência das catadoras e catadores.

Catadoras e catadores contra o golpe!

POVOS DO CAMPO (TEIA DOS POVOS)

Nós da TEIA DOS POVOS – homens e mulheres do campo, da floresta e das cidades, negros e negras, LGBTTs, crianças e juventude, anciãs e anciãos, indígenas, quilombolas, povos de terreiro, por fim todo o nosso povo excluído, caçado, execrado, hostilizado historicamente pelo capital internacional e nacional – reunidos no ASSENTAMENTO TERRA VISTA no dia 20 de março de 2016, decidimos nos colocar CONTRA a ameaça à DEMOCRACIA promovida pela elite brasileira associada às mídias golpistas ao serviço do capitalismo internacional.

Somos conscientes da tarefa que temos em defesa do resultado das eleições democráticas de 2014, da tarefa histórica que terão as mulheres e os homens da Teia de construir o Estado democrático popular. Diante do que se apresenta conjunturalmente, ir apenas às ruas não resolverá.

Acabaram as possibilidades de acordo com a elite dominante, e não há espaço para conciliação de classe. É imperativo conhecer, combater e transformar o que acontece no Legislativo, no Judiciário e nos porões e calabouços daqueles que financiam o golpe. É importante afirmar que mais que a defesa de qualquer governo, a nossa defesa deve ser em direção às pautas progressistas que norteiam as esquerdas no mundo e em proteção dos avanços que conquistamos nos últimos 12 anos.

Para a TEIA DOS POVOS, o dinheiro público é parte dos recursos que deveriam servir para investimentos que melhoram a qualidade de vida da população, portanto, a Teia se coloca contra toda e qualquer corrupção do dinheiro público e de violação de direitos!

O conflito está colocado. O capital financeiro multinacional não concorda e não aceita a distribuição da riqueza. A elite dominante tem se colocado a sabotar os Estados Nacionais pelo mundo inteiro; ultimamente os

ataques e achaques do capital internacional têm se concentrado na África, América Latina e no Oriente Médio.

O Estado nacional brasileiro é estratégico para que as intenções do capitalismo sejam concluídas com sucesso, se apropriando dos recursos naturais, essenciais para aqueles que dominam o mundo continuem mais ricos e

É equivocado achar que o povo tem uma representação nas instâncias constituídas, tendo em vista a inexistência da neutralidade do Judiciário e do Legislativo, submissos à ordem do capital selvagem.

consigam com êxito espalhar a miséria no mundo.

Toda a riqueza do mundo está concentrada na mão de 1% da população. Quando os pobres avançam na conquista de seus direitos básicos, resulta no ódio dessa elite dominante e fascista.

Diante do agravante, o papel da juventude e das mulheres de todas as nossas comunidades é reagir, mobilizar e combater a elite fascista onde ela estiver; precisamos disputar a hegemonia, defender nossos territórios, nossas culturas, e nossas tradições e construir autonomia através da agroecologia.

É equivocado achar que o povo tem uma representação nas instâncias constituídas, tendo em vista a inexistência da neutralidade do Judiciário e do Legislativo, submissos à ordem do capital selvagem. Que fique claro que o PODER econômico é quem manda.

A Teia se coloca CONTRA O GOLPE no Brasil, manifestando publicamente que a Constituição de 1988, que apresentou alguns avanços, não nos serve plenamente, mas mesmo assim a direita golpista não aceita as últimas derrotas eleitorais, rasgando a Constituição através de um golpe institucional aliado aos inimigos do povo.

Companheiras e companheiros, a burguesia não nos dará direito; ele, o capital, tem consciência de classe. Agora estrategicamente os POVOS precisam entender que temos de lutar pelo PODER. É importante defender o resultado eleitoral de 2014, mais sem perder de vista a luta de empoderamento dos povos, do campo e da cidade.

Precisamos construir o PODER POPULAR, devemos ter a clareza que o maior PODER é o território, esse por sua vez só nos servirá com SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR, construindo uma EDUCAÇÃO revolucionária e libertadora para a classe trabalhadora.

Toda as alianças da burguesia são contra a classe trabalhadora. Somos – as mulheres, os povos indígenas, o povo preto, os povos do campo e da floresta, além é claro dos trabalhadores e trabalhadoras nas cidades – sempre renegados dos nossos direitos.

Contudo, somos conscientes das conquistas de 2003 até aqui, que a cor da universidade mudou, que milhões de pessoas saíram da pobreza extrema, e que por sua vez estes empurraram outros milhões para a classe média.

A Teia define que irá atender o chamado da burguesia: se é conflito que eles querem, vamos sim para o conflito!

Por fim a TEIA DOS POVOS define:

Manteremos uma aliança pela DEMOCRACIA para manutenção das nossas conquistas;

Assumiremos a tarefa de nos mobilizar CONTRA O CAPITAL E SEUS ALIADOS;

Defenderemos e promoveremos uma aliança com os movimentos sociais, os indígenas, quilombolas, assentados, ribeirinhos, extrativistas, LGBTTs, trabalhadores da cidade, sem-tetos, atingidos por barragens, bem como todos os povos do mundo, prioritariamente nas Américas, para ampliar os direitos, desenvolver a produção agroecológica, a soberania e segurança alimentar;

Defenderemos uma educação com a nossa matriz ideológica, construída pelo próprio povo, uma EDUCAÇÃO PÚBLICA e gratuita para as populações vulneráveis e que garanta pesquisa, tecnologia e inovação numa perspectiva do trabalho libertador;

Defenderemos os territórios tradicionais dos povos indígenas, quilombolas, assentados e a democratização do direito à terra em todo continente latino-americano;

Defenderemos nossos biomas, as florestas e a sua recuperação, os recursos hídricos e a toda nossa biodiversidade;

Reconhecemos que agroecologia é nossa ferramenta de luta;

Colocaremos-nos em DEFESA da SOBERANIA dos POVOS e não abrimos mão da ampliação de direitos.

**AMAR
SIM**

**TEMER
NAO**

RELIGIOSAS
E RELIGIOSOS
PELA
DEMOCRACIA



**RELIGIOSOS E
RELIGIOSAS**

**PELO
ESTADO
LAICO**

**RELIGIOSAS
E RELIGIOSOS
PELA
DEMOCRACIA**

PELA
SEM
TEM

GAZETA

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB) E OAB, MANIFESTO EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Considerando as graves dificuldades político-sociais que afligem atualmente o país, a presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – se veem no dever de vir a público expressar – a exemplo do que já fizeram em ocasiões semelhantes anteriormente – a convicção de que acima das divergências políticas, naturais numa República, estão a ordem constitucional e a normalidade democrática. Aos três Poderes da República cabe relacionarem-se entre si, de maneira independente, porém harmônica e cooperativa, não se admitindo que dissensões menores ou interesses particulares – de indivíduos ou de grupos – possam comprometer o exercício das atribuições constitucionais que a cada um deles compete exercer. Submetidos que são tais Poderes ao primordial princípio democrático pelo qual “todo poder emana do povo e em seu favor deve ser exercido”, cumpre-nos lembrar que as decisões deles emanadas somente se legitimam se estiverem adequadas a esse princípio maior.

A inquestionável crise por que passam, no Brasil, as instituições da Democracia Representativa, especialmente o processo eleitoral, decorrente este de persistentes vícios e distorções, tem produzido efeitos gravemente danosos ao próprio sistema representativo, à legitimidade dos pleitos e à credibilidade dos mandatários eleitos para exercer a soberania popular. Urge, portanto, para restaurar o prestígio de tais instituições, que se proceda, en-

tre outras inadiáveis mudanças, à proibição de financiamento empresarial nos certames eleitorais, causa dos principais e reincidentes escândalos que têm abalado a nação, afastando-se, assim, a censurável influência do poder econômico do resultado das eleições, o que constitui uma prática inconstitucional, conforme os votos já proferidos pela maioria dos excelentíssimos senhores Ministros integrantes do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4650), ora em andamento naquela egrégia Corte.

Em vista do exposto, as entidades abaixo firmadas entendem inadiável a aprovação nas Casas do Congresso Nacional de uma Reforma Política Democrática que estabeleça normas e procedimentos capazes de assegurar, de forma efetiva e sem influências indevidas, a liberdade das decisões do eleitor.

Com este Manifesto, a CNBB e a OAB, unidas a inúmeras organizações e movimentos sociais integrantes da sociedade civil, conclamam o povo brasileiro a acompanhar ativamente a tramitação, no Congresso Nacional, das proposições que tratam da Reforma Política e a manter-se vigilante e atento aos acontecimentos políticos atuais para que não ocorra nenhum retrocesso em nossa Democracia, tão arduamente conquistada. Para tanto, é necessário que todos os cidadãos colaborem no esforço comum de enfrentar os desafios, que só pode obter resultados válidos se forem respeitados os cânones constitucionais, sem que a nação corra o risco de interromper a normalidade da vida democrática.

Por fim, reivindicam as entidades subscritoras que, cada vez mais, seja admitida e estimulada a participação popular nas decisões que dizem respeito à construção do futuro da pátria, obra comum que não pode dispensar a cooperação de cada cidadão, de cada organização, dando-se, assim, plena eficácia ao conteúdo do artigo 14 da Constituição da República.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Neste grave momento de crise generalizada no país, a Comissão Pastoral da Terra vem a público juntar-se a tantas entidades e cidadãos e cidadãs de boa vontade em defesa da democracia e contra os retrocessos políticos e sociais que se querem impor de forma autoritária ao povo brasileiro. Reafirmando seus valores éticos e pastorais, baseados no Evangelho, a CPT rechaça o processo em curso que, em várias frentes e sob aparatos de contorcida legalidade, visa impedir o mandato da presidenta Dilma Rousseff, desastroso, sim, mas democraticamente outorgado pela maioria dos eleitores brasileiros em 2014.

Tal situação nos deixa profundamente revoltados. A CPT nasceu em plena Ditadura Civil-Militar para apoiar a resistência e a luta por direitos dos camponeses e camponesas trucidados pelo avanço do capital no campo, por ela incentivado, como uma de suas principais estratégias de poder. Fazemos parte da geração que com duras perdas redemocratizou o país e que por isso não admite retrocessos institucionais. Se o governo Dilma não é bom, não cumpre o que prometeu em campanha – e temos motivos suficientes para concordar com isso –, deve ser pelo voto da maioria que ele seja removido, em 2018!

A crise política atual – em muito fabricada por disputa espúria do poder do Estado, sob injunções econômicas obscuras – é um duro revés. A partidarização de setores do Judiciário e da Polícia Federal – que macula seus importantes avanços contra a impunidade – o jogo baixo no Congresso conservador como nunca, os vacilos do governo central e a distorção e espetacularização do noticiário pela mídia empresarial hegemônica têm constituído no conjunto um retrocesso amargo e inaceitável.

Favorecidos pela conjuntura econômica global, os governos de coalizão e pacto social liderados pelo PT lograram avanços sociais inéditos e impor-

tantes para os mais pobres: ascensão social, renda mínima, acesso ao consumo, à energia, à moradia, saúde (programa Mais Médicos), ao transporte aéreo, à educação técnica e universitária, à água no Semiárido, à afirmação étnica etc. Na verdade, os avanços havidos só foram possíveis porque os donos do capital também ganharam, mais e muito. Mas os governos não atacaram o âmago da desigualdade que se manteve inalterada, ou pior ainda, cresceu. Não deram passos concretos para uma adequada e justa reforma tributária, não propuseram uma reforma urbana para combater a concentração fundiária urbana e uma melhor distribuição do espaço entre seus habitantes. Praticamente paralisaram a reforma agrária deixando milhares de famílias vivendo em acampamentos mais que precários. Pior, colocaram um freio violento no reconhecimento e regularização das terras indígenas e no reconhecimento de territórios quilombolas. E mais, se furtaram a propor instrumentos para quebrar o monopólio da mídia em mãos de meia dúzia de famílias que determinam o que o povo pode e deve ver e saber.

A crise atual, com o desembarque do governo de quem sempre esteve no governo, como ratos fugindo de um navio a naufragar, deve servir de lição para alianças feitas simplesmente para garantir o poder, sem qualquer compromisso maior com o povo e seus direitos. Mas se tais alianças não mais se sustentam, não será um golpe civil (como em Honduras e no Paraguai) que vai consertar a situação.

O que subjaz à crise, com fragorosa omissão dos senhores dos discursos hegemônicos, é que para continuar ganhando, o capital agora quer mudar o governo, a qualquer custo, inclusive da democracia, a qual despreza. Como não consegue pelas eleições, visam o “golpe branco”.

A CPT, buscando ser coerente com sua trajetória democrática de 40 anos, reafirma a imposição incondicional do respeito às regras do jogo democrático, nos gabinetes e nas ruas. Por outro lado, exige do Governo Federal a retomada e o aprofundamento das políticas que atendam aos direitos dos mais pobres do campo e das cidades, com prioridade de fato para as Reformas Agrária e Urbana. Inspirados na Palavra de Deus (Provérbios 31,5), condenamos os que inebriados pelo poder se esquecem do bom senso e das leis e não são solidários aos direitos dos fracos e dos pobres.

CÁRITAS BRASILEIRA

(Comissão Pastoral da Terra – CPT; Conselho Indigenista Missionário – CIMI; Conselho Pastoral dos Pesca- dores – CPP; Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM)

*“Assim também vós: por fora pareceis justo aos olhos dos homens,
mas por dentro estais cheios de hipocrisia e de iniquidade” (Mt 23,28)*

Neste momento em que vivenciamos a ameaça de golpe sobre a democracia brasileira, não podemos permitir que as conquistas democráticas e que os direitos civis, políticos e sociais sejam mais uma vez afrontados pela força da intolerância, do conservadorismo e da violência, física e/ou institucional. O golpe civil militar de 1964 imprimiu na sociedade brasileira um quadro de pavor e sofrimento àqueles que lutavam por direitos e liberdades e a todo o povo brasileiro. Prisões arbitrárias, tortura e morte de lideranças populares, estudantes, sindicalistas, intelectuais, artistas e religiosos davam a tônica do Estado de exceção que então se instalava.

Na nossa ainda jovem democracia, estamos presenciando o mesmo discurso de combate à corrupção propagado pelos meios de comunicação às vésperas do golpe de 1964. Mais uma vez a sociedade brasileira corre o risco de vivenciar o mesmo cenário de horror e pânico. As últimas ações de seto-

res conservadores, incluindo os meios de comunicação, repercutem nas ruas e geram um clima de instabilidade, violência e medo.

Diante do risco de aprofundamento dessa situação e da quebra da ordem constitucional e social, a Cáritas Brasileira, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, o Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP e o Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM vêm a público manifestar preocupações com a grave crise. Queremos que todos os fatos sejam apurados e que seja garantida a equidade de tratamento a todos os denunciados nas investigações em curso no país, respeitando-se o ordenamento jurídico brasileiro.

Tememos que os direitos constitucionais dos jovens, das mulheres, dos sem-teto, das comunidades tradicionais, dos povos indígenas, dos quilombolas e dos camponeses, especialmente aos seus territórios, sejam ainda mais violentamente negados.

Reafirmamos nosso compromisso com o combate à corrupção, resguardando que esse processo não represente retrocessos nas conquistas e na garantia dos direitos historicamente conquistados pelo povo brasileiro.

**Mais uma vez
a sociedade brasileira corre o
risco de vivenciar
o mesmo cenário
de horror e pânico.**

170

AO POVO DO AXÉ

Mesmo existindo posicionamentos diferentes entre nós a respeito da situação política atual, convidamos a todos para uma reflexão.

Por que será que o Brasil, desde nossos ancestrais até chegar ao poder um afro-descendente nordestino e uma mulher, sempre esteve preso às ordens

do FMI e dos Estados Unidos? Por que será que antes o filho do trabalhador não tinha acesso ao ENEM, PROUNI, FIES e PRONATEC? Por que o salário mínimo era inferior a 100 dólares? Por que as mulheres não tinham seus direitos assegurados em leis como a Maria da Penha e as empregadas domésticas, muitas vezes obrigadas a deixar seus filhos na rua para cuidar dos filhos das patroas, só agora puderam ter os direitos trabalhistas garantidos? Por que investigações sobre pessoas da classe dominante e políticos eram arquivadas? Por que as pessoas não podiam se organizar conforme sua orientação sexual? Por que mesmo trabalhando em dois empregos as pessoas não tinham acesso a bens como automóvel, nem a planos de saúde ou financiamento da casa própria?

Por que só agora 40 milhões de famílias foram tiradas da extrema pobreza?

Será que o fato de a mídia no Brasil estar nas mãos de meia dúzia de pessoas não faz com que queiram derrubar aqueles se recusam a defender seus interesses? Será que o projeto de poder da bancada evangélica contribui para a manutenção de nossos direitos?

Reconhecemos que há uma instabilidade política e econômica em razão da não percepção do quanto a crise internacional afeta o Brasil e isso se somou aos acontecimentos que temos assistido por parte dos que não aceitam a derrota nas eleições de 2014. De forma democrática, a vontade de mais de 54 milhões de brasileiros, entre os quais muitos trabalhadores, distribuídos em diversos grupos, como negros, indígenas, mulheres, LGBTTs, movimentos sociais variados, foram o “fiel da balança” numa eleição extremamente disputada. Contudo, alguns veículos de comunicação têm espalhado um certo terrorismo na sociedade, causando confusão generalizada já visando 2018.

Considerando tudo que foi dito, é nossa responsabilidade decidir o papel de cada um e de todos no cenário político atual. Devemos tomar uma posição, pois religião e política se discutem, sim; ainda mais com a responsabilidade que os sacerdotes têm em auxiliar as pessoas tanto espiritual quanto psicologicamente.

Neste momento, falam como se tudo fosse competência da presidente da República, mas se realmente fosse responsável por tudo, por que elegeríamos senadores, deputados, governadores, prefeitos e vereadores? Segundo o ministro Marco Aurélio, do STF, nossa Constituição prevê a possibilidade de *impeachment*. Mas não havendo base legal, como é o caso desse pedido que tramita no Congresso, pode ser interpretado como um golpe. Trata-se, portanto, de um desrespeito ao Estado Democrático de Direito, que vem

atropelando todas as instâncias jurídicas e o bom senso, colocando em risco, inclusive, a segurança nacional.

Portanto, se nossa bandeira é verde e amarela, o sangue que nossos ancestrais derramaram pelo Brasil é vermelho e continuará sendo vermelho o sangue dos nossos filhos e netos, que representam nosso respeito à pluralidade ideológica, seja de crenças, seja de opções de vida. Não podemos permitir que nossos descendentes regressem à mesma situação de anos atrás.

Nosso posicionamento político enquanto religiões de matrizes africanas é fundamental, e é preciso considerar todas as conquistas dos últimos anos, como secretarias voltadas para assuntos do povo negro e das tradições dos povos de Axé; ações do Ministério da Cultura, por meio de suas instituições (como IPHAN e Fundação Palmares); conquistas na educação (como a Lei 10.639); políticas de cotas e de promoção da igualdade racial. Além de tudo isso, o direito de praticar nosso culto sagrado sob a proteção da Constituição Federal.

Essas conquistas democráticas correm risco. Não podemos hesitar nem ficar inertes enquanto outros países e instituições, como ONU, OEA, ONU Mulher, França, Espanha, Itália, Vaticano, se pronunciaram contra essa tentativa de golpe. Devemos jogar nossa água na rua e pedir a Exu que permita a nosso Ori ter sabedoria, assim como quando nos escolheu, juntamente com nossos Odus e Orixás, para vivermos aqui na Terra. E a nossa ancestralidade, que nos transmitiu exemplos de fé e resistência.

Assinar este manifesto contra o golpe é defender a Democracia. Apoiar este manifesto é garantir direitos conquistados com anos de luta. Ser contra o golpe é ser contra a discriminação de todos os negros, indígenas, LGBTTs e principalmente mulheres, que também são desrespeitadas quando agridem a presidenta Dilma Rousseff. Sendo assim, não somos a favor de malfeitos ou desgovernança, mas devemos vigiar a todos que escolhemos por meio do voto e renovar, ou não, democraticamente, esses mandatos nas eleições de 2018.

Independentemente de posições partidárias, evocamos Xangô, Orixá da Justiça, sobre todos aqueles que buscam artifícios para enganar o próximo. Que sejam os primeiros a sentir o peso do seu machado – que não permitirá que nenhuma injustiça seja praticada contra aqueles que não se acovardaram em momento de decisões difíceis.

POVOS DE TERREIRO

Estamos vivendo um momento da história do Brasil de degradação, de retrocesso e de violação dos Direitos Humanos e contra nossa Constituição.

Nós, Povo de Terreiro do Brasil, que estamos nos morros e nas periferias das capitais e estados, nos bairros mais pobres e que representamos o povo mais carente de políticas sociais, precisamos mostrar de que lado estamos e sair às ruas para defender a democracia e os avanços sociais conquistados com muita luta a partir de um governo popular que soube olhar para esta camada da sociedade que nunca antes teve acesso ao bem público e que através destas políticas, muitos saíram da linha da miséria e da fome.

O que estamos assistindo é a um espetáculo da burguesia, da classe média alta, da direita orquestrado pela Rede Globo e por alguns membros do judiciário que se arvoram a autodeclarar suas posições partidárias autocratas, que travestidos de combate a corrupção promovem caça às bruxas e a todos que defendem políticas sociais, à democracia e ao maior, melhor e mais popular presidente da república que nosso país já teve, Luiz Inácio Lula da Silva e à nossa presidenta Dilma.

Nosso povo não pode ficar alienado, alheio, na ignorância e na inércia, sendo colonizados e manipulados dia e noite pela Rede Globo seus telejornais tendenciosos, suas novelas e pelos Big Brother da vida.

Vamos acessar a História meu povo!

Vamos discutir política e participar dela!

Vamos parar de apenas emitir opiniões e críticas virtuais, repetindo o que os patrões e patroas falam diariamente, os sinhozinhos e sinhás, vamos para as ruas, pois é lá o exercício pleno da democracia através dos enfrentamentos e luta pelos nossos direitos.

Vamos mostrar a nossa cara e as nossas cores colocando nossos Orixas, Nkisis, Voduns, Caboclos, Pretos Velhos, Exus e Pombas Giras a serviço desta democracia e contra o Golpe.

Os movimentos sociais mais representativos na sociedade estão acordando e já estão nas ruas: artistas, intelectuais, universitários, ONU, CUT, Centrais Sindicais, mas está faltando o morro descer e as periferias tomarem as ruas, e nós representamos esta camada da sociedade que ainda é base de todas as pirâmides e seremos os mais afetados pela queda da democracia.

Se hoje podemos girar nos cruzeiros e reunir nossas figuras mais ilustres, isto se deve às conquistas em uma realidade democrática, pois dos tempos da ditadura, nos lembramos bem, das invasões e quebras do nosso sagrado, prisão e morte de nossas autoridades.

Ainda sofremos perseguições, ainda nossos terreiros são apedrejados, invadidos e incendiados, ainda não conseguimos registrar ocorrências tipificadas como racismo e intolerância religiosa e ainda sofremos condenações judiciais por falta de compreensão de nosso legado civilizatório e por racismo dos “Sérgios Moros” da vida, bem menos não há dúvidas, mas numa crescente. Com retrocesso, será bem pior!

O PL 21, enfrentamento que tivemos no ano de 2015, foi um exemplo do racismo contemporâneo que possui diversas facetas, pois vem travestido de defesa dos animais, veganos e combate contra a corrupção. Só o derrotamos por que fomos às ruas, mostramos maturidade e unidade política.

Vamos acordar e nos somar a todo nosso povo brasileiro e dizer que não vai ter golpe, vai ter luta!

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO SUL DO BRASIL

Nós, Movimentos Sociais Populares do Sul do País, representantes dos povos Guarani, Laklãnõ/Xokleng, Religiões de Matriz Africana, Faxinalenses, Ciganos, Quilombolas, Pescadores Artesanais, Ilhéus do Rio Paraná, Benzedeiros e Atingidos pelo Deserto Verde, reunidos em Curitiba, no Curso de Operadores de Direitos Étnicos e Coletivos – Formação de Lideranças de Povos e Comunidades Tradicionais, vimos por meio desta nota repudiar a tentativa de golpe contra a Democracia em nosso país.

Lembramos que, em nossos movimentos de luta por direitos, também somos constantemente caluniados, difamados e alvos da discriminação e preconceito dessa mesma mídia golpista, manipuladora e antidemocrática que, agora, investe contra um governo democraticamente eleito, com a intenção de derrotar conquistas populares, bem como violar princípios e garantias constitucionais dos cidadãos, abrindo, assim, precedentes gravíssimos contra o Estado Democrático de Direito.

Na história recente de nosso país, sabemos o que significa um Estado autoritário, que se impõe através de mentiras e ilusões geradas pela mídia, apoiadas pelo mercado e a repressão armada. Muitos de nossos povos sofreram perseguições, tiveram seus territórios usurpados, foram violentados e assassinados durante a ditadura militar, bem como as liberdades democráticas foram suspensas – e tudo isto em nome de um governo controlado pelo poder das elites. Muitos anos se passaram, gradualmente lutamos e resistimos para que nossos direito a participação retornasse e a democracia se restabelecesse.

Denunciamos a repetição dessa história, mas dessa vez apoiados por parcela menor do Judiciário, que cria armadilhas para criminalizar, de maneira seletiva, apenas as forças de esquerda, que ainda sustentam um precário projeto de justiça social, pondo em risco os direitos duramente conquistados e a soberania da nação.

Sabemos das intenções dessa elite que busca a ascensão ao poder pelo golpe: sendo suas marcas o ódio e o ressentimento, mostram-se incapazes de formular uma alternativa à política atual, em especial porque são eles próprios os responsáveis pela cultura da corrupção, dos privilégios e beneficiários das desigualdades sociais. Os setores que estão à frente desta tentativa golpista historicamente defendem propostas contra as bandeiras de luta dos movimentos indígena, quilombola e dos povos e comunidades tradicionais: são contra a demarcação dos territórios tradicionais; são contra as cotas e as ações afirmativas; atuam para retirar nossos direitos e impedir as perspectivas da diversidade racial, étnica e de gênero; praticam a intolerância e a violência religiosa; promovem ameaças e assassinatos de lideranças populares; desqualificam a mulher e apoiam o extermínio dos menos favorecidos.

Nós, que atuamos na luta por uma sociedade plural, onde o reconhecimento à diferença e a justiça social são pressupostos básicos, temos a convicção de que qualquer ruptura com o frágil e ainda pouco eficaz processo democrático atingirá de forma mais grave o conjunto dos povos tradicionais. Por fim, somos a favor da investigação de todos os casos de corrupção, mas não ao uso oportunista disso para impor uma agenda antipopular que penalize ainda mais nossos povos.

**SONHAR
E LUTAR**

...M TERRA

MANIFESTO DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO

Nestas últimas semanas, a nação brasileira tem vivido momentos de aflição, angústia e ódio. A ausência de serenidade e cautela, nesta hora crítica, tem despertado muita preocupação e tememos que o acirramento provocado venha custar vidas humanas.

Conquanto tenhamos entre os membros de nosso movimento, como em todo o universo evangélico, as mais diversas opiniões políticas, ideológicas e opções partidárias, há em comum a pregação da tolerância, da paz e da justiça, conforme a orientação das Escrituras Sagradas. Desejamos, neste manifesto, nos posicionar a respeito desses acontecimentos.

Todos os signatários deste manifesto declaram que:

- como cristãos, rejeitamos e denunciemos com veemência a corrupção, a iniquidade, a impunidade e o ataque ao Estado Democrático de Direito. Esses desvios fazem com que o pão não esteja na mesa do pobre e deixem os enfermos e os órfãos desamparados.

- entendemos que a corrupção e a impunidade têm sido problemas endêmicos na sociedade brasileira. E que a indignação de todos nós contra isso é justa e profética. Contudo, rejeitamos igualmente toda indignação pecaminosa que suplante o ordenamento jurídico, que aja com parcialidade e dissemine o ódio e o desejo de vingança entre os brasileiros.

- somos favoráveis a que todos, em quaisquer posições que ocupem ou de quaisquer camadas da sociedade, denunciados na forma da lei por possíveis crimes, sejam investigados e julgados. Porém, só se faz justiça civil pela aplicação rigorosa e exclusiva da lei. Não concordamos que os ritos necessários para o juízo legal sejam adulterados apenas para atender ao clamor público.

- rejeitamos a postura midiática tendenciosa com divulgações editadas dos processos investigativos. Essa prática irrefletida apenas tem promovido dias de aflição e angústia para os brasileiros, além de propagar o ódio e a intolerância com quem pensa de forma diferente sobre a condução dos processos.

Como cristãos, rejeitamos e denunciamos com veemência a corrupção, a iniquidade, a impunidade e o ataque ao Estado Democrático de Direito.

Por isso, nós pedimos à nação, e em especial aos nossos irmãos em Cristo, muita cautela e serenidade, e que o desejo de justiça não nos torne injustos.

- sabemos que os gritos de “crucifica-o” são motivados, muitas vezes, por gente mal-intencionada e isso pode nos trair e nos levar a julgamentos precipitados. Entendemos que condenar alguém, antes que todo o processo investigativo seja conclusivo, antes que se dê amplo direito de defesa, e antes que um tribunal dê sua sentença final, constitui um perigoso precedente para que quaisquer poderes, seja o Executivo, o Legislativo ou o Judiciário, excedam os seus limites constitucionais.

- exigimos respeito ao voto. Toda eleição é uma convocação e um embate entre eleitores, e o voto é o suporte da legitimidade. Se a escolha dos eleitores corre o risco de ser invalidada, tem de haver um processo segundo o ordenamento jurídico, logo, isso tem de ocorrer de forma isenta e sob o império da Lei. O mandato outorgado pelo povo, por meio do voto, não pode ser levemente questionado.

- rejeitamos todo ódio. O ódio, constatado muitas vezes nos discursos de figuras públicas, incita a violência e isso, segundo a nossa fé, é diabólico e não pode ser admitido entre os que constituem a Igreja do Senhor Jesus em solo brasileiro. Cabe a todo cristão a tarefa de ter paz com todos, seja em serviço ao próximo, seja em tolerância com quem pensa diferente, sendo capaz de amar e interceder por seu oponente. Intercessão que, rogamos, seja feita por nossa nação.

- defendemos que as investigações devam continuar, que as provas sejam coletadas e os responsáveis sejam arguidos pelos tribunais, conforme

o estabelecido nas leis brasileiras. Que não haja privilégios para qualquer pessoa investigada, independente de posição ou partido político.

- defendemos a democracia como valor inexorável da Nação e não aceitaremos que nada possa interferir no Estado de Direito. Queremos que a institucionalização seja observada e que prevaleça a serenidade necessária para que o Estado democrático seja preservado.

- reiteramos que “a voz” das ruas deve ser ouvida, mas o limite é a Constituição Brasileira. cremos que todos devem ser investigados, mas dentro das garantias constitucionais. Que o voto e a escolha da maioria devem ser honrados, como reza a lei. Cabem às instituições, designadas democraticamente para tal, a garantia do Estado de Direito, a fim de que quaisquer cidadãos tenham seus direitos respeitados.

Para tanto permaneceremos em vigília e em orações.

Que o Senhor nos faça instrumentos da sua paz e da sua justiça.

075

IGREJA PRESBITERIANA UNIDA DO BRASIL

O Conselho Coordenador da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (CCIPU), tendo em vista o agravamento da crise política do país cujo ápice se deu com as recentes ações realizadas pela Operação Lava Jato, responsável pela investigação de políticos e empresários supostamente envolvidos em prática de crimes de corrupção, dirige-se aos presbitérios e igrejas a ela jurisdicionados e à sociedade brasileira em geral, em especial à classe política e aos operado-

res da justiça (Judiciário, Polícia Federal, OAB e Ministério Público) e faz o seguinte pronunciamento:

1 - A IPU, igreja herdeira da Reforma Protestante, sempre pautará sua conduta pelos padrões de ética e justiça bíblicos e defende que a sociedade brasileira – sejam cristãos, seguidores de tradições religiosas não cristãs e os sem religião – tenha direito a viver em um país sob o império do Estado de Direito, da justiça e da ética, sem distinção de classes, credos, raças ou qualquer outro padrão social convencionado;

2 - A IPU, igreja fundada em 1978, período obscuro da recente história brasileira, oriunda de um presbiterianismo que, de um lado, se aliou à ditadura militar e abraçou o Estado autoritário, para dele também tirar proveito, negando o Pronunciamento Social da Igreja Presbiteriana de 1962, mas que, de outro lado, ofereceu mártires em defesa da causa dos pobres e das liberdades políticas, sempre será fiel às suas raízes e fará ecoar a voz profética da Justiça que deve correr como os rios (Amós 5.24);

3 - A IPU defende o aprofundamento das investigações da Operação Lava Jato, que elas sejam simétricas, sem privilegiar ou discriminar quaisquer partidos políticos, buscando-se o alcance da justiça, aplicando-a a quem quer que seja (doa a quem doer), leve o tempo que levar, sempre sob os auspícios do Estado de Direito, da lei e da serenidade que devem pautar os agentes públicos, em especial os operadores da justiça;

4 - A IPU condena, veementemente, o caráter midiático e teatral que os coordenadores da chamada Força Tarefa da Lava Jato têm dado antes, durante e após o cumprimento de cada fase da Lava Jato. Essa espetacularização de atividades meramente investigativas tem criado um caldo de cultura pernicioso, permeado pelo ódio ao que pensa diferente e que, caso não haja cautela da parte daqueles que conduzem tais investigações e da elite política deste país, poderá se degenerar e transformar nossas ruas em palcos de banhos de sangue;

5 - A IPU condena o vazamento seletivo de trechos de depoimentos, sejam de acusados, investigados ou delatores, sempre dirigidos, previamente, a alguns órgãos de comunicação que entregam um produto de conteúdo nem sempre imparcial e justo;

6 - A IPU coloca sob suspeição e alerta os membros de suas igrejas a verem com espírito crítico e com ceticismo conteúdos de delações premiadas que passam a ser tomados como sentenças condenatórias de agentes pú-

blicos, sem que tenha havido o devido processo penal, a produção de provas e o direito ao contraditório dos acusados;

7 - A IPU alerta que os delatores da Operação Lava Jato são os mesmos que, na surdina e nos arranjos inescrupulosos deste e de governos de épocas anteriores, se locupletaram às custas do país e não tiveram escrúpulos e, mais uma vez, como os ratos que abandonam o navio prestes a submergir, buscam salvar a sua própria pele;

8 - A IPU, com base no Pronunciamento das Igrejas Históricas contra a corrupção, por ela e por outras igrejas assinado e publicado em setembro de 2014, reitera que a corrupção que grassa em nosso país vem de longa data e é filha de um sistema político mal-articulado que sempre se pautou pela busca de financiamento privado de campanhas, transformando o Congresso Nacional em verdadeiro representante do poder econômico, e não do povo, sendo que cerca de 70% de seus membros são representantes diretos de grandes grupos econômicos e financeiros, nacionais e estrangeiros, sediados no país;

9 - A IPU reitera que a verdadeira Justiça provém de Deus e que toda justiça humana é incompleta e imperfeita, mas deve ser permanentemente buscada, no entanto, não deve ser almejada a qualquer preço. Justiça a qualquer preço é justicamento e, como tal, não há nenhuma diferença entre levar qualquer investigado preso, mediante condução coercitiva, sem a devida intimação judicial prévia, quanto linchar um pobre jovem negro transgressor e amarrá-lo em um poste, em praça pública, buscando fazer “justiça com as próprias mãos”;

10 - Como bem supremo, a justiça deve ser buscada, mas a IPU alerta o povo de Deus que nela se reúne: fuja da justiça dos hipócritas escribas e fariseus dos dias atuais (Mateus 5.20). Muitos desses são políticos que respondem a processos criminais e igualmente estão sob suspeição por práticas delituosas. Para buscar a justiça, desconfiem daqueles que, em nome dela, defendem a pena de morte, a redução da maioria penal, a volta da ditadura militar e desrespeitam o direito das minorias, em especial negros, índios, homossexuais e adeptos de religiões não cristãs ou sem religião;

A IPU conclama o povo de Deus que nela se reúne para se colocar, permanentemente, em oração pela nossa pátria. Que ela seja, verdadeiramente, pátria de todos e de todas, onde o direito e a justiça corram como rio perene.

MUÇULMANAS E MUÇULMANOS CONTRA O GOLPE

A crise política vivida no Brasil, intensificada pela ação irresponsável e com claro viés golpista da mídia hegemônica, dos partidos e organizações conservadores e por parte do Judiciário e do Ministério Público, aprofunda a crise econômica, reduz direitos da classe trabalhadora e corta benefícios dos mais pobres. É uma crise que afeta diretamente o setor produtivo nacional, gerando desemprego, ausência de investimentos e, conseqüentemente, retração econômica. É uma crise que afeta instituições democráticas, promove o ódio e escancara a divisão sócio-cultural, econômica, racial, classista e política do país, vivida desde sempre, mas que agora é potencializada pela irresponsabilidade de veículos de comunicação comprometidos com o estabelecimento do caos.

É uma crise que afeta quem ousa pensar diferente. E é por isso que tem e terá, cada vez mais, os muçulmanos como alvo. Não é a toa que os organizadores do golpe não se cansam de produzir matérias em seus poderosos veículos de comunicação com o evidente objetivo de desqualificar o Islam, de nos impor o rótulo de terroristas e de propor a disseminação do ódio contra os muçulmanos, sejam eles imigrantes ou brasileiros natos. Também não é coincidência o ataque contra a Mesquita de Brasília, a perseguição ao trabalho na Mussala de Embu das Artes ou as agressões, em várias cidades do país, principalmente contra as muçulmanas, que representam, através de suas vestes e comportamento, o orgulho que temos de pertencer a esta religião, a este modo de vida.

O muçulmano é aquele que pratica o lícito e denuncia o ilícito! Não compactuamos com ilicitudes, com a corrupção, que atinge todos os parti-

dos, com o massacre da juventude negra, com a violência contra a mulher, com o comércio e consumo de substâncias entorpecentes, com a disseminação do ódio contra quem pensa diferente. Muitos dos muçulmanos e das muçulmanas que vivem no Brasil vieram de países onde esta disseminação do ódio promoveu guerras. Por trás de todas elas, algo em comum: a luta desesperada, inconsequente e assassina dos capitalistas pelo controle do petróleo. Por isso, não nos causa estranheza que os mesmos grupos que financiam as guerras contra países de maioria muçulmana estejam tão interessados na ampliação da tática golpista da direita brasileira. Há algo que muito lhes interessa: as reservas petrolíferas descobertas no pré-sal, que transformarão, em poucos anos, a Petrobras na maior empresa do mundo!

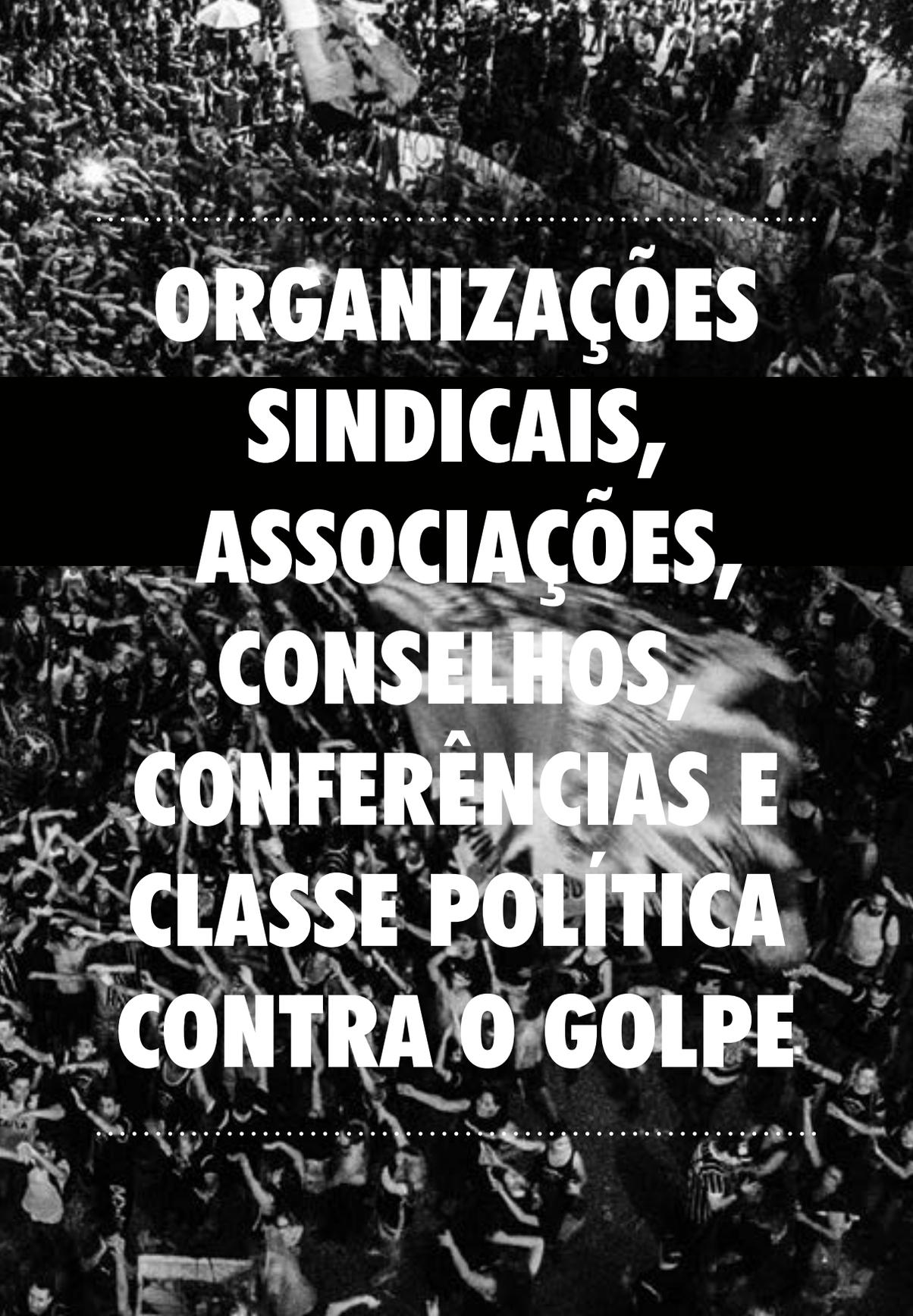
Temos plena consciência de que este não é um golpe apenas contra a presidente da República, contra um partido ou contra seus aliados. É um golpe contra um projeto que foi capaz de tirar milhões de brasileiros da miséria e o próprio país da dependência econômica externa. Insistimos que é um golpe contra quem pensa diferente e, cientes de que não representamos o posicionamento de todos os seguidores do Islam no Brasil, fazemos um chamado especial à consciência dos muçulmanos e muçulmanas, para que se unam a nós, assinem este documento e participem, efetivamente, da construção de um país melhor para todos, sem aliança com qualquer ilicitude e fortemente empenhado contra golpes que, como sempre, visam beneficiar uma única classe e impor o pensamento único na política, na cultura e na religião.

Nossas cabeças, baixamos apenas perante Deus! Não as baixaremos ao golpe!



3





**ORGANIZAÇÕES
SINDICAIS,
ASSOCIAÇÕES,
CONSELHOS,
CONFERÊNCIAS E
CLASSE POLÍTICA
CONTRA O GOLPE**

GOVERNADORES DO NORDESTE

Diante da decisão do presidente da Câmara dos Deputados de abrir processo de *impeachment* contra a Exma. Presidenta da República, Dilma Rousseff, os governadores do Nordeste manifestam seu repúdio a essa absurda tentativa de jogar a nação em tumultos derivados de um indesejado retrocesso institucional. Gerações lutaram para que tivéssemos plena democracia política, com eleições livres e periódicas, que devem ser respeitadas.

O processo de *impeachment*, por sua excepcionalidade, depende da caracterização de crime de responsabilidade tipificado na Constituição, praticado dolosamente pelo presidente da República. Isso inexistente no atual momento brasileiro. Na verdade, a decisão de abrir o tal processo de *impeachment* decorreu de propósitos puramente pessoais, em claro e evidente desvio de finalidade.

Diante desse panorama, os governadores do Nordeste anunciam sua posição contrária ao *impeachment* nos termos apresentados e estarão mobilizados para que a serenidade e o bom senso prevaleçam. Em vez de golpismos, o Brasil precisa de união, diálogo e de decisões capazes de retomar o crescimento econômico, com distribuição de renda.

Wellington Dias (PT – Piauí),
Robinson Farias (PSD – Rio Grande do Norte),
Flavio Dino (PCDoB – Maranhão),
Ricardo Coutinho (PSB – Paraíba)
Camilo Santana (PT – Ceará),
Rui Costa (PT – Bahia)
Paulo Câmara (PSB – Pernambuco),
Jackson Barreto (PMDB – Sergipe),
Renan Filho (PMDB – Alagoas)

CARTA DE PREFEITOS DE CAPITAIS CONTRA O GOLPE

Nós, prefeitos de capitais brasileiras, repudiamos o acolhimento do pedido de abertura de *impeachment* contra a presidenta da República, acatado pelo presidente da Câmara Federal.

Devemos respeitar a vontade da população que conferiu à presidenta da República o exercício de seu mandato. A presidenta Dilma Rousseff tem demonstrado retidão institucional e compromisso público no exercício de suas funções.

Vale ressaltar que a análise do pedido de afastamento se inicia eivada de vícios, o que denota condução desvirtuada do processo. Por isso, os efeitos foram responsabilmente suspensos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) até a decisão do Plenário daquela instituição.

A banalização do uso do dispositivo legal do *impeachment* fragiliza as instituições e atenta contra a democracia. No pedido acolhido pela presidência da Câmara dos Deputados, não há atos ou fatos que respaldem o início de um processo dessa natureza. A peça se apoia em ilações e suposições que tentam, sem consistência jurídica, imputar responsabilidade à presidenta da República, como em pedidos rejeitados anteriormente.

As dificuldades pelas quais passa o Brasil não serão superadas a partir do desrespeito à ordem constitucional. Pelo contrário, um processo com essas características fere e desestabiliza o país.

Por fim, acentuamos que o diálogo nacional deve se apoiar primordialmente no respeito à civilidade democrática e ao resultado das urnas nas últimas eleições.

Alcides Bernal, prefeito de Campo Grande;
Carlos Eduardo Alves, prefeito de Natal;

Edivaldo Holando Junior, prefeito de São Luís;
Fernando Haddad, prefeito de São Paulo;
José Fortunati, prefeito de Porto Alegre;
Marcus Alexandre, prefeito de Rio Branco;
Roberto Cláudio, prefeito de Fortaleza;
Carlos Amastha, prefeito de Palmas;
Clécio Luiz, prefeito de Macapá;
Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro;
Gustavo Fruet, prefeito de Curitiba;
Luciano Cartaxo, prefeito de João Pessoa;
Paulo Garcia, prefeito de Goiânia;
Teresa Surita, prefeita de Boa Vista

079

LÍDERES PARTIDÁRIOS E DIRIGENTES DO PT, PMDB, PCDOB, PP, PSD E PROS (BASE DO GOVERNO)

Nós, representantes dos partidos que dão sustentação ao governo legítimo e democrático da presidenta Dilma Rousseff,

CONSIDERANDO que a presidenta Dilma Rousseff tomou posse, há pouco mais de oito meses, para um mandato de quatro anos, após vencer um pleito democrático, limpo e livre;

ASSINALANDO que é dever cívico, constitucional e democrático da presidenta da República honrar o mandato a ela concedido pelo povo brasileiro até o seu final;

ENFATIZANDO que o cumprimento do mandato obtido legitimamente nas urnas significa, sobretudo, respeito ao voto popular, base de qualquer democracia digna desse nome;

LAMENTANDO, contudo, que, desde a apuração dos resultados das urnas, forças políticas radicais, que exibem baixo compromisso com os princípios democráticos, venham se dedicando diuturnamente a contestar e questionar o mandato popular da presidenta Dilma Rousseff, utilizando-se dos mais diversos subterfúgios políticos e jurídicos, que vão desde o absurdo e inédito questionamento da urna eletrônica, lisura do pleito até a tentativa de criminalização de práticas orçamentárias em um contexto de crise fiscal e utilizadas por vários governos no passado, incluindo a contestação intempestiva das contas de campanha previamente aprovadas na justiça eleitoral;

CONSIDERANDO que tal processo se constitui numa clara e nova forma de golpismo, a qual, embora não se utilize mais dos métodos do passado, abusa dos mecanismos solertes das mentiras, dos factoides e das tentativas canhestras de manobras pseudojurídicas para afrontar o voto popular e a democracia;

COLOCANDO EM RELEVO que, embora manifestações populares que expressem anseios e insatisfações sejam legítimas, elas não podem servir de escusa torpe e oportunista para que invistam contra o mandato legítimo da presidenta, pois a ordem constitucional brasileira sabiamente impõe processo rigoroso e fundamentos jurídicos muito sólidos para a recepção de contestações de mandatos populares;

SALIENTANDO, ademais, que, num regime presidencialista, a legitimidade do mandato é dada exclusivamente pelas urnas, não podendo ficar ao sabor de pesquisas de opinião que retratam uma conjuntura econômica adversa e impactada pelo crise internacional associada à volatilidade de uma crise política artificialmente cevada por aqueles que se recusam a reconhecer sua derrota na última eleição;

OBSERVANDO, a esse respeito, que o principal entrave ao reequilíbrio das contas públicas e à conseqüente retomada do crescimento econômico com distribuição de renda, como é o desejo de todos os brasileiros, reside no atual clima político deteriorado, gerado pelo golpismo que tenta se impor sobre a governabilidade e que dissemina sentimentos de insegurança, pessimismo e intolerância política por toda a sociedade;

CONVICTOS de que a presidenta Dilma Rousseff, cidadã incontestavelmente proba, honrada e dedicada, de forma integral, a trabalhar pelo bem do Brasil, fez avanços notáveis em seu governo para promover o combate à corrupção, ao fortalecer as instituições de controle e ampliar a transparência da administração pública, algo que seus críticos nunca fizeram;

CERTOS, do mesmo modo, de que a presidenta Dilma Rousseff, a qual enfrenta, desde o início de seu primeiro mandato, a pior crise mundial desde a Grande Depressão de 1929, esteve e está sinceramente empenhada, como o ex-presidente Lula, na promoção do desenvolvimento econômico com eliminação da pobreza e redução das desigualdades, processo até aqui exitoso, pois resultou na extinção prática da miséria e na ascensão social de 40 milhões de brasileiras e brasileiros, o que demonstra que os acertos desses governos progressistas foram muito superiores aos seus erros; e

CONSIDERANDO, por último, que é chegada a hora de todas as forças sociais e políticas efetivamente comprometidas com o Brasil e sua democracia reafirmarem sua inestimável e bem-vinda contribuição para que o país supere suas atuais dificuldades e retome, o mais rapidamente possível, o desenvolvimento econômico e social, num ambiente de paz, reconciliação e respeito incondicional aos princípios democráticos;

DECLARAMOS:

I. Nosso firme e decidido apoio ao mandato legítimo da presidenta Dilma Rousseff, que se extinguirá somente em 31 dezembro de 2018;

II. Nosso mais veemente repúdio a toda forma de retrocesso democrático, que tente deslegitimar e encerrar de forma prematura o mandato popular conquistado, de forma limpa, em pleito democrático;

III. Nosso entendimento de que o Brasil demanda a superação do atual clima político deteriorado, o qual coloca sérios obstáculos à governabilidade e à recuperação econômica, dissemina a insegurança, o pessimismo, a intolerância e o ódio político pela sociedade, bem como envenena a democracia do país, duramente conquistada com a luta incansável de gerações de brasileiros;

IV. Nossa absoluta convicção de que o Brasil e sua democracia são muito maiores que as dificuldades econômicas e políticas que enfrentamos, e que o país superará, em breve, todos os entraves à retomada do desenvolvimento econômico e social, preservando e aprofundando o processo democrático do qual todos os brasileiros se orgulham e se beneficiam;

V. Nosso sincero convite a todas as forças políticas responsáveis do Brasil, que não apostam no “quanto pior melhor” ou não se omitem diante dos

incapazes de apresentar propostas, a que deem sua bem-vinda contribuição para que o país se reencontre no caminho do crescimento econômico, da justiça social, da soberania e do crescente aprofundamento de sua bela e jovem democracia.”

080

MILITÂNCIA DO PSB

O PSB em 2013 saiu do governo Dilma “pela porta da frente”, como bem disse Eduardo Campos. Saiu, pois não queria continuar compactuando com as diversas concessões à direita brasileira, não concordava com a presença do PMDB e demais partidos de direita no governo Dilma. Passado o tempo, diversas lideranças de esquerda do PSB se viram coagidas a se retirarem do partido por não mais encontrarem respaldo para as bandeiras dentro do PSB – aqui lamentamos profundamente a saída do companheiro Glauber, da companheira Erundina e do companheiro e ex-presidente do PSB, Roberto Amaral. Esses eram quadros socialistas, sonhadores e ícones da esquerda brasileira e para nós, independentemente de suas atuais legendas, serão sempre companheiros, pois nosso campo de batalha é nas trincheiras da resistência da esquerda brasileira.

A militância aguerrida, resistente e lutadora do PSB vem a público manifestar-se contrária à decisão da Executiva do Partido de apoiar um GOLPE de Estado transvestido de *impeachment*. Sim, um golpe, pois atualmente não existe nada provado que leve a presidenta da República a ser impedida de exercer seu mandato constitucional e legalmente investido. O crime de responsabilidade não está provado neste pedido. Por não estar provado e não existir fato concreto sobre absolutamente nada que comprove o crime de responsabilidade, o impedimento do atual mandato é golpe. Um golpe é caracterizado quando a ruptura da normalidade democrática é realizada.

Por isso, nós da militância do PSB, não deixaremos de afirmar que o processo de *impeachment* tramitando no Congresso é um cru e cruel golpe de Estado.

Entendemos que o momento político atual é conturbado e confuso. A existência de escândalos de corrupção é inegável e diversas investigações

apontam para todos os lados. Não sobram partidos. Todos, inclusive o nosso, receberam doações de empresas investigadas na Lava Jato. Entretanto, devemos nos ater que o processo de impedimento aberto contra a presidenta da República não é referente à operação em curso ou a qualquer escândalo de corrupção.

O que está posto hoje é um esquema generalizado de poderio econômico, *lobby* e todo tipo de interesses que só servem para uma pequena classe desse país, a classe política e empresarial. O dinheiro tomou conta dos partidos e as propinas correm solta nos corredores do nosso parlamento. Tudo isso está provado na Operação Lava Jato. E temos de pontuar que esses esquemas surgiram desde Sarney – ou mesmo no período militar – e enraizaram-se na nossa República.

O escancaramento dessa corrupção sistêmica e endêmica nos leva à reflexão de que o nosso sistema representativo partidário está falido e que nossa jovem democracia está sendo sustentada pelo poderio econômico de grandes empresas e políticos corruptos. Recentemente tivemos uma grande vitória em relação a isto – o fim do financiamento privado de campanha.

Agora é o momento de a bandeira da reforma política ser levantada. Reforma essa que deve ser construída com a sociedade civil organizada, com as ruas e, principalmente, com os jovens.

Atualmente não vemos nossos representantes eleitos discutindo esse tema. O que está posto na cara da população brasileira é uma luta oca de po-

**A militância do
Partido Socialista
Brasileiro não
concorda em ser
peça desse golpe de
Estado perpetrado
pelas forças mais
conservadoras e
esdrúxulas desse
país. Não concordamos
em trair o país.
Não concordamos
em ser uma massa
de manobra nesse
jogo odioso.**

der pelo poder; cidadãos e partidos sem legitimidade e moral para levantar bandeiras anticorrupção; um fascismo crescendo exponencialmente; a grande mídia maculada com todos os interesses que prestam desserviços ao país.

É nesse somatório de forças avessas à democracia que o nosso PSB se alinhou nos últimos dias. Alinhamento esse contrariado por grande parte de sua militância orgânica; alinhamento esse que trai todo o seu projeto político partidário; alinhamento que coloca o pragmatismo à frente de qualquer ideologia.

A militância do Partido Socialista Brasileiro não concorda em ser peça desse golpe de Estado perpetrado pelas forças mais conservadoras e esdrúxulas desse país. Não concordamos em trair o país. Não concordamos em ser uma massa de manobra nesse jogo odiento.

Nós temos um lado e ele com certeza não é o lado da mídia, não é o lado de Temer e Cunha, tampouco o lado de Bolsonaro e de viúvas da ditadura militar. Nosso lado é o lado do povo, o lado da democracia, o lado dos artistas e intelectuais, o lado da luta e da resistência.

Por isso, Senhores e Senhoras Dirigentes do PSB, Senhores e Senhoras parlamentares, O PSB NÃO COMBINA COM O GOLPE!

081

NOTA OFICIAL DO PDT SOBRE PEDIDO DE IMPEACHMENT

Nós trabalhistas – em nome da Direção Nacional do PDT e de nossa história de lutas em defesa da democracia, do Estado de direito e dos brasileiros mais sofridos – não poderíamos deixar de manifestar nosso repúdio à atitude irracional do atual presidente da Câmara dos Deputados de querer iniciar um ilegítimo processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff.

Não faz sentido que um deputado que está sendo processado pela Comissão de Ética da Câmara dos Deputados e está na mira dos ministérios públicos do Brasil e da Suíça – inclusive por manter contas bancárias ilegais no exterior – queira com uma simples canetada tirar a legitimidade de um mandato popular conquistado nas urnas através de milhões de votos dos brasileiros. Consideramos esta atitude irresponsável grave ameaça à democracia e a todos os cidadãos e cidadãs do Brasil, independente da opinião que tenham a respeito do atual governo; porque se trata de uma atitude leviana de alguém que tenta, desesperadamente, tirar de si o foco de uma investigação embasada em fatos concretos.

Neste exato momento conclamamos aos brasileiros de todas as correntes a se unirem na defesa da democracia e do Estado de direito porque não há justificativa para abertura de processo do *impeachment* a não ser tumultuar a vida nacional e agravar, ainda mais, a atual crise política – e suas consequências econômicas.

A democracia nos obriga a respeitar o voto dos milhões de brasileiros que elegeram a presidente Dilma para quatro anos de mandato. Tudo o que for diferente disto não passa de golpismo, de jogo de interesses, de tentativa de macular o processo democrático.

Estes fatos graves nos obrigam a reafirmar publicamente decisão tomada pelo Diretório Nacional do PDT contra tentativas ilegítimas de *impeachment* – exatamente como esta que está ocorrendo neste exato momento. Imbuídos desta terminação, estamos mobilizando nossas bancadas na Câmara e no Senado contra o golpismo – dispostos a ir aos tribunais e mobilizar a população porque a hora é de luta – sem temer consequências – pela democracia e pelo respeito ao mandato popular conferido à presidente – atentos à reorganização das forças de direita e de seus porta-vozes que, apesar de sujeitos no processo, não vacilam em tentar ferir a democracia, desrespeitando o resultado das urnas.

O PDT diz não ao golpismo e reitera que vai lutar contra ele, com todas suas forças.



NOTA DO PSOL – A SAÍDA É PELA ESQUERDA

Face à velocidade dos últimos acontecimentos e a radicalização da crise política, tomamos um posicionamento firme e sem meias palavras:

1. Somos oposição programática e de esquerda ao governo Dilma. Combatemos suas políticas regressivas e questionamos as concessões feitas ao grande capital. Diante da atual crise, do ajuste fiscal e da retirada de direitos, é inegável que este governo tem se afastado dos reais anseios da maioria da população.

2. Somos favoráveis a toda e qualquer investigação, desde que respeitado o Estado Democrático de Direito, sem seletividade ou interferências externas. É preciso que se desvendem as relações promíscuas entre os Poderes da República e o grande empresariado.

3. As últimas atitudes do juiz Sérgio Moro representam claro uso político da Justiça e comprometem o trabalho desenvolvido pela Operação Lava Jato. Atitudes que possuem objetivos midiáticos rompem regras democráticas básicas e favorecem a estratégia de um golpe institucional.

4. Somos contra a saída gestada pelos partidos da oposição conservadora, pelo grande capital e pelos grandes meios de comunicação. O *impeachment*, instrumento que só pode ser usado com crime de responsabilidade comprovado, se tornou uma saída para negar o resultado das urnas, com o propósito de retirar a presidenta Dilma do poder, buscando um “acordão” para salvar outros citados nas investigações da Lava Jato. A troca de governo acelerará os ajustes pretendidos pelos poderosos, retirando direitos dos trabalhadores e atingindo nossa soberania.

5. A saída é pela esquerda. É necessário promover uma reforma política profunda, com ampla participação popular, ter coragem de mudar radical-

mente os rumos da economia, auditar a dívida pública, priorizar o consumo e a produção, taxar as grandes fortunas e baixar a taxa de juros de forma consistente. Propostas não faltam. Mas é preciso coragem para contrariar interesses do grande capital.

083

NOTA DA FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS (PSOL)

Na manhã de 12 de maio, a democracia brasileira sofreu mais um ataque com a admissão pelo Senado Federal do “processo de *impeachment*” da presidenta Dilma, que culminou com seu afastamento temporário por 180 dias. Michel Temer, vice-presidente que assume interinamente a presidência da República, foi um dos conspiradores e grande articulador da manobra política que invalidou o resultado das urnas. No dia de hoje ele já anunciou um novo governo que contempla o projeto político que foi derrotado pela vontade popular nas eleições de 2014.

Mas esse fato não chega a ser uma novidade. As classes dominantes no Brasil são pródigas em golpes. A primeira Constituição do país foi promulgada por Dom Pedro I, em 1824, depois de prender deputados e cercar com as tropas imperiais a Assembleia Constituinte. No início dos anos 1840, o chamado “Golpe da Maioridade” daria início ao segundo reinado com o objetivo de debelar as insurreições regionais que tomavam o país. Duas décadas depois, seguindo os passos do pai, Dom Pedro II destituiria o Gabinete Liberal e restauraria o poder dos Conservadores através de um golpe. A monarquia chegaria ao fim por um golpe militar em 1889.

Dois anos depois o então presidente Floriano Peixoto fecharia o Congresso Nacional e se manteria no poder após a renúncia de Deodoro da Fonseca, contrariando o que mandava a Constituição Federal: convocar novas eleições. Em 1937, apenas três anos após a promulgação de uma nova Constituição, um golpe liderado por Getúlio Vargas instauraria um Estado parafascista que reprimiu com violência seus adversários políticos. Ironicamente, o Estado Novo chegaria ao fim com a deposição forçada de Vargas pelos comandantes militares em dezembro de 1945, através de um novo golpe.

Em 1961 a instalação do parlamentarismo, embora justificado como forma de contornar uma nova crise institucional, foi mais um golpe que contrariou a Constituição Federal para impedir a posse de Jango. Em 1964 o mais célebre dos golpes instaurou uma ditadura militar amparada por um forte aparato político-econômico-midiático.

O ocorrido em maio de 2016 é uma nova face de um mesmo processo de impor um projeto político que não é referendado pelo voto popular. Com o acionamento de manobras parlamentares, com o auxílio da grande mídia (que sempre teve papel preponderante nos ataques à democracia em tempos recentes), dos grandes interesses econômicos nacionais e internacionais, tentou-se dar um aspecto de “legalidade” e “institucionalidade” à velha disposição dos grandes interesses de impôr o seu projeto político à revelia da vontade popular.

Que a democracia brasileira tem suas fragilidades é sabido, principalmente por aqueles que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária. Que o governo liderado pelo PT passou longe de enfrentar efetivamente os grandes interesses do capital, também. Entretanto, o que está em marcha agora é um ataque às mínimas premissas democráticas existentes, e nenhum retrocesso às garantias democráticas duramente conquistadas por décadas de luta e sangue devem ser admitidas.

A Fundação Lauro Campos, em consonância com a posição das instâncias do PSOL e de sua bancada na Câmara dos Deputados, não reconhece a legitimidade de Michel Temer como presidente da República Federativa do Brasil. É hora de desatar uma ampla campanha pelo imediato afastamento de Temer, com a convocação de eleições presidenciais antecipadas, como prevê a Constituição Federal. A defesa da democracia brasileira passa pelo enfrentamento desse golpe travestido de “*impeachment*” e evitar, assim, que novamente a História se repita como farsa.

COMISSÃO POLÍTICA DO PCdoB

Bastou uma semana para que o usurpador da presidência da República, Michel Temer, e seu governo ilegítimo confirmassem em atos os objetivos do golpe de Estado em andamento no país. A sede exacerbada de assalto ao poder de Temer e de seu grupo é tal que, mesmo sendo um presidente interino, desmonta em ritmo frenético as políticas e estruturas de governo e, em escasso tempo, promove significativo retrocesso.

O povo brasileiro não se enxerga no ministério nomeado cuja formação se deu pela partilha do botim, pois Temer deve o cargo não ao povo, mas ao “colégio eleitoral” que o entronizou. Nesse ministério não há mulheres, não há negros, e nele se destaca uma notável percentagem de ministros investigados ou citados em inquéritos que apuram crimes de corrupção.

Temer jogou uma pá de cal no Ministério da Cultura, acabou com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e igualmente extinguiu a Secretaria Nacional de Portos e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e da Juventude – decisão que revela uma concepção retrógrada, reacionária. É um ministério de costas para a sociedade, montado para tentar assegurar os 54 votos necessários para aprovar o *impeachment* no Senado e manter aglutinada a contraditória e conservadora base na Câmara dos Deputados, cujo líder do governo é o deputado André Moura (PSC-CE), aliado incondicional de Eduardo Cunha, prova de que Michel Temer segue atado ao que há de pior no parlamento brasileiro.

Os direitos trabalhistas, o caráter universal do Sistema Único de Saúde, a Educação pública, os programas Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família já se tornaram alvo de medidas e declarações de ministros – o que revela que já foi acionada a máquina de triturar e mitigar direitos e soterrar as conquistas que nosso povo alcançou nos governos Lula e Dilma.

Para dirigir a área econômica foi nomeado, com plenos poderes, o “time dos sonhos” do mercado financeiro, fato revelador de um governo direta-

mente manietado pelo rentismo. A Previdência foi posta sob a alçada dessa equipe de falcões do mercado, que promete, a toque de caixa, apresentar uma proposta que ameaça direitos dos trabalhadores. Já começou, também, a operação para enfraquecer o Estado nacional como indutor do desenvolvimento, garroteando os Bancos públicos e desmembrando o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

A política externa afirmativa da soberania do país, da integração latino-americana, é objeto de desmanche. Os governos e instituições dos países da região que se opõem ao golpe são toscamente hostilizados pelo chefe interino do Itamaraty. É o retorno de uma política externa que se dirige com arrogância aos países de menor porte e se curva ante as grandes potências.

Tudo isso é apenas o início da prometida Ponte Para o Futuro, o programa impopular de Temer, eivado de neoliberalismo selvagem – na verdade, um túnel para o passado.

A grande mídia brasileira blinda e incensa esse governo que nasceu vello, mas a imprensa internacional o contesta, as redes sociais no país o desmascaram; o mercado e a direita o festejam, mas os trabalhadores, o povo, artistas, juristas, cientistas, amplos segmentos seguem denunciando o golpe e exigindo a volta da presidenta eleita, Dilma Rousseff.

O PCDoB, ao reiterar sua condenação veemente ao golpe de Estado que está sendo realizado no Brasil, conclama as amplas forças democráticas e progressistas, ao povo e aos trabalhadores e suas entidades e seus movimentos – entre eles a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo – a empreenderem firme e resoluta oposição, no parlamento e nas ruas, ao governo ilegítimo de Michel Temer. Embandeirados com a defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores e do povo, e pela derrota do golpe no julgamento do Senado, devemos realizar jornadas unitárias em ações crescentemente amplas, representativas e massivas.

O fraudulento *impeachment* em curso, ao contrário do que propagandeiam os golpistas, pode sim ser derrotado no julgamento do Senado Federal. A presidenta eleita Dilma Rousseff mantém-se ativa e realiza uma agenda de mobilização contra o golpe. A agenda regressiva de Temer e os conflitos de seu governo tendem a provocar descontentamento e mesmo cisões entre os apoiadores do golpe. Respalhada pelo fato de que o *impeachment* de Dilma é um escândalo jurídico – uma infâmia política que condena uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade –, a resistência democrática irá dialogar, persuadir senadores e senadoras que se mostram reflexivos a não se tornarem cúmplices dessa investida que rasga a Constituição.

A proposta de um plebiscito por eleições diretas para presidente que remete ao povo a decisão do melhor caminho para se restaurar a democracia contribui para a reversão do golpe no Senado e confronta o governo ilegítimo de Temer.

Um vasto movimento democrático e popular emerge em todo o país contra o presidente interino e impostor. Ao mesmo tempo, a presidenta Dilma eleva sua autoridade diante do povo. Ela representa, nas atuais circunstâncias, a luta pela democracia porque foi flagrantemente vítima de uma injustiça, além de ter sido retirada da presidência da República por um conluio de políticos envolvidos em crimes de corrupção.

O PCDOB ressalta a necessidade de a resistência democrática realizar uma agenda de múltiplas formas e iniciativas em defesa da democracia: manifestações de rua, debates, simpósios, manifestos, atos culturais e tribunais simulados que denunciem as fraudes do golpe. Temos a convicção de que a jornada democrática crescerá, dia a dia, ao longo dos próximos meses. O golpe não é irreversível, podemos sim conquistar, ao final, a vitória da democracia.

Fora Temer!

Derrotar o golpe nas ruas e no Senado!

Plebiscito para antecipação das eleições presidenciais já!

085

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT)

Nota da CUT sobre o pedido de prisão preventiva do ex-presidente Lula. A ação arbitrária do promotor foi amplamente criticada por desembargadores de São Paulo por ser irresponsável e comprometer a credibilidade do Ministério Público

A CUT manifesta o mais veemente repúdio ao pedido de prisão preventiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, feito no final da tarde de ontem pelo promotor Cássio Conserino. A iniciativa é inaceitável do ponto de vista jurídico e político.

Conserino não é o promotor natural do caso e já havia antecipado à revista *Veja* sua decisão de denunciar o ex-presidente, antes mesmo de ouvi-lo, o que revela sua indiscutível parcialidade. O pedido não tem base legal e afronta os direitos civis. Lula nunca se negou a prestar informações e tem se mantido à disposição da Justiça

A ação arbitrária do promotor, amplamente criticada por desembargadores de São Paulo por ser irresponsável e comprometer a credibilidade do Ministério Público, tensiona os ânimos e agrava a crise política. A CUT conclama suas bases a permanecerem em estado permanente de mobilização em defesa do ex-presidente Lula e da democracia e orienta suas entidades a organizar o dia 18 de março.

Direção Executiva da CUT Nacional

086

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO (CONTRAF)

O Senado selou nesta quinta-feira (12) um dos episódios mais tristes para o Brasil, para a democracia e para os nossos direitos. Usaram a institucionalidade para construir um golpe!

As liberdades democráticas duramente reconquistadas pelos movimentos sociais foram novamente transferidas para os mesmos setores golpistas de 1964.

A insegurança, o medo e a desesperança voltaram à vida dos sindicalistas e das pessoas que sempre tiveram compromissos com as causas sociais e populares.

As elites empresariais brasileiras rearticuladas depois de quatro derrotas consecutivas, acumulam neste momento a sua maior capacidade de conspirar. São donos de uma maioria parlamentar fisiológica e conservadora, estão aliados com os ressentimentos das classes médias e contam com a manipulação da opinião pública feita pelo oligopólio da mídia.

Controlam mais de dois terços da Câmara e do Senado e têm maioria absoluta para fazer emendas à Constituição ou qualquer outra mudança de leis que queiram para beneficiar seus objetivos gananciosos.

Mostraram a que vieram com a apresentação da “Ponte para o Futuro” e na divulgação de um Ministério sem mulheres, sem negros, sem inclusão e sem nenhum representante das camadas desvalidas que precisam de governo. Não vão governar para eles, pois os golpistas têm lado.

Após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, vão fazer as ações necessárias para completar seu plano de sustentabilidade do golpe: neutralizar os candidatos oponentes para garantir 2018, e neutralizar os apoiadores do outro modelo de governo democrático e popular que acabam de derrubar.

A bandeira do combate à corrupção foi levantada como pretexto para angariar apoio popular e poderá desaparecer dos noticiários. Estaremos atentos e denunciaremos os recuos. Não tem volta.

Mentiram para a sociedade que afastando a presidenta todos os problemas do Brasil se resolveriam, a crise seria debelada, o desenvolvimento retomado, os empregos gerados... Não podem deixar agora que os movimentos sociais revelem a sua fraude.

Enfrentaremos as tentativas de criminalizar os movimentos sociais e as

Mostraram a que vieram com a apresentação da “Ponte para o Futuro” e na divulgação de um Ministério sem mulheres, sem negros, sem inclusão e sem nenhum representante das camadas desvalidas que precisam de governo.

tentativas de desacreditar nossas estruturas sindicais que serão feitas pela mídia militante golpista.

Continuaremos. Faremos a “Campanha Nacional dos Bancários” sob o governo ilegítimo de Michel Temer, que terá como marca conjuntural a construção de planos para resolver a recessão econômica combinados com a redução de direitos trabalhistas e sociais.

Defenderemos os nossos salários, os nossos direitos, as empresas públicas e a democracia.

Uma conjuntura de múltiplos desafios onde os golpistas chamarão os trabalhadores para mais um sacrifício. Somente os trabalhadores.

O empresariado nacional já escolheu quem vai pagar o pato!

Vamos enfrentar os bancos neste cenário de instabilidade política, num segundo ano de recessão, numa economia com recuo do PIB e com continuidade do desemprego em alta. Difícil!

Mas a CONTRAF-GUT acredita nos trabalhadores e nas trabalhadoras do ramo financeiro. Temos a nossa histórica unidade nacional, nossa poderosa mobilização e nossos sindicatos democráticos e preparados para a resistência. Cada Sindicato e cada Federação será um Comitê de Defesa da Democracia, das Empresas Públicas, dos Direitos e Contra o Golpe! Vamos resistir todos juntos. Vai ter luta!

087

FEDERAÇÃO UNICA DOS PETROLEIROS (FUP)

A história de luta dos petroleiros brasileiros sempre esteve ligada à defesa da democracia, da soberania e dos direitos sociais. Nossa luta não é de hoje. Resistimos ao golpe civil-militar que derrubou João Goulart em 1964, fizemos

greves contra a ditadura, lutamos pela redemocratização, enfrentamos o neoliberalismo e todas as políticas privatistas e de ataques à classe trabalhadora.

Em todos esses momentos, o petróleo esteve no centro das disputas políticas e a categoria petroleira, nas linhas de frente de resistência, enfrentando os entreguistas.

E novamente a história se repete. O estado permanente de golpismo que paralisa o país desde a reeleição da presidente Dilma Rousseff foi gestado pelos mesmos setores que há décadas tentam tomar o petróleo do povo brasileiro.

O uso indevido do recurso do *impeachment* para tentar afastar sem qualquer fundamento jurídico uma presidente eleita por 54 milhões de votos é um golpe com objetivos muito claros: reconduzir a classe empresarial ao comando do Estado brasileiro.

Não temos dúvidas de que os golpistas têm como principal motivação garantir o controle sobre o pré-sal e a Petrobras.

O golpe, portanto, não é contra um governo legitimamente eleito. O golpe é contra a democracia, é contra a soberania e contra as conquistas do povo brasileiro.

O programa apresentado pelos conspiradores que tentam tomar o poder na marra, a chamada Ponte para o Futuro, é um túnel para o passado. Um retrocesso que significará o aniquilamento dos direitos trabalhistas e sociais conquistados a duras penas pelo povo brasileiro.

O que estamos vivendo, portanto, é uma luta de classes que se acirra a cada momento, seja através da criminalização dos sindicatos, dos movimentos sociais, das organizações de esquerda e dos democratas, seja pelos ataques aos direitos trabalhistas mais básicos.

A categoria petroleira sabe que lado ocupa nessa batalha. Nós já estamos nas ruas há muito tempo lutando contra o retrocesso e seguiremos mobilizados, pois os que querem derrubar a presidente da República são os mesmos que querem privatizar a Petrobras e entregar o pré-sal às multinacionais.

Em defesa da democracia, da soberania e dos direitos sociais, não permitiremos que o golpe se concretize.

Essa luta é permanente e não se encerrará após a votação do *impeachment*. Qualquer que seja o resultado, continuaremos nas ruas para impedir o retrocesso e barrar os entreguistas.

LÍDERES DE SINDICATOS DE METALÚRGICOS, QUÍMICOS, BANCÁRIOS, COMERCÍARIOS E TRABALHADORES EM GERAL

O Brasil já mostrou sua capacidade de superar grandes desafios. Com suas instituições robustas e sua experiência na construção de compromissos, por meio do diálogo social, nosso país tem plena condição de vencer qualquer crise. Venceremos novamente.

Diante da atual conjuntura, destacamos que o caminho de superação é demarcado pelo rigoroso respeito às regras constitucionais, à democracia, à vontade geral da nação e ao interesse coletivo do país. Qualquer outro caminho que aprofunde a cizânia e o confronto é péssimo e poderá provocar um desastre.

A luta é urgente e exige o esforço de unificar e consolidar um eixo de propostas que contemplem os agentes econômicos reais — Estado, trabalhadores e empresários — em torno de um conjunto mínimo de iniciativas e medidas para sair da recessão econômica.

Essa necessidade já resulta em sucesso no Compromisso do Desenvolvimento, firmado em dezembro de 2015, em foro permanente de representantes dos principais setores econômicos, com empregadores e empregados discutindo com serenidade e franqueza saídas para este momento de estagnação e desemprego. O governo, registre-se, demonstrou entender a importância desse compromisso ao resgatar o Conselho de Desenvolvimento Econômico, o Conselhão.

Para reforçar e dar continuidade àquelas propostas, levantamos três eixos mobilizadores:

- O imediato encaminhamento da reforma política ampla e democrática;
- A construção de novas regras para uma governança orientada pela transparência e controle, que coíba ilícitos e fortaleça a atividade empresarial e os investimentos públicos e privados;

- A implementação de política econômica orientada para a retomada e sustentação do crescimento econômico, que acelere a construção de um projeto de desenvolvimento produtivo, orientado pelo investimento e a geração de emprego.

A gravidade da atual crise indica urgência. O nível de conflito, serenidade. O tamanho do desafio, ousadia. Urgência, serenidade e ousadia se constroem com diálogo. Diálogo para construir compromissos com transformações benéficas para a sociedade.

O Brasil já enfrentou uma grande recessão na década de 1980. Tão ou mais severa do que a atual. E conseguiu vencê-la a partir de um acordo mínimo entre as forças responsáveis e atuantes em prol de sua economia essencialmente vigorosa.

O futuro da nação depende de um projeto que reúna as forças econômicas, sociais, políticas e culturais. Essa é nossa atual tarefa histórica.

O caminho de superação é demarcado pelo rigoroso respeito às regras constitucionais, à democracia, à vontade geral da nação e ao interesse coletivo do País.



FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS (FISENGE)

Dois pesos e duas medidas. É este o cenário da atual crise política instalada no país. Isso porque os setores mais retrógrados e conservadores exigem o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, utilizando métodos que rasgam a Constituição e colocam em risco os direitos individuais e coletivos de toda a sociedade brasileira. O combate à corrupção é uma bandeira e uma luta legítima em busca de uma sociedade justa e igualitária. No entanto, a operação Lava Jato apresenta a recorrente seletividade do Estado. Afinal, por que Eduardo Cunha, mesmo denunciado por corrupção, ainda segue na presidência da Câmara dos Deputados? Os meios de comunicação – especialmente o Grupo Globo – fortalecem uma rede de manipulação da informação e de omissão. É importante fazer a distinção entre um jornalismo sério e comprometido com os fatos, a pluralidade e a função social da comunicação e o uso deliberado da mídia para conduzir os rumos da política brasileira e inflamar, de forma irresponsável, uma determinada versão dos fatos.

A responsabilização de corruptos e corruptores é necessária e defendemos que todos sejam investigados, inclusive governos dos anos 1990, que privatizaram empresas públicas como a Vale do Rio Doce e Telebras, o que ocasionou enorme perda tecnológica e demissões de engenheiros. Não podemos corroborar com a quebra do Estado Democrático de Direito com a utilização de grampos ilegais, conduções coercitivas e o desrespeito ao direito de ampla defesa. Defendemos a apuração de fatos concretos, e não factoides criados pelos veículos de comunicação.

O clima de intolerância que se avizinha é temeroso e o grau de animosidade também é consequência de determinados atos arbitrários do Poder Ju-

diciário, que ferem a democracia e a estabilidade do Brasil. A História mostra que o fortalecimento de maniqueísmos recai no totalitarismo e autoritarismo. Nosso país passou por diversos golpes políticos e uma ditadura civil-militar e suas consequências serviram para a retirada de direitos, a censura e a justificativa para a tortura e o assassinato de milhares de pessoas.

A derrubada de um governo não pressupõe o fim da corrupção que, em nosso país, está enraizada culturalmente. Todos nós somos contra a corrupção e defendemos que todos sejam investigados e responsabilizados, independentemente de filiação partidária. A crise política ainda é agravada pelo fator econômico com o aumento de desemprego e da inflação. Além de uma necessária mudança na atual política econômica no país, é preciso recordar que esse quadro é reforçado pela retração proposital de grandes empresários, que têm interesse na derrubada do governo. Os braços para um golpe estão formados com o apoio de grandes grupos econômicos, dos meios de comunicação e de determinados setores conservadores instalados no Poder Judiciário.

Clamamos a sociedade brasileira ao diálogo e à defesa da democracia para o restabelecimento político das relações sociais. Vamos juntos, homens e mulheres, debater e construir um Brasil justo, democrático, soberano e igualitário. Não vai ter golpe! Vai ter luta!

090

SINDICATO DOS ARQUITETOS NO ESTADO DE SÃO PAULO (SASP)

O Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (SASP) tem observado muito atentamente o desenrolar dos acontecimentos em nosso país. A entidade percebe uma orquestração, bastante perigosa para os ideais republicanos que regem nossa constituição e garantem isonomia entre os poderes

da República, entre parcela significativa do Poder Judiciário e os meios de comunicação hegemônicos. Esses meios têm tido acesso aos documentos de investigações antes dos advogados que defendem réus e citados, divulgando-os no intuito populista de se aproveitar dos sinceros sentimentos e reivindicações da população brasileira por mais transparência e contra a corrupção. Coerente com a defesa dos valores democráticos e da constituição cidadã de 1988, o SASP repudia veementemente a tentativa de desestabilização da normalidade democrática em nosso país.

Ancorado em um messianismo típico do que há de pior na política nacional, o juiz Sérgio Moro segue desrespeitando os ritos caros à democracia, como fez, por exemplo, quando ordenou a condução coercitiva, injustificada perante a lei, do ex-presidente Lula e quando divulgou conversa de telefone entre Lula e a presidenta Dilma duas horas e dez minutos depois dele próprio ter ordenado, oficialmente, em documento assinado com validade legal, o fim dos grampos. Uma República democrática não pode ser colocada em perigo por um juiz cuja vaidade e as ligações com a imprensa e com partidos políticos de oposição, no mínimo duvidosas, são públicas e notórias.

A luta contra a corrupção é de todos os brasileiros, e o SASP, enquanto sociedade civil organizada, não abre mão da defesa das investigações, punições e de todas as medidas previstas em lei. É neste sentido que damos apoio à apuração de toda a corrupção existente na Petrobras, nos trens e metrô de São Paulo, nas merendas escolares, nos Helicópteros e, principalmente, no conjunto da produção urbana brasileira, neste e em todos os governos federais, estaduais e municipais que já passaram por nossas cidades, estados e nação. A desestabilização da democracia não pode ser tolerada. A sociedade brasileira, na década de 1980, pôs fim a mais de 20 anos de tirania e autoritarismo quando derrubou a ditadura militar. É importante lembrar que a ditadura deixou consequências funestas para o nosso país, como o superendividamento do Estado, a hiperinflação, aumento galopante do desemprego e do déficit habitacional, institucionalização da tortura, do sequestro e do assassinato, o cerceamento das liberdades individuais e a extinção da cidadania. Por isso não podemos permitir que os ritos processuais legais e as liberdades democráticas de qualquer cidadão ou cidadã sejam atacados, sob pena de abrirmos precedentes para que se condenem desafetos sem julgamento nem amplo direito de defesa.

O momento é difícil e exige, de todos e todas, uma tomada de posição. É por isso que o SASP não se desviará jamais da defesa da República, da isonomia da justiça e da democracia, e convocamos todas e todos para a manifes-

tação que ocorrerá no dia 18.03, sexta-feira, às 16 horas, no vão do MASP, na avenida Paulista.

A democracia não é propriedade de ninguém, é um patrimônio da nossa sociedade, e precisa agora do apoio de cada um e de cada uma de nós!

160

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (UNICAFES)

A União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) está presente em todos os estados brasileiros e representa mais de 1.000 cooperativas solidárias com atuação nos mais diferentes setores da economia e engloba um público de aproximadamente 450.000 associados entre agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária, quilombolas, pescadores(as) artesanais, trabalhadores do campo, das florestas e das cidades organizados segundo os princípios do cooperativismo e da economia solidária.

Historicamente, o cooperativismo foi um dos principais instrumentos para enfrentar as imensas dificuldades surgidas com a expansão do sistema capitalista. As graves injustiças, que a população mais pobre enfrentou, frente à expansão do capital, foram superadas em grande parte pelo instrumen-

tal cooperativista. Essa característica do cooperativismo, no contexto da Agricultura Familiar assume o papel de organização social e econômica dos agricultores familiares e passa a ser um valioso instrumento de superação da pobreza, geração de empregos e renda e melhoria da qualidade de vida da população no campo. Por essa característica, nos manifestamos em defesa da democracia, do Estado de Direito e pela manutenção e fortalecimento das políticas sociais.

1 – Não admitimos quaisquer violações de garantias fundamentais estabelecidas nem a instalação de um Estado de exceção por meio de um processo de *impeachment* sem fundamento jurídico, nitidamente articulado por setores conservadores da sociedade;

2 – Defendemos a imparcialidade da Justiça, que deve operar segundo os ditames da Constituição. Repudiamos a partidarização da justiça, seu funcionamento seletivo e perseguições políticas de qualquer natureza;

3 – Não aceitamos a corrupção e exigimos a punição de corruptos e corruptores, mas sempre com respeito às regras do Estado Democrático de Direito. Acreditamos que o combate à corrupção deve se dar de forma ética, republicana e transparente, sem qualquer restrição ou flexibilização de direitos ou mesmo a utilização irresponsável de meios de comunicação para a sustentação artificiosa e mentirosa de procedimentos judiciais.

4 – Para nós, a democracia é um valor supremo. Defendemos os direitos sociais – o patrimônio público, as reservas de petróleo do pré-sal, as empresas estatais, os direitos trabalhistas, os avanços contra o racismo e o machismo, a redução da miséria e da desigualdade.

5 – Nos manteremos em luta para preservar e respeitar a vontade do povo, manifestada por meio de eleições diretas regulares e periódicas.

Consideramos inaceitável e nos insurgimos contra as reiteradas tentativas de setores da oposição e do oligopólio da mídia, que buscam criar, através de procedimentos ilegais, pretextos artificiais para a interrupção da legalidade democrática.

6 – Repugnamos a ação da imprensa e as emissoras de TV dominantes no Brasil que corrompem e distorcem cotidianamente a verdade, a serviço dos seus interesses políticos e empresariais.

Exigimos respeito ao voto popular. Mesmo aos parlamentares eleitos pelo povo não é dado pela Constituição o poder de excluir o chefe do Executivo, com base em discordâncias políticas, mas apenas na hipótese do crime de responsabilidade. Os inconformados com o resultado das eleições ou com as ações dos mandatos recém-nomeados têm todo o direito de fazer oposição, manifestar-se e lançar mão de todos os recursos previstos em lei. Mas consideramos inaceitável e nos insurgimos contra as reiteradas tentativas de setores da oposição e do oligopólio da mídia, que buscam criar, através de procedimentos ilegais, pretextos artificiais para a interrupção da legalidade democrática.

Afirmamos que vamos nos manter a todo custo na luta democrática e social. Estamos ao lado daqueles que têm apreço pela democracia e pelos avanços que apontam para um Brasil mais justo, mais desenvolvido, mais independente e mais soberano. Continuaremos a nos somar nas ruas, aos que se opõem ao *impeachment* e a outros meios ilegítimos com os quais pretendem derrubar o governo que resultou de eleições legítimas. Não vamos deixar que nos calem. Não ao golpe! Viva a democracia!



ralism

PONTO

VIMENTO DOS TRABALHOS

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES)

O ANDES-SN tem sua própria existência ligada às lutas democráticas. Surgiu no bojo das lutas contra a ditadura empresarial-militar, marcadas por, entre outras ações, um processo de rompimento com a estrutura sindical herdada do Estado Novo, que o sindicato nacional expressa com radicalidade até os dias atuais. Participou ativamente da luta pela anistia, do movimento pelas diretas, da Constituinte, da autonomia e da democracia universitária, sempre mantendo a autonomia do sindicato, negando-se, por exemplo, a apoiar o Colégio Eleitoral, que escolheu Tancredo Neves para a presidência da República. Esteve nas ruas pelo *impeachment* de Collor de Mello, tem lutado contra os legados da ditadura, como a exigência da desmilitarização das polícias dos Estados, e contra a crescente criminalização dos movimentos sociais. Para o ANDES-SN, a luta em defesa da democracia tem sido uma constante, porque não existe plenitude democrática no país. A experiência histórica mostra que a democracia é violada sempre e, exclusivamente, para assegurar interesses contrários aos das grandes maiorias e numa sociedade de classes, portanto, ela não tem como ser plena, sobretudo em período histórico no qual o domínio econômico é exercido por oligopólios.

A crise política que marca o momento brasileiro é filha direta da crise econômica, que tem como um de seus efeitos materiais mais expressivos a queda dos lucros, o que leva os poderosos, dos capitais nacionais e internacionais, a declararem guerra às parcas conquistas materiais e políticas da classe trabalhadora e a disputarem duramente o recurso público, por meio de medidas reducionistas da carga tributária e de ampliação dos subsídios

públicos às empresas privadas, das privatizações e assegurando-se inviolabilidade do crescente endividamento do Estado e do pagamento de juros.

Os episódios que se desencadearam a partir do processo de delação premiada do senador Delcídio do Amaral expressam o agravamento de uma espécie de terceiro turno, que teve início logo após o término do segundo turno em novembro de 2014 e que se arrasta sem definição até o momento, em que pese a polarização das manifestações da última semana, as batalhas judiciais e a manipulação midiática dos processos jurídicos e políticos. As manipulações midiáticas, resultado dos grandes monopólios, deve ser enfrentada e, por isso, é importante continuar na luta pela democratização dos meios de comunicação e contra a apropriação dos meios de comunicação por monopólios. Não pode haver democracia plena, se hoje os veículos de comunicação são instrumentos de desestabilização, a serviço do imperialismo norte-americano.

Este “terceiro turno” ocorre em função do agravamento da crise econômica que, entre suas consequências, levou à falência o modelo de conciliação de classes, adotado pelos governos do PT, que buscava beneficiar os ricos e os pobres simultaneamente, e levou a burguesia a decidir pelo rompimento com o governo do PT. Ela age hoje forçando o *impeachment* ou a renúncia negociada de Dilma e, ao mesmo tempo, a inviabilização, por meio judicial, de possível candidatura de Lula em 2018 e é em torno desses embates que buscam se apresentar as alternativas políticas.

Em nota, a CSP CONLUTAS, nossa Central, afirma que “a saída proposta pela oposição de direita, que defende o *impeachment*, significa tirar Dilma e entregar o poder a Michel Temer ou ao presidente da Câmara, também envolvido em escândalos de corrupção, o Eduardo Cunha”. Por outro lado, “os governistas defendem a permanência do governo responsável pelos brutais ataques que nosso povo vem sofrendo e que, em meio ao agravamento da crise, sinaliza ainda mais para os grandes empresários o seu compromisso com o grande capital e contra a classe trabalhadora”. A aprovação da Lei Antiterrorismo, sancionada pela presidente, representa um atentado contra a democracia, com o objetivo de impedir as manifestações públicas contra a retirada dos direitos dos trabalhadores e reitera o compromisso do governo com a burguesia.

Mais uma vez, o PT chama à conciliação de classe àqueles que foram duramente atacados em seus direitos: a classe trabalhadora e os movimentos sociais e populares. É importante reafirmar que não temos ilusão nem apoio a Dilma-Lula, pois continuam e continuarão a aplicar as mesmas políticas

a favor do capital e contra a classe trabalhadora. Em 2016, já iniciamos com cortes no orçamento, medida adotada pelo governo federal para garantir o superávit primário, atingindo diretamente o serviço público e programas sociais. Novamente, o governo escolhe cortar direitos sociais como saída para a crise econômica, mantendo intacta a dívida pública, que consome quase metade do orçamento, além de anunciar a contrarreforma da previdência e outras medidas que retiram mais direitos sociais como formas de combater a crise. Em que pese que a estratégia de conciliação de classes volte-se contra o próprio PT, o governo a mantém como estratégia única da governabilidade.

O 35º Congresso do ANDES-SN (Curitiba/PR, 25 a 30 de janeiro de 2016) analisou a conjuntura política e se posicionou, uma vez mais, resguardando a autonomia do sindicato frente ao governo, aos patrões e aos partidos políticos e definiu que a centralidade da luta do sindicato, neste período, compreende o seguinte: “Defesa do caráter público, democrático, gratuito, laico e de qualidade da educação, da valorização do trabalho docente, dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores com a intensificação do trabalho de base e fortalecimento da unidade classista com os movimentos sindical, estudantil e popular na construção do projeto da classe trabalhadora”.

O significado deste posicionamento, para além da manutenção da autonomia do sindicato, é o de apontar, para o conjunto das organizações da classe, a retomada da construção do projeto da classe trabalhadora, a partir do processo real de lutas em torno das reivindicações, contra a retirada de direitos, contra a criminalização dos movimentos sociais.

Como forma de resistência, e de acordo com a centralidade da luta aprovada no 35º Congresso do ANDES-SN, conclamamos a luta unificada. O momento exige centrar forças em construir toda a resistência em unidade com todos os trabalhadores e movimentos sociais por fora da falsa polarização alicerçada, entre o governo e os setores que o apoiam, e da tradicional direita. A saída à crise está por ser construída. Isso se dará no bojo da luta real dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre, e requer unidade e certamente a construção de uma greve geral em nosso país, que barre os ataques dos governos e dos patrões e os efeitos da crise contra a classe trabalhadora.

Afirma-se, nesta direção o calendário de lutas chamado pelo Espaço Unidade de Ação, que propõe a realização, em 1º de abril, de um dia nacional de lutas contra as mentiras do governo Dilma, do PSDB, PMDB e dos patrões, que deve ser um passo na construção da unidade da classe.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (APEOESP)

A democracia no Brasil está ameaçada.

Hoje ocorrem prisões arbitrárias por tempo indeterminado, com base apenas em depoimentos, sem culpa formada. Os procedimentos de setores do Poder Judiciário e do Ministério Público invertem o preceito constitucional da presunção de inocência, ou seja, cabe ao acusador provar a culpa do acusado.

É gravíssimo o episódio de gravação e divulgação ilegal de conversas da presidenta da República. Todos queremos a apuração total dos casos de corrupção no Brasil, porém o juiz Sérgio Moro vem tomando decisões seletivas, que afetam apenas alguns que estão sendo acusados de desviar recursos públicos. Ele deixa de apurar dezenas de denúncias contra pessoas que hoje pregam o *impeachment* da presidenta da República, legitimamente eleita, sem que haja qualquer base legal, de acordo com o que prevê a Constituição Federal.

É inaceitável que o ministro Gilmar Mendes, do STF, casse o direito do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não é réu em nenhum processo, de tomar posse como ministro da Casa Civil. Ao mesmo tempo em que se mostra favorável à permanência do deputado Eduardo Cunha, declarado réu pelo próprio STF, na presidência da Câmara dos Deputados. Ou seja, um deputado que é réu por corrupção conduz o processo de *impeachment* da presidenta da República, sobre a qual não pesa nenhuma acusação criminal.

A democracia no Brasil foi duramente conquistada. Homens e mulheres perderam a vida para que conquistássemos o Estado de Direito. Ritos e procedimentos legais, baseados na Constituição Federal, não são

dispensáveis; Ao, sim, a garantia de cada cidadã e cidadão contra o arbítrio e contra o autoritarismo.

Para nós, da APEOESP, a democracia vai muito além do direito de votar e ser votado. Ela é fundamental porque assegura o direito de organização, manifestação, expressão; garante, enfim, o direito de lutarmos por mais direitos, por melhores salários, por vida digna, pela inclusão social, por uma educação pública de qualidade para todos e todas.

Na democracia, governos se alternam pelo voto popular, nas eleições. Tentar destituir um governo eleito por dele discordar, sem que tenha cometido crime que possa justificar um processo legal de *impeachment*, é golpe. E não vamos admitir golpe em nosso país. O Brasil viveu uma longa noite de 21 anos de ditadura militar e não permitiremos a volta do autoritarismo.

A APEOESP está engajada nesta luta.

094

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE)

Todas as pessoas que têm a incumbência de educar as gerações de estudantes brasileiros e trabalhar a favor das políticas educacionais, em todos os seus níveis, etapas e modalidades, conhecem um valor comum: o Estado Democrático de Direito, fundamento da construção da pessoa, das relações cidadãs e da vida criativa e produtiva.

O Conselho Nacional de Educação, CNE, órgão do Estado brasileiro para o aperfeiçoamento e democratização das políticas educacionais, tem a sua palavra, neste momento histórico, diante dos sinais e das atitudes flagrantes de negação do par indissolúvel, a educação de qualidade e a democracia, consolidado a partir da Constituição Federal Cidadã de 1988. Demo-

cracia e Educação se tornam indissociáveis e se materializam na garantia do Estado de direito. Assim, o processo educativo que se alimenta da democracia e a aperfeiçoação não tem a ver com o assalto à escolha eleitoral realizada pelos brasileiros e brasileiras em 2014 e com a superposição dos interesses particulares sobre o bem comum. Em consequência, se naturaliza o vale-tudo, o que resulta na negação do Estado de direito.

O colegiado de educadores e educadoras do CNE deseja contribuir. Propõe, portanto, com a certeza de quem crê na educação das crianças, jovens, adultos e idosos da nação diversa e plural, a cessação de arranhões e omissões em face da ordem instituída constitucionalmente pelo suor da luta antiautoritarismo e da vida democrática pós-1985. Nação e educação democrática exigem respeito pleno aos atos jurídicos, morais e sociais, que requerem o intercâmbio equilibrado de valores sociais, democráticos e educacionais. O respeito a esses valores e o cumprimento da Constituição Cidadã não respaldam nem justificam o *impeachment* da dirigente eleita pelo voto de milhões de pessoas, sujeitos da cidadania.

O CNE propõe o desarme de posições, que acirra o jogo do ganho interesseiro, no qual a sociedade perde direitos e avanços sociais conquistados e o Estado de direito.

095

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE)

Impeachment sem crime de responsabilidade é golpe e implicará em risco à consagração dos direitos sociais

O Fórum Nacional de Educação (FNE) é um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o governo, composto por 50 entidades, articula-

dor das conferências nacionais de educação e uma das esferas legais de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE). O FNE é uma instância de participação social e representa milhões de estudantes, trabalhadores e trabalhadoras, pais e mães, gestores, conselheiros e defensores do direito à

educação pública presentes em todo território nacional.

Não há direitos sociais sem democracia, tampouco democracia sem a ampliação de direitos sociais, especialmente educacionais.

Alicerçado em sua legitimidade institucional, o FNE dirige-se às instituições republicanas e à sociedade brasileira para reiterar sua defesa ao direito à educação pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade social e livre de quaisquer formas de discriminação. Em termos concretos, para o FNE, não há direitos sociais sem democracia, tampouco democracia sem a ampliação de direitos sociais, especialmente educacionais. Dessa forma, a consagração dos direitos sociais demanda o respeito incondicional

ao Estado Democrático de Direito e às regras do jogo democrático.

O pedido de *impeachment* contra uma presidenta democraticamente eleita, quando não há crime de responsabilidade que lhe dê sustentação, se constitui em uma tentativa de desconsiderar a legitimidade do voto e resulta em instabilidade política e econômica. Como consequência, há um grave e imediato prejuízo à universalização dos direitos sociais, especialmente os educacionais, decorrente da baixa iniciativa parlamentar em pautas orientadas às políticas públicas e à expressiva queda arrecadatória dos governos.

Além disso, alimenta a intolerância e colabora para acentuar a polarização que tem caracterizado atualmente a sociedade brasileira.

O Fórum Nacional de Educação exige responsabilidade e compromisso dos(as) parlamentares com a democracia.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF)

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), diante dos sucessivos acontecimentos que vêm concorrendo para a crise política e econômica no Brasil e seus impactos sobre a sociedade brasileira, impondo ameaça concreta ao país e suas instituições, reitera posição em favor da manutenção, sem ressalvas, de todas as condições que assegurem o Estado Democrático de Direito, conforme posicionamento público apresentado em dezembro de 2015.

Falar em Estado Democrático de Direito é reconhecer, antes de tudo, o valor do voto – conquista histórica do povo brasileiro, pelo qual, democraticamente, 54 milhões de brasileiros, em 2014, aprovaram o projeto de nação defendido pela então candidata à presidência da República Dilma Rousseff. O voto é uma expressão do Direito contra o qual há um explícito movimento de obstrução.

Neste momento, o país vive um evidente processo de impedimento do avanço, o que inclui o desrespeito ao povo brasileiro, que legitimou uma candidatura e validou propostas para os rumos do país, bem como a ausência de reconhecimento das conquistas sociais vividas pelo Brasil nos últimos anos, a partir de políticas públicas fortes e impactantes, em especial aquelas voltadas para a Educação como a expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Posturas inadequadas daqueles que, em nome da Justiça, ocultam evidente partidarização política, quando a imparcialidade e a lisura são valores credenciais previstos na Constituição Brasileira, devem e precisam ser investigadas.

O CONIF reafirma sua posição contrária a acusações imprudentes em suas fundamentações, bem como repudia a espetacularização e a agressão demagógica ao caráter ou senso de patriotismo, que deseduca a juventude brasileira, não contribui para a formação política dos jovens e abala os fundamentos de uma democracia que precisa se solidificar com justiça social.

097

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES)

O Conselho Pleno da ANDIFES, reunido no dia 17 de março de 2016, manifesta preocupação com o agravamento da crise política e econômica no país e suas ameaças à ordem constitucional e aos direitos civis, políticos e sociais do povo brasileiro.

Os reitores e as reitoras das Universidades Federais repudiam argumentos pseudojurídicos utilizados para encobrir interesses político-partidários, com a divulgação seletiva de elementos processuais antes da conclusão dos processos, ignorando o princípio da presunção de inocência.

Igualmente, reprovam o uso de interpretações políticas parciais em substituição aos preceitos constitucionais que, necessariamente, devem fundamentar qualquer processo de impedimento de mandato legitimamente conquistado.

As universidades, pautadas pelo rigor científico, a criatividade acadêmica, a liberdade de pensamento e a pluralidade de ideias, estão comprometidas com o fortalecimento das instituições públicas em defesa da democracia, da justiça social e da paz.

A ANDIFES expressa sua expectativa de rigorosa apuração de todas as denúncias de corrupção e defende, intransigentemente, os princípios republicanos presentes na Constituição Federal.

098

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

O Conselho Federal de Psicologia vem manifestar-se sobre os últimos acontecimentos nacionais, de modo a deixar claro para a sociedade e a categoria profissional o seu posicionamento em relação às violações e aos desrespeitos às instituições democráticas consolidadas, historicamente, pelo esforço de luta da população brasileira.

Neste momento, vimos a público nos manifestar sobre a importância da defesa do Estado Democrático de Direito, considerando que, sem a participação de todas as pessoas, de modo igualitário e equânime em seus âmbitos de inserção social, não é possível promover dignidade de vida e justiça social. Deixamos claro que o Conselho Federal de Psicologia defende uma sociedade humanizada, fundada em valores éticos que preservam a justiça, a democracia e os direitos essenciais de uma vida digna para todas as pessoas.

Assim, destacamos alguns importantes elementos para análise consciente do que estamos vivendo hoje, deixando claro nosso posicionamento:

1. Somos veementemente contrários a uma justiça seletiva, parcial e partidarizada, que mantém a desigualdade e a exploração dos mais pobres,

captura direitos civis básicos, criminaliza e promove julgamentos públicos em casos em que processos jurídicos tenham sequer sido abertos.

2. Repudiamos as tentativas de ruptura com o Estado Democrático de Direito e os movimentos em direção a um Estado Policial, com sérias ameaças e violações a democracia.

3. Condenamos o papel manipulador da mídia que, servindo a interesses econômicos, provoca convulsões sociais e fazem aflorar sentimentos de rivalidade, ódio e descontrole nas manifestações sociais e participação popular.

Repudiamos as tentativas de ruptura com o Estado Democrático de Direito e os movimentos em direção a um Estado Policial, com sérias ameaças e violações à democracia.

4. Somos contrários a toda forma de corrupção, própria de um sistema que se funda na exploração daqueles que produzem as riquezas e não podem delas desfrutar. No entanto, a corrupção não será combatida sem um processo judicial ético e transparente, que respeite todas as instituições democráticas e, principalmente, que promova a consciência política do povo brasileiro sem que seja golpeado ou enganado em suas principais demandas.

5. Reivindicamos que todas as propostas de combate à corrupção tenham um caráter republicano e não sensacionalista, e que, de fato, puna todos aqueles que incorreram em ilegalidades, não selecionando quem será punido ou não, a partir de interesses políticos que disputam projetos distintos de sociedade.

6. Por fim, e não menos importante, queremos nos posicionar de modo solidário e defensor do direito de mulheres, negros, indígenas, jovens, população de rua e comunidade LGBTQTT, que sofrem violência, entendendo que uma sociedade construída em bases humanitária, igualitária e justa é uma sociedade que assume, incondicionalmente, a consolidação dos Direitos Humanos em todas as instâncias e contextos sociais.

Reafirmamos nossa confiança nas instâncias republicanas e nossa luta sempre em favor do fortalecimento da democracia.

PELO SUS

FORA TEMER



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO)

A política no Brasil está marcada, há décadas, pela relação promíscua entre partidos, lideranças, congressistas e governantes com empresas e grupos de interesse privado. Esta forma de atuar, infelizmente, não é atributo deste ou daquele partido, ou deste ou daquele governo, mas infelizmente é o modus operandi predominante na tradição do país.

Esse padrão degradado de negócios com a coisa pública tem gerado corrupção, mas também tem permitido a apropriação privada do orçamento público, supostamente destinado a assegurar políticas públicas e o bem-estar. Essa forma de operar termina privilegiando as elites econômicas e políticas, perpetuando a desigualdade, produzindo degradação urbana, enfraquecimento da regulação do setor imobiliário, automotivo, químico, da indústria farmacêutica, e ainda enfraquecendo o SUS – Sistema Único de Saúde, a Educação e Pesquisa Públicas, reduzindo direitos das mulheres, de povos indígenas, afrodescendentes, assalariados e pequenos produtores urbanos e rurais.

Este modo perverso de funcionamento do Estado e da sociedade brasileira somente será superado pelo engajamento de diversos segmentos da sociedade.

O Poder Judiciário, com certeza, tem papel importante nessa mudança. A Operação Lava Jato, de início, pareceu fazer parte deste esforço nacional. No entanto, há sinais de que vem preponderando em sua atuação perspectiva enviesada pelo partidarismo estreito e ações de legalidade duvidosa; isto a ponto de um ministro do STF vir a público declarar-se preocupado com os desdobramentos da Operação, que a continuar nesse caminho caracterizaria “um retrocesso, e não um avanço”.

Para agravar o desatino, grande parte da mídia, editores, âncoras e comentaristas perderam todo pudor com a objetividade do jornalismo profissional e ético, passando a açular o ódio e a intolerância.

Nesse sentido, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, representativa de sanitaristas e pesquisadores, sempre comprometida historicamente com a defesa da saúde e da democracia, manifesta seu veemente repúdio aos episódios recentes que colocam em risco a legalidade democrática e o Estado de Direito no Brasil. Rechaçamos enfaticamente atos seletivos, medidas arbitrárias e manobras irresponsáveis que podem vir a configurar um verdadeiro Estado de exceção não declarado.

A coerção e a intimidação impõem retrocessos ao árduo processo de consolidação da democracia, da garantia das liberdades e dos direitos fundamentais. Neste momento de crise nacional, o respeito às instituições que apuram desvios e corrupção deve ser acompanhado de especial vigilância e mobilização, diante das aspirações de forças conservadoras da política, da mídia e de parte da sociedade, orquestradas em tomar o poder a qualquer custo.

A ABRASCO se junta às entidades e movimentos sociais comprometidos com a inadiável coesão nacional para a superação da crise política que ameaça a democracia, da crise econômica que destrói empregos e aniquila as políticas sociais inclusivas, e da crise sanitária causada pelo desfinanciamento do SUS e pelos desafios atuais de saúde pública, dentre eles a epidemia de zika.

Os valores de democracia, justiça e solidariedade, que nos movem na defesa intransigente de um sistema de saúde universal, devem continuar a inspirar nossas ações e nossas escolhas, hoje e sempre.

100

CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

As organizações sociais e pessoas, reunidas durante a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos (CNDH), vêm por meio deste MANIFESTAR publicamente que defender a democracia é pressuposto básico e fundamental para a defesa, garantia, promoção e proteção dos Direitos

Humanos. Sem democracia não há direitos humanos! E, tampouco, sem direitos humanos haverá democracia.

A atual e jovem democracia brasileira ainda não consegue ser efetiva para a grande maioria da população. O genocídio da juventude negra; o total abandono das comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas; a ausência de uma política de reforma agrária; o avanço das violências contra a população LGBTT; a ausência de um modelo de desenvolvimento inclusivista e ecologicamente viável; a vulnerabilidade das populações das periferias; o racismo e machismo como elementos basilares para a elaboração de políticas públicas são exemplos que mostram precisarmos, para além de fortalecer e aperfeiçoar a Democracia Representativa, desenvolver e priorizar os atuais e outros espaços de Democracia Participativa e Direta preservando a Constituição. Afim de não continuarmos funcionando como uma democracia branco-cisgênero-burguesa. Prestando-se, inclusive como na atual conjuntura, à perpetração de um golpe parlamentar de Estado.

Em meio a um cenário de agravamento da crise político institucional da democracia brasileira, a realização da 12ª CNDH permite que as organizações sociais e as defensoras e defensores dos direitos humanos possam se manifestar e lutar em defesa da democracia, onde o respeito e a dignidade de todas e todos é a base para formulação e implementação de toda e qualquer política pública.

A luta histórica pela garantia dos direitos humanos é marcada por profundas violências e perseguições contra defensoras e defensores desses direitos. Porém, também é marcada pela necessidade de garantir que todas e todos possam ter uma vida digna na qual os abusos históricos estejam reparados, punidos e superados.

Portanto, a defesa pelos direitos humanos traz como pressuposto fundamental a existência de uma democracia fortalecida, para que se possa continuar a luta pelos direitos de todas e todos.

O atual panorama político brasileiro caminha justamente em sentido oposto à luta histórica travada pela nossa sociedade. Apesar de existir um cenário que nos traz à memória os tempos mais sombrios da humanidade, declaramos: continuaremos de pé e na luta, até que todas e todos sejam livres e iguais nas diferenças!

Independentemente dos arranjos políticos que se desenhem, a urgência do momento nos impõe a responsabilidade histórica como forma de resistência e garantia dos avanços conquistados. É nessa conjuntura que buscamos a construção contínua do sujeito político comprometido com o caráter emancipatório dos direitos humanos.

Assim sendo, as organizações e pessoas reunidas durante a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, manifestam total repúdio a todo e qualquer ato que tente retroceder os direitos conquistados e os que temos por construir.

Às ruas! Contra o golpe e em defesa do Estado Democrático de Direito!

101

CONSELHOS NACIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Nós, representantes de sociedade civil organizada e membros de conselhos nacionais de políticas públicas, vimos a público manifestar preocupação com o atual contexto social, político e econômico do país. Nós, que somos testemunhas e protagonistas de importantes conquistas civilizatórias, frutos da redemocratização e da adoção de políticas que resultaram em transformações na sociedade brasileira, conclamamos todo o Parlamento à defesa da cidadania, da democracia e da participação social, recusando quaisquer movimentos que representem ameaças a direitos ou retrocessos em progressos sociais.

Manifestamo-nos com a responsabilidade de compormos conselhos legalmente formados por representantes dos mais diferentes setores sociais, espaços construídos e valorizados com o fortalecimento das organizações e movimentos sociais. Somos exemplo de experiência inovadora de ampliação das práticas democráticas, que conta com amplo reconhecimento nacional e internacional.

Reafirmamos o valor republicano da participação social dos mais diversos setores da sociedade brasileira nas decisões de políticas e programas sociais. Estamos engajados no reconhecimento dos direitos das populações – em especial dos grupos mais vulneráveis – e na afirmação de suas iden-

tidades, importante para a construção de uma sociedade pluriétnica, sem preconceitos de qualquer natureza.

Expressamos nosso firme compromisso com a legalidade democrática e repudiamos com veemência as investidas que visam à desestabilização política e econômica do país, à incitação ao ódio, à intolerância, à violência. A desmoralização das instituições e da política, ainda que a pretexto de combater a corrupção, abre portas para ideias retrógradas e autoritárias.

Esperamos que os poderes da República cumpram digna e fielmente suas funções constitucionais.

Defendemos investigações amplas e imparciais, com a apuração irrestrita da verdade e das responsabilidades, sem revanchismos e sem seletividades, respeitando-se o contraditório e o amplo direito de defesa. Defendemos o dispositivo do *impeachment* tal como previsto na nossa Constituição, para casos de crime de responsabilidade. Por isso, entendemos que não existem bases legais que justifiquem o afastamento da presidenta da República, uma vez que a edição dos decretos de crédito suplementar foram fundamentais para manutenção de programas sociais, como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida; nunca resultaram em prejuízo ao erário público; e em nenhuma hipótese se enquadram como crime de responsabilidade, conforme definido na Constituição. O processo de *impeachment* não deve ser utilizado porque parte da população se sente insatisfeita com o governo ou porque a oposição não aceita os resultados das urnas. Também não é o meio adequado para estabelecer uma catarse contra o estado endêmico de corrupção nacional.

Aprovar esse pedido de *impeachment* significa escrever na história um episódio de golpe, significa abrir um precedente para que o direito de presunção de inocência seja determinado pela opinião pública, e não pela lei. Ameaçam-se, assim, direitos civis resguardados pela Carta Magna e respaldados pelas regras e instituições do Estado Democrático de Direito. A insegurança jurídica é uma das principais mazelas de Estados autoritários, e esse capítulo da História não vamos reviver.

Por isso, em nome das políticas públicas que mudaram o Brasil para melhor, em nome da participação social; e em nome dos direitos humanos, vimos a público dizer: avanços sim, retrocessos não.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Conselho Nacional de Assistência Social
Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA)

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, órgão deliberativo e controlador da política de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, criado pela Lei N° 8.242, de 12 de outubro de 1991, vem a público manifestar seu apoio em defesa da democracia e dos direitos humanos.

Consideramos grave toda e qualquer ameaça aos princípios básicos do Estado Democrático de Direito e entendemos que o Sistema de Justiça não pode exigir qualquer ação ou impor qualquer restrição aos cidadãos brasileiros, senão em virtude de lei. O Estado deve garantir o cumprimento do princípio da presunção da inocência de maneira absoluta, corrigindo legislativamente eventuais empecilhos que inviabilizem a responsabilização daqueles que atentam contra suas leis.

Consideramos inaceitável qualquer ameaça aos princípios básicos do Estado Democrático de Direito que alcança, ainda que de forma desigual, toda a sociedade brasileira. Não aceitaremos o retrocesso e a violação dos direitos conquistados a duras penas pela classe trabalhadora e movimentos sociais.

Como ponto de partida, o CONANDA respeita quaisquer manifestações populares entendendo-as como exercício máximo da democracia. A democracia no Brasil tem uma história recente. Vivemos em um país que, após 20 anos de Ditadura, conseguiu construir novas bases alicerçadas na garantia dos Direitos Humanos, preconizados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e pela Constituição Federal de 1988. Os Direitos Humanos compõem um projeto de sociedade inerente à democracia, baseado no diálogo e na participação social.

Para efetivar esses direitos, o Brasil implementou, nas três últimas décadas, uma série de políticas públicas com o objetivo de avançar na garantia de direitos a toda a população, inclusive beneficiando diretamente crianças

e adolescentes. Todas essas políticas são resultados das lutas históricas dos movimentos populares e democráticos, porém ainda temos grandes desafios.

O atual momento político coloca em risco esse processo de conquistas democráticas e ameaça os direitos humanos.

No entanto, o atual momento político, marcado por uma crescente onda conservadora, disseminada pela mídia e expressa no comportamento de diversas instituições, coloca em risco esse processo de conquistas democráticas e ameaça os direitos humanos, os quais essas instituições deveriam proteger.

Tal ameaça evidencia-se no debate da redução da idade penal, redução da idade para o trabalho, revogação do Estatuto do Desarmamento, relativização das garantias democráticas por meio de ações que solapam os direitos e garantias individuais e coletivos, estabelecidos nas Cartas das Nações Unidas, de outros órgãos internacionais e da própria Constituição Federal, bem como nas tentativas de criminalização, midiática e judicial, de segmentos e movimentos sociais com rebatimentos que buscam fragilizar a organização da classe trabalhadora.

Não podemos aceitar tais ameaças e tais ações. Não podemos aceitar riscos aos princípios basilares do Estado Democrático de Direito. Não é possível pensar na defesa dos direitos de crianças e adolescentes em um contexto cada vez mais acirrado e contencioso. Consideramos urgente o repúdio a discursos antidemocráticos que intentam desconstruir os avanços conquistados pelo Brasil a partir de sua reabertura política e que alcança, ainda que de forma desigual, toda a sociedade brasileira. Não aceitaremos nenhum direito a menos e nenhum retrocesso.

Defender a democracia é defender os direitos humanos. Isso é inegociável. O CONANDA, enquanto instância de participação social, conclama a sociedade a unir forças nesta importante luta e projeto de emancipação. As garantias democráticas e constitucionais são imprescindíveis para a proteção de crianças e adolescentes e o livre exercício de seus direitos civis, sociais e humanos.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ)

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) vem a público para defender a democracia, as garantias individuais previstas no Estado de Direito e a liberdade de imprensa e de expressão. A FENAJ dirige-se à sociedade, e em especial à categoria dos jornalistas, para condenar a espetacularização midiática, que desinforma em vez de informar, macula o compromisso ético da profissão, que é a busca da verdade, causando graves prejuízos ao exercício da cidadania.

A democracia brasileira foi duramente conquistada no passado recente, com luta e sangue de milhares de brasileiros, entre eles, centenas de jornalistas. Por isso, a FENAJ afirma que o compromisso com a democracia deve nortear as posições e ações das instituições nacionais. Lembra que as liberdades de expressão e de imprensa são fundamentais para sua constituição e aperfeiçoamento, como forma de organização política social, na qual o pluralismo de vozes é uma condição, assim como o respeito às decisões da maioria.

Diante dos acontecimentos do último dia 4 – quando o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva foi vítima de um ato de espetacularização midiática de uma decisão que deveria ter sido judicial, mas não escondeu seu caráter eminentemente político –, a FENAJ novamente afirma que a democracia e os verdadeiros interesses da população brasileira estão ameaçados e que é preciso reagir às tentativas autoritárias de ruptura democrática que, claramente, caracterizam-se como golpe político.

A Federação dos Jornalistas lembra também que grande parte da imprensa brasileira tem abdicado do fazer jornalístico para se comportar como partido de oposição ao governo federal e que, na ânsia de derrotar o partido do governo, tem se colocado a serviço da construção social da aceitação do golpe.

Sem fazer a defesa apriorística do governo Dilma ou do ex-presidente Lula, a FENAJ reitera que a técnica e a ética jornalísticas não estão sendo observadas e respeitadas na abordagem dos fatos, o que tem ocasionado, inclusive, atos de violência contra jornalistas.

A FENAJ condena toda e qualquer forma de violência contra os profissionais da comunicação, conclama a população brasileira a respeitar a categoria e, ao mesmo tempo, pede às empresas de comunicação a retomada do Jornalismo. Ainda que o profissional jornalista não possa ser confundido com a empresa em que trabalha, inegavelmente, a manipulação da informação tem contribuído para a perda da credibilidade de parte das empresas de comunicação e também para o desrespeito aos profissionais.

Entidade máxima de representação dos jornalistas brasileiros, a FENAJ novamente condena os setores da mídia nacional que conspiram contra a democracia, ao mesmo tempo em que conclama a categoria a resistir e defender a responsabilidade e a ética no Jornalismo. Os jornalistas (voluntariamente ou não) estão no centro da atual crise política, pelo papel que os meios de comunicação assumiram. Por isso, não podem se furtar a exercer o seu ofício, que é o de levar informação veraz à sociedade.

A FENAJ lembra que esta crise foi cuidadosamente planejada e que Poder Judiciário e meios de comunicação têm sido atores centrais para seu aguçamento. Por isso, a Federação dos Jornalistas conclama as entidades e todos cidadãos e cidadãs brasileiros que têm apreço pela democracia e não querem retrocessos políticos e sociais a defender a democracia.

Para essa defesa propomos a valorização da verdadeira informação jornalística e o amplo debate público sobre o papel do Judiciário e dos poderes constituídos, dos meios de comunicação, das instituições e dos movimentos sociais na construção do futuro do país e de seu povo. Desde já, é preciso dar um basta às ações e movimentos autoritários, de quem quer que seja, e afirmar que não aceitaremos golpes.



CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Superar a crise política é condição para a superação da crise econômica. O Conselho Federal de Economia (COFECON) manifesta sua preocupação com o impacto negativo que a crise política vem causando à economia do país, impedindo que soluções sejam alcançadas para mudança da trajetória econômica atual, marcada pelo descontrole dos níveis de preços, aumento das incertezas, queda da atividade produtiva e aumento do desemprego.

Se por um lado o Executivo vem praticando ações de forma contraditória e errática, tornando mais aguda a crise econômica, o Legislativo, por sua vez, ao encaminhar propostas de pautas dissonantes à agenda de enfrentamento da crise patrocinada pelo governo, em nada está contribuindo para superação dessa crise.

Ao longo do ano de 2015, as ações do governo federal, com o objetivo de promover um ajuste nas contas públicas a fim de corrigir equívocos anteriores, como a promoção de desonerações exageradas, entre outros erros, levaram o país a uma recessão econômica. Tal situação provocou a redução da arrecadação, num movimento contraditório, principalmente num momento em que era necessário aumentar a receita governamental. Potencializando a questão, o governo promoveu um ciclo de aumento da taxa de juros (SELIC), que acabou por impactar significativamente o resultado das contas públicas e elevar a dívida pública interna, num momento em que se tornava necessária a redução da relação dívida/PIB e o aumento da sua capacidade de investimento. A contradição reside no fato de que essa atitude levou justamente a uma situação inversa à necessária.

O COFECON entende que a retomada do crescimento da economia somente se dará a partir da mudança da atual matriz econômica, de modo que ocorra a redução sustentada da taxa de juros para patamares que permitam

o aumento dos investimentos do setor privado, o estímulo ao consumo das famílias, a diminuição do montante pago como serviços e juros da dívida pública e, como consequência, o aumento da capacidade de investimento do próprio setor público.

Resta claro que a inflação atual não tem como causa pressões de demanda, tornando inócuo seu combate pela via do aumento de juros. Assim, uma Política Monetária que visa quase que exclusivamente à restrição da demanda efetiva da economia acaba tendo como efeito final a queda da atividade econômica e o aumento do desemprego. Mais importante no atual cenário passa a ser o estímulo à atividade econômica, a geração de emprego, a diminuição da ociosidade no setor produtivo e o aumento dos investimentos capazes de permitir a ampliação da oferta agregada e a retomada do crescimento econômico.

Sem embargo, às vésperas do início do ano legislativo, espera-se que lideranças parlamentares deixem de apostar no quanto pior a economia, melhor para atender seus interesses pessoais e políticos. Nesse sentido, o Conselho Federal de Economia se posiciona contrário a qualquer tentativa de subversão do Estado Democrático de Direito.

Portanto, a sociedade brasileira aguarda que seus representantes, tanto no Executivo quanto no Legislativo, promovam um debate responsável para superação da crise, procurando soluções que atendam efetivamente os interesses do país.

105

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNICAMP (ADUNICAMP)

Diante do agravamento da crise institucional e política que o Brasil atravessa, a Diretoria da ADUNICAMP decidiu, nesta segunda-feira (14), reiterar os termos de sua “Moção pela Institucionalidade Democrática”, divulgada

em 10 de dezembro de 2015; e reforçar – ao lado de todas as associações de classe e instituições que se unem hoje em defesa da Democracia – a posição de que qualquer saída para a crise em curso deve se dar estritamente dentro da legalidade e das normas institucionais hoje estabelecidas.

Há sinais, cada vez mais claros e repetidos, de quebra das regras institucionais democráticas e jurídicas hoje estabelecidas, assim como do agravamento da intolerância política, com visível ameaça às conquistas republicanas e aos direitos civis, políticos e sociais duramente conquistados ao longo de nossa história.

Recentemente, foi tomada como natural a invasão do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em Diadema por contingentes da Polícia Militar de São Paulo, fortemente armados, no dia 11 passado, cerceando a legítima liberdade de expressão de mais de três mil pessoas que realizavam um ato político no local.

Dias antes, em 4 de março, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi “conduzido coercitivamente” para prestar depoimento à Polícia Federal, de uma forma que feriu importantes ritos jurídicos hoje estabelecidos, como demonstraram juristas e instituições dos mais variados matizes políticos.

Parlamentarismo, agora?

O Congresso Nacional anuncia que, ainda nesta semana, vai colocar em discussão projeto de lei que pretende instituir o parlamentarismo e mudar o regime de governo presidencialista do país.

Como se sabe, nas três ocasiões em que a população brasileira foi chamada, em plebiscito, para votar sobre a mudança do regime de governo (em 1953, 1961 e 1993), a proposta do parlamentarismo foi fragorosamente derrotada.

Note-se que as duas primeiras edições da consulta foram feitas no bojo de crises institucionais e visavam mudar as regras durante o jogo, como ocorre agora. Em 1964, especialmente, o golpe empresarial-militar veio a selar esse movimento.

Não se advoga aqui contra ou a favor da mudança de regime de governo, que pode ser perfeitamente legítima – desde que feita respeitando as regras do jogo em curso, e não como forma de dar aparente legitimidade à consolidação de interesses espúrios.

Combate seletivo à corrupção

Vemos, ainda, a institucionalização de um discurso de “combate à corrupção”, mas com efeitos altamente seletivos e que se voltam claramente ao

extermínio de uma importante força política brasileira que, como tal, deve ser democraticamente respeitada tanto pelos que a apoiam como pelos que a combatem – desde que dentro das regras do jogo.

O “combate à corrupção” já foi utilizado como discurso de viés estritamente político, sem nunca chegar às verdadeiras raízes do problema, em vários outros momentos de crise institucional no país – e não pode ser utilizado novamente desta forma no presente momento.

A corrupção deve ser duramente combatida, mas dentro das regras institucionais, e essa luta não pode – em hipótese nenhuma – ser seletiva.

Vê-se, no entanto, uma forte tendência de algumas forças arraigadas no Estado brasileiro a, uma vez mais, utilizar o argumento da crise para justificar uma quebra das regras institucionais e das conquistas republicanas.

Há, também, uma clara tendência de certos setores da sociedade a glorificar atores que se apoderam do discurso anticorrupção e a aceitar que sua atuação atropela a institucionalidade democrática. Os exemplos são muitos, e sempre trágicos: desde a “vassourinha”, símbolo de campanha de Jânio Quadros que prometia “varrer a corrupção” do Brasil, até Fernando Collor que prometia acabar com os “marajás”, passando pelos militares que atribuíam “aos políticos” em geral a tragédia da corrupção no país – de modo semelhante ao que já ocorreu em outros exemplos históricos de triste memória, como nas ditaduras latino-americanas recentes e na ascensão do fascismo na Europa no século passado.

Assim, a Diretoria da ADUNICAMP se une às crescentes vozes que exigem o respeito às normas democráticas e jurídicas e se posicionam claramente contra qualquer tentativa de quebra das instituições.

**Há sinais, cada vez mais
claros e repetidos,
de quebra das
regras institucionais
democráticas e jurídicas.**

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

A Diretoria e o Conselho de Representantes da ADUFRGS-Sindical expressam sua preocupação com o agravamento da crise política e econômica no país, que coloca em risco a ordem constitucional e aos direitos civis, individuais, políticos e sociais do povo brasileiro.

A luta contra a corrupção é fundamental e deve ser parte de um processo que fortaleça a democracia, não se justificando, de nenhuma maneira, sua espetacularização superficial pela mídia, reconhecendo-se, no entanto, a importância do papel da imprensa na divulgação dos fatos, desde que de forma imparcial.

Diante disso, o Sindicato defende a necessidade de aprofundamento das investigações, de forma isenta e independente, visando punir os responsáveis e coibir a prática da corrupção; repudia a divulgação sistemática e seletiva de elementos processuais antes da sua conclusão, a violação de sigilos, e a publicação de posicionamentos prévios de magistrados, dos quais se espera sempre moderação e isenção. Ações como essas tendem a gerar um clima inaceitável de desrespeito ao princípio essencial da presunção de inocência antes da prova em contrário.

A Diretoria e o Conselho alertam os professores federais e a sociedade de que a adoção de medidas tomadas sem a devida consideração ao direito de ampla defesa e à comprovação material de eventuais denúncias não trará nenhum avanço para o povo brasileiro e, ao contrário, poderá provocar imensos retrocessos, em detrimento das liberdades democráticas duramente conquistadas em passado recente.

Reforçar as instituições implica no respeito à vontade da sociedade. Ninguém é eleito com a autorização para desrespeitar a lei. Mas, igualmente, ninguém não eleito poderá entender que, diante de qualquer contingência, terá o direito de exercer mandato que não lhe foi concedido legalmente.

O poder emana do povo e em seu nome será exercido. Só o povo tem o poder de decidir: nas urnas, na pressão das ruas e na influência que exerça sobre suas representações políticas. Para isso lutamos tanto. A democracia é o nosso maior valor.

Todas as entidades representativas da sociedade, que tenham como compromisso a democracia, devem estar alertas para impedir qualquer tipo de golpe. Seja para retirar do governo quem legitimamente foi eleito, sem que se constituam as bases materiais exigidas para fazê-lo, bem como as tentativas de minimizar as consequências dos prejuízos à sociedade, decorrentes dos casos de desvios de dinheiro público e corrupção que envolvem setores do governo e da oposição.

Não haverá saída construtiva para a atual crise que paralisa o Brasil sem o respeito integral à institucionalidade, aos direitos individuais e aos mandatos estabelecidos.

O Brasil precisa retornar à normalidade. O governo tem que voltar a governar e o legislativo a legislar. O Congresso tem de apreciar os projetos de lei que lá estão, de forma a viabilizar a recuperação da nossa economia, com a ampliação da distribuição de renda e das conquistas sociais. E, em particular, no que interessa diretamente aos servidores federais, é preciso que sejam aprovadas as leis que consolidem e deem cumprimento aos acordos firmados em 2015.

107

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

A Diretoria 2015-2016 da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), diante da grave conjuntura política com que nos defrontamos nesse momento da vida pública brasileira, vem externar sua radical defesa do Estado

de Direito e da Democracia em nosso país, construídos em anos de árdua luta contra o sempre redivivo autoritarismo, e contra as forças produtoras da desigualdade social.

Trata-se de defender a pauta mais abrangente dos direitos humanos com a qual a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e os antropólogos têm compromisso histórico. A ela nos mantivemos atentos e atuantes ao longo do regime ditatorial militar instalado em 1964, na conjuntura da redemocratização, em especial no processo de elaboração da Carta Constitucional de 1988, na luta pela assinatura de diplomas internacionais em prol de minorias, bem como no fornecimento de bases científicas para a construção de um aparato legal que buscasse resguardar os direitos inarredáveis da condição humana, em caráter individual ou coletivo. É toda essa construção, ainda que imperfeita, partilhada com muitos outros segmentos sociais que agora ostensivamente demonstra-se estar em risco de ruir.

O autoritarismo e as mínimas formas de reproduzir e marcar a desigualdade se constroem também a partir da negação dos direitos pautados no reconhecimento da diversidade sociocultural, em mecanismos cristalizados em gestos, costumes, atos, falas, políticas, leis, que menoscabam as diferenças étnicas, raciais, de classe, religiosas, de gênero e orientação sexual, e mesmo de escolarização, assim como tantas outras. Alimentam a discriminação e a intolerância em variadas formas de abuso presentes no cotidiano de nossa sociedade, tais como as gritantes arbitrariedades judiciais e a violência policial, que sabemos todos, incidem diferencialmente de acordo com a posição social marcada na história quer de indivíduos, quer de coletividades.

Na presente conjuntura vemos estampadas, em cores fortes, o clamor por medidas totalitárias dos segmentos sociais privilegiados e daqueles ideologicamente a eles associados, segmentos esses que têm historicamente assegurado a reprodução de uma ordem social, política, econômica e moral profundamente discricionária e iníqua, suportados e repercutidos pela hegemonia de uma mídia classista desonesta e antiética. Cabe-nos lembrar que a conjuntura da crise política, moral e ética que atravessamos, veio sendo preparada, e lamentavelmente “negociada”, em detrimento dos direitos de índios, quilombolas, povos tradicionais, negros, mulheres, LGBTQTs, praticantes de religiões não cristãs, das classes populares e dos grupos camponeses de modo mais geral. Os direitos desses setores sociais vêm sendo cotidianamente vilipendiados, tanto pela ação ou omissão das instâncias da administração pública direta e indireta quanto pela agressiva ação parlamentar dos representantes das forças sociais conservadores no

plano do Legislativo que estão promovendo, de modo fragmentado e aparentemente desconexo, uma ampla e subterrânea reforma constitucional, bem como pela ação mais que injusta das instituições judiciais, sobretudo da magistratura.

Cabe-nos, porém, lembrar que esses setores sociais minoritários historicamente têm lutado pela construção de uma sociedade pautada em princípios de real igualdade jurídica, pagando os custos dessa luta muitas vezes com a própria vida, como no caso da situação contemporânea de muitos dos povos indígenas no Brasil, ou da juventude negra pobre em nossas grandes cidades. Cremos que Democracia e o Estado de Direito só existirão plenamente, e se manterão de pé contra crises e tentativas de golpe, quando esses setores forem reconhecidos como prioritários na ação cívica e política. É com base nessas premissas de defesa da diversidade que pleiteamos e nos solidarizamos com a manutenção da ordem democrática que respeite e garanta os direitos humanos de todos os cidadãos brasileiros.

Conclamamos nossos associados, em aliança com as forças sociais progressistas em nosso país, a se manterem mobilizados e ativos, desde as salas de aula e de nossas pesquisas, aos posicionamentos individuais e coletivos na esfera pública, no cenário nacional e no internacional. Enquanto intelectuais já produzimos análises de fenômenos como as políticas públicas para os povos indígenas, quilombos e outras populações tradicionais, assim como sobre a corrupção, os processos eleitorais, os modos de ação do empresariado, o funcionamento do Legislativo e do Judiciário, da política, e de outras instituições da esfera estatal, bem como das formas como se tem lutado contra o Estado na sua qualidade de mecanismo de reprodução das desigualdades. Mais do que nunca é preciso estabelecer uma agenda para a reflexão e a intervenção, de modo a aprofundar tais conhecimentos e apresentar soluções, exercendo a crítica social e formando novas gerações comprometidas com a permanente mudança democrática e com a permanente luta contra todas as formas de totalitarismo e de violência características das elites desse país.

ASSOCIAÇÃO DE LINGUÍSTICA APLICADA DO BRASIL

Diante da crise política, jurídica e moral que se instaurou no Brasil, a Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB) vem, em consonância com posicionamentos já expressos por outras associações científicas, manifestar indignação com as ações arbitrárias e irresponsáveis levadas a cabo por atores das esferas midiáticas, jurídicas e parlamentares, (inter)ações essas que ferem a democracia, provocam convulsão social e incitam ao golpe.

Como profissionais do campo aplicado das linguagens, não poderíamos deixar de nos manifestar contra os usos e abusos de recursos semióticos diversos (fotos, vídeos, textos, gravações, entre outros) para alimentar a crise e incitar a população ao furor em relação a um único partido com o intuito claro de tomar o poder da atual presidenta da República.

Entendemos que operações como a Lava Jato podem representar um avanço histórico, contanto que todos os corruptos e corruptores sejam igualmente investigados e que todos os preceitos legais sejam respeitados. Juntamo-nos, portanto, à indignação expressa por juristas e analistas políticos brasileiros e estrangeiros em relação ao uso partidário e à espetacularização midiática da justiça. Repudiamos, igualmente, a cobertura e manipulação irresponsável dos “fatos” realizadas pela grande mídia.

Repudiamos, igualmente, a cobertura e manipulação irresponsável dos “fatos” realizadas pela grande mídia.

Defendemos instituições jurídicas, políticas e midiáticas que, orientadas por princípios democráticos, éticos e constitucionais, estejam comprometidas com a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e com a heterogeneidade de linguagens, posicionamentos e vozes sociais. Como Associação que representa uma linguística implicada com questões sociais diversas, apoiamos o papel que as práticas de letramentos digitais têm desempenhado no abalo de “verdades” que servem a interesses dos oligopólios que ainda dominam certos espaços políticos e midiáticos no Brasil.

Esperamos que a crise política e moral presenciada no território brasileiro seja fruto de desconstruções e desaprendizagens para que, em breve, possamos vivenciar o desenho de futuros mais éticos nas e pelas linguagens.